



UNICEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
ICPD – INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

PRISCILA RAMOS DE MORAES REGO AGNELLO

**LEI MARIA DA PENHA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO:
ESTRATÉGIAS POLITICO CRIMINAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2015

PRISCILA RAMOS DE MORAES REGO AGNELLO

**LEI MARIA DA PENHA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO:
ESTRATÉGIAS POLITICO CRIMINAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília – Uniceub, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Amaral Machado

Brasília

2015

PRISCILA RAMOS DE MORAES REGO AGNELLO

**LEI MARIA DA PENHA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO:
ESTRATÉGIAS POLITICO CRIMINAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília – Uniceub, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito e Políticas Públicas.

Aprovada em: 21 / 10 /2015

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Bruno Amaral Machado

Professor Dr. Roberto Freitas Filho

Professor Dr. Antonio Henrique Graciano Suxberger

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de registrar os meus sinceros agradecimentos a algumas pessoas que marcaram a minha vida e que foram de extrema importância para a produção deste trabalho.

Aos meus pais, Alice e Vanderlei, que me apoiaram em todas as horas de dificuldades e prestaram solidariedade nos momentos de alegria.

Ao meu esposo, Rogério, que pôde acompanhar as ansiedades que antecederam a entrega desta dissertação e teve papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho. Por meio do seu apoio e carinho, os passos se tornaram mais leves.

Aos meus irmãos, Elaine e Arthur, e a todos os familiares, pela compreensão nos momentos de ausência e por todo o apoio a mim dispensado por meio de belas palavras de incentivo.

Agradeço especialmente ao meu orientador, o Professor Dr. Bruno Amaral Machado, que me acolheu em vários momentos de indecisões e soube me guiar para o melhor caminho, sem o seu apoio, experiência profissional e acadêmica, este trabalho não teria sido possível.

Aos professores Soraia Mendes e Antônio Suxberger, integrantes da banca de qualificação, muito obrigada pelos conselhos que me fizeram redirecionar os caminhos da minha dissertação.

A todos os professores do Mestrado, pelos conhecimentos aprendidos em cada disciplina cursada.

Agradeço aos colegas de Mestrado pelo incentivo e sugestões que foram de essencial importância para o desenvolvimento desta dissertação.

A Marley e a todas as secretárias do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília, por toda a presteza que demonstraram nos momentos em que precisei, principalmente naqueles que antecederam a minha qualificação.

Aos colegas de Instituto Federal de Brasília, principalmente ao Professor Germano Teixeira, que me auxiliou na revisão do meu Projeto de Mestrado e foi muito compreensível nos momentos em que precisei conciliar o trabalho com os estudos.

Não poderia deixar de agradecer a todos os servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e demais profissionais que disponibilizaram uma parte de seu tempo para me conceder as entrevistas. Sem vocês este trabalho não poderia ser concretizado. Gostaria de um especial agradecimento às professoras Carmen Hein e Tânia Almeida, pela generosidade em me receber e pelo compartilhamento de seus magníficos conhecimentos.

“E para nós, mulheres, juízas, advogadas, que não tenham profissão ou que tenham qualquer profissão, o triste é que aquela lei passou, mas a cultura social ainda não se transformou. O preconceito continua, o preconceito gera raiva, raiva gera violência. E essa violência de dentro de casa é muito pior, porque ela é silenciosa e ela não quebra [...], não é a carne de uma de nós, até porque, todas as vezes que uma de nós é atingida, todas as mulheres do mundo são. É a circunstância de que se quebra a *psiquê* de cada uma de nós. É a autoestima que vai abaixo, é esta mulher que não tem mais condições de cumprir o seu papel com a dignidade — estamos falando, na verdade, da dignidade humana. ”

(Ministra Cármen Lúcia, 2011, p. 17).

RESUMO

O presente estudo é resultado de pesquisa sobre a aplicação da Suspensão Condicional do Processo no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O objetivo geral do trabalho consiste em analisar as representações sociais dos membros das organizações do subsistema jurídico-penal em relação à aplicação da suspensão condicional do processo. Utilizou-se metodologia qualitativa, buscando responder aos seguintes questionamentos de pesquisa: como os atores do sistema jurídico percebem e aplicam a suspensão condicional do processo no enfrentamento da violência contra a mulher? Que razões utilizam para justificar a legalidade da aplicação da medida? Utilizou-se como referencial teórico a Teoria das Representações sociais desenvolvida por Serge Moscovici. A coleta de dados foi realizada em quatro etapas. A primeira consistiu na realização de um mapeamento no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do TJDFT, com a finalidade de conhecer os juízos que estavam utilizando o *sursis* processual. A segunda etapa consistiu na seleção de três juizados para a realização das entrevistas em profundidade, assim, para não expor os profissionais que participaram deste estudo, as jurisdições foram denominadas de Circunscrição A (que aplica a suspensão condicional, composta por um juizado) e Circunscrição B (que não aplica, composta por dois juizados). A terceira consistiu na realização de 14 entrevistas entre outubro de 2014 a abril de 2015. A quarta etapa restringiu-se à leitura das entrevistas realizadas e transformação das principais respostas em porcentagens com o objetivo de facilitar ao leitor a percepção sobre as principais respostas encontradas durante o estudo proposto nesta dissertação. Essa última etapa caracterizou-se pela transposição das respostas encontradas em questionários estruturados que refletiram os roteiros de perguntas utilizadas durante as entrevistas. Assim, entrevistaram-se os seguintes profissionais com atuação naquelas jurisdições: dois analistas; um técnico; dois advogados; dois defensores; cinco promotores e dois juízes. Os dados coletados, por meio das entrevistas, foram divididos de acordo com cada categoria profissional para expor as diferenças de argumentos provenientes de determinado grupo. Obteve-se como resultado a noção de que as diversas categorias profissionais apontam para a compreensão da suspensão condicional do processo como alternativa penal ao encarceramento e ao instrumento de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Suspensão Condicional do Processo; Lei Maria da Penha; Representações Sociais.

ABSTRACT

This study is the result of research on the implementation of Suspensão Condicional do Processo within the Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). The overall objective of this study is analyze the social representations of members of the legal organizations and penal subsystem for the application of Suspensão Condicional do Processo. It was used a qualitative methodology, seeking to answer the question: how actors perceive and the legal system apply the conditional suspension of the proceedings in fighting violence against women? What reasons used to justify the legality of the measure application? It was used as a theoretical framework the Theory of Social Representations developed by Serge Moscovici. Data collection was carried out in four stages. The first consisted of a mapping as part of Domestic and Family Violence of TJDFT, in order to meet the judgments that were using procedural probation. The second stage consisted of the selection of three courts to carry out in-depth interviews, so not to expose the professionals who participated in this study, jurisdictions were called Circunscrição A (the implementing conditional suspension consists of a court) and Circunscrição B (which does not apply, with two courts). The third consisted of 14 interviews from October 2014 to April 2015. The fourth stage was restricted to reading the interviews and transformation of the main answers in percentages in order to facilitate the reader's perception of the main answers found in study. This last stage was characterized by the implementation of the responses found in structured questionnaires that reflected the questions scripts used during interviews. Thus, the following professionals interviewed engaged in those jurisdictions: two analysts; one technical; two lawyers; two defenders; five prosecutors and two judges. The data collected through the interviews, were divided according to each professional category to expose the differences of arguments from certain group. It was obtained as a result the notion that the various professional categories point to understanding of the Suspensão Condicional do Processo as an alternative to imprisonment and coping instrument to violence against women.

Keywords: Suspensão Condicional do Processo; Maria da Penha Law; Social Representations.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Suspensão condicional no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	126
Gráfico 2 –	Posicionamento do entrevistado sobre a suspensão condicional do processo	127
Gráfico 3 –	Motivação do posicionamento	128
Gráfico 4 –	Efetividade da suspensão condicional do processo em relação à condenação	129
Gráfico 5 –	Estratégia profissional	130
Gráfico 6 –	Estrutura de atendimento	131
Gráfico 7 –	Descumprimento das condições impostas	132
Gráfico 8 –	Revogação da suspensão condicional do processo	132
Gráfico 9 –	Posicionamento sobre a proibição da suspensão condicional do processo nos casos de violência contra a mulher	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	23
1.1 NATUREZA JURÍDICA	23
1.2 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NOS DELITOS CONTRA A MULHER: FRAGMENTOS DO DEBATE ATUAL	31
1.2.1 Argumentos contrários à aplicação da suspensão condicional do processo	31
1.2.2 Argumentos favoráveis à aplicação da suspensão condicional do processo.....	34
1.2.3 A adequação dos instrumentos processuais ao contexto da violência contra a mulher	39
1.3 AS PRORROGAÇÕES DAS CONDIÇÕES DO <i>SURSIS PROCESSUAL</i> E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA	42
CAPÍTULO 2 - A LEI MARIA DA PENHA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	48
2.1 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO FEMINISMO	49
2.2 A CRIAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA	52
2.2.1 Fragmentos do debate que antecedeu a aprovação da lei	54
2.3 A APLICAÇÃO DA LEI E A SUA EFETIVIDADE	57
2.4 O SUBSISTEMA DE JUSTIÇA E A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	63
2.4.1 A rede de prestação de serviços do Distrito Federal	65
2.4.2 A estruturação do subsistema de justiça no Distrito Federal	67
2.4.2.1 Os juizados de violência doméstica e familiar do TJDF	68
2.4.2.2 As Promotorias de Justiça Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em situação de violência doméstica e familiar	71
CAPÍTULO 3 - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO TJDF	78
3.1 O MAPEAMENTO DO CAMPO DA PESQUISA	79
3.2 A ESTRUTURA DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO TJDF	82
3.2.1 As estruturas organizacionais em funcionamento nos juizados	83
3.2.2 A hierarquia funcional	84
3.3 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DECISÕES	86
3.4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MAGISTRADOS	87
3.5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ANALISTAS E TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	97
3.6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DO MPDF	106
3.7 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DEFENSORES PÚBLICOS	117
3.8 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADVOGADOS	121
3.9 OS DADOS OBTIDOS COM A PESQUISA	125

CONCLUSÕES	135
APÊNDICE A- TABELA DE ENTREVISTAS	156
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	158

INTRODUÇÃO

A suspensão condicional do processo surgiu no nosso ordenamento jurídico como medida despenalizante aplicada às infrações com pena mínima de até um ano. O objetivo dessa medida consiste em proporcionar a solução do conflito por meio de acordo com o acusado, mediante o cumprimento de determinadas condições, que, uma vez cumpridas, geram a extinção da punibilidade. Assim, vários tribunais utilizam a suspensão condicional do processo nos delitos de menor e média periculosidade, entendendo-se que essas medidas seriam mais efetivas que a privação de liberdade, principalmente nas infrações de competência dos juizados criminais.

Diante desse cenário, no ano de 2006, editou-se a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, cujo principal objetivo seria a proteção das mulheres contra a violência. Essa lei previu a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar com a finalidade de solucionar os conflitos que envolvessem essa especificidade. A norma criou um sistema de proteção à mulher em que os juizados não teriam apenas a competência criminal, mas também de outras áreas como a cível e familiar, para garantir à mulher a proteção estatal (CAMPOS, 2006, p. 78).

Com a vigência da lei, vários tribunais buscaram cumprir as exigências normativas e adaptaram a estrutura física e de recursos humanos de seus Juizados Criminais para também atender às demandas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Essa adaptação gerou alguns problemas, porque não havia capacitação dos servidores que deveriam atender essas mulheres e, principalmente, a existência de equipe multidisciplinar prevista na norma (artigo 29 e seguintes).

Durante o período de 08 de agosto de 2006 (data da publicação da Lei 11.340/2006) a 18 de janeiro de 2011 (data da publicação do acórdão do Mandado de Segurança nº 106212/MS), vários profissionais utilizavam-se da suspensão condicional do processo nos litígios envolvendo a violência contra a mulher e, em alguns casos, não havia adequação entre a medida imposta ao agressor e o delito cometido (LAVIGNE, 2011, p. 86-87). Campos (2006, p. 89) adverte que as propostas eram feitas sem a presença da mulher e esta nem chegava a saber qual a resposta dada pelo poder judiciário ao agressor. Havia, também, a fixação de prestação de cestas básicas e a ocorrência de transação penal, medidas vedadas

pelo artigo 41 da Lei 11.340/2006. Essa noção geral de banalização da violência contra a mulher é retratada pelo ministro do STF, Cezar Peluso, em seu voto no *Habeas Corpus* nº 106212/MS (BRASIL, 2011, p. 34-35):

quase uma década esses crimes eram submetidos aos Juizados Especiais, dentro do regime previsto pela Lei nº 9.099, mas isso na prática se tornou, absolutamente, inútil e ineficaz, e exigia, portanto, do legislador, uma mudança ativa. Para quê? Para, superando a ineficácia dessa experiência normativa, adotar uma estratégia, que eu chamo de uma estratégia de reação quanto a preconceitos culturais, históricos e normativos contra a mulher.

Em meio ao debate sobre a forma de aplicação da norma, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o *Habeas Corpus* nº 106212/MS em que o paciente solicitava a aplicação da suspensão condicional do processo à contravenção de vias de fato (artigo 21 do Decreto nº 3.688/1941), pois teria sido condenado a quinze dias de prisão simples substituída por pena restritiva de direito consistente em prestação de serviços à comunidade. Em seu pedido o impetrante solicitou a declaração de inconstitucionalidade do artigo 41 da Lei 11.340/2006, o que restou indeferido, sendo expressamente declarado constitucional o referido artigo e também estendida a sua aplicação às contravenções penais.

Ainda sobre esse tema, em fevereiro de 2012, o STF julgou procedente a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4424, possibilitando o ajuizamento de ação penal nos crimes de lesão corporal, independente da representação da vítima. Naquele ano o tribunal também julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 19, que declarou a constitucionalidade do art. 41 da Lei 11.340/2006.

Com bases nessas decisões, difundiram-se as posições de que, diante da proibição de aplicabilidade dos instrumentos previstos na Lei 9.099/1995 às infrações cometidas contra a mulher, a suspensão condicional do processo estaria proibida nesse tipo de delito¹, o que

1

A esse respeito pode ser citada a seguinte decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça e que tem sido seguida até o presente momento por aquele tribunal: "CRIMINAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. LEI MARIA DA PENHA. INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 9.099/95. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. EXAURIMENTO DE TODOS OS ARGUMENTOS DA DEFESA. NÃO OBRIGATORIEDADE. ORDEM DENEGADA. I – o art. 41 da Lei 11.340/06 — Lei Maria da Penha — dispõe que, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099/95, o que acarreta a impossibilidade de aplicação dos institutos despenalizadores previstos nesta, quais sejam, acordo civil, transação penal e suspensão condicional do processo. Precedentes. II – o juiz não está obrigado a rebater todos os argumentos trazidos pelas partes para defesa de sua tese, podendo, apenas, decidir a

também é demonstrado pela edição da Súmula nº 536 do STJ, publicada em 15 de junho de 2015: “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha” (BRASIL, 2015, p. 01). A criação dessa súmula buscou uniformizar o entendimento de que a decisão do STF incluiu o *sursis* processual no rol de medidas despenalizantes que não podem ser aplicadas nos casos de violência contra a mulher.

Embora existam decisões dos tribunais superiores que são desfavoráveis à aplicação da Suspensão Condicional do Processo aos casos envolvendo a Lei Maria da Penha, há corrente contrária que entende que haveria a possibilidade de utilização do *sursis*. São utilizados os seguintes argumentos pelos profissionais que são adeptos desse posicionamento: 1) o objeto principal da ADI nº 4424 se limitava a analisar se o crime de lesão corporal seria processado por meio de ação penal pública condicionada ou incondicionada; e 2) O objeto da ADC nº 19 seria a análise da constitucionalidade da previsão de retirada dos crimes contra a mulher da alçada do Juizado Especial Criminal (NICOLITT, 2012, p. 33).

Para complementar essa fundamentação, observou-se, durante a realização das entrevistas para o presente trabalho, que alguns profissionais (como promotores e magistrados) sugerem que a proibição em se aplicar a suspensão não foi objeto de decisão específica pelo STF e que haveria a possibilidade em se aplicar o *sursis*.

Além dessa argumentação, alguns desses profissionais entendem que a suspensão condicional do processo não faz parte do sistema do Juizado Especial Criminal, por mais que esteja prevista na Lei n. 9.099/95, pois encontra-se nos artigos referentes às “disposições finais”. Além desse argumento, também afirmam que a suspensão pode ser aplicada a qualquer crime que se processe perante o Juízo Comum, desde que obedecidos os requisitos legais.

Ainda a respeito dos entendimentos construídos e reproduzidos pelo grupo de promotores e magistrados entrevistados, observou-se que embora exista o entendimento de que as decisões do STF não restringiram à aplicação do *sursis*, todos concordam que a decisão

controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução, bastando indicar os fundamentos suficientes à compreensão de suas razões de decidir, cumprindo, assim, o mandamento constitucional previsto no art. 93, IX da Constituição Federal. Ademais, verifica-se que, na hipótese dos autos, o aresto recorrido não está desprovido de fundamentação, devendo ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo decisor. III – ordem denegada. (STJ – HC: 180821 MS 2010/0140171-2, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 22/03/2011, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

proferida na ADC nº 19 proibiu a aplicação dos institutos despenalizadores especificados na petição inicial, quais sejam, a composição civil e a transação penal.

Assim, nota-se que o cenário pode conduzir ao entendimento de que existem decisões de tribunais superiores que proíbem a suspensão condicional do processo, mas alguns profissionais aplicam o *sursis* com fundamento em diferentes interpretações jurídicas. Dessa forma, torna-se imperioso compreender quais as motivações utilizadas por esses profissionais para não seguirem a interpretação do STF e do STJ.

Diante desse contexto, cabe o seguinte questionamento: como os atores do sistema jurídico percebem e aplicam a suspensão condicional do processo no enfrentamento da violência contra a mulher? Que razões utilizam para justificar a legalidade da aplicação da medida?

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar as representações sociais dos membros das organizações do subsistema jurídico-penal (juízes, promotores, advogados, defensores, analistas e técnicos) em relação à aplicação da suspensão condicional do processo (MOSCOVICI, 2001, p. 65).

A respeito da escolha dos profissionais que seriam entrevistados, optou-se em conversar inicialmente com os analistas e técnicos. Essa escolha se deu por serem estes os profissionais que realizam o primeiro atendimento ao público e conhecem a tramitação do processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar. Além desse fator, as entrevistas foram estendidas aos servidores Analistas e Técnicos para uma compreensão das percepções desses profissionais quanto às práticas que são realizadas no tribunal, principalmente, porque alguns deles atuam como oficiais de gabinete e colaboram na redação de várias decisões e de sentenças, portanto, conseguem visualizar como ocorre a tramitação processual e as respectivas condenações.

A categoria dos promotores de justiça foi escolhida em virtude de esses profissionais serem responsáveis pela proposta da suspensão condicional do processo ao acusado. Portanto, é de suma importância compreender os argumentos que utilizam para essa oferta.

As categorias dos advogados e defensores foram escolhidas para a compreensão do entendimento desses profissionais sobre as possíveis consequências da utilização do *sursis* no contexto da violência doméstica e familiar. Além desse elemento, são esses profissionais que orientam o acusado a concordar ou não com a aplicação do *sursis*. Os profissionais também

aparentam ter maior contato com o acusado e, dependendo do caso, com a ofendida, como nas situações em que existe a reconciliação do casal. Por essa razão, entendeu-se que seria importante entrevistá-los para a possibilidade de inclusão de novos elementos ao estudo.

A categoria dos juízes foi escolhida porque são esses profissionais que decidem pela aplicação do *sursis* após a proposta do Ministério Público e aceitação do acusado. Por essa razão, seria importante a realização dessas entrevistas para compreender sob quais premissas os juízes entendem que não seria viável seguir a decisão dos tribunais superiores.

Com relação aos objetivos específicos, serão direcionadas as seguintes ações durante o desenvolvimento do trabalho: descrever a estrutura física e os procedimentos adotados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal no processamento dos casos de violência contra a mulher; avaliar as representações sociais dos profissionais que atuam nos juizados de violência doméstica e familiar do TJDFT; analisar as representações sociais presentes nos discursos dos promotores, magistrados, defensores, advogados, analistas e técnicos.

Para o atendimento dos objetivos propostos, será utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS) desenvolvida por Moscovici (1978, p. 17) para compreender como esses profissionais assimilam e interpretam a suspensão condicional do processo no âmbito do TJDFT.

A representação social pode ser desenvolvida por meio da interação entre os sujeitos de determinado grupo, podendo sofrer influências históricas e decorrentes da posição social do indivíduo, além das interações que são características de determinadas organizações. Esses elementos podem influenciar a maneira como o sujeito se comporta ao decidir sobre determinado assunto (VILLAS BÔAS, 2004, p. 145).

As representações constituem o conjunto de pensamentos e sentimentos expressos verbalmente e por ostensivos comportamentos de seus atores, constituindo objeto para um grupo social. Por meio da observação, que está relacionada a fenômeno social, pode-se compreender a visão que os membros do grupo mantêm sobre determinado objeto e como o próprio objeto assume características sociais específicas do grupo (MOSCOVICI, 1978, p. 251).

Todas as representações têm por objetivo "fazer algo desconhecido familiar" (MOSCOVICI, 1978, p. 24). A teoria prevê dois mecanismos básicos que são utilizados na comunicação sociocognitiva: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem transforma o

desconhecido em conhecido vinculando-o às representações sociais anteriores, com a finalidade de promover a comparação e interpretação. Já a objetivação converte o desconhecido em conhecido transformando-o em algo concreto que se possa perceber, tornando-o palpável e controlável no universo cognitivo.

A ancoragem é operacionada por meio da classificação e da denominação. A classificação ocorre quando existe a relação do objeto com determinada memória do sujeito e com base nessa operação é possível ao indivíduo decidir se esse pode ou não ser incluído em determinada classe. A denominação se caracteriza pela retirada do objeto do anonimato para inseri-lo em um contexto inteligível de acordo com determinada cultura ou identidade. É por meio da denominação que é possível atribuir determinadas características ao objeto, além de distingui-lo de outras pessoas ou coisas e inclui-lo em convenções compartilhadas por determinados sujeitos (SÁ, 1995, p. 39).

A objetivação consiste em um processo no qual as informações são transmitidas por meio das conversações e transformadas em formas de conhecimento que podem ser úteis nas situações cotidianas de determinado grupo. De acordo com Moscovici (2001, p. 34), a objetivação ocorre quando somos confrontados com novos fenômenos. Um novo fenômeno complexo e abstrato é materializado em familiar por meio do quadro de referências e transformado em senso comum todos os dias.

Por meio dos mecanismos da ancoragem e da objetivação é possível notar que as representações sociais se caracterizam por esforço dos indivíduos por familiaridade de determinados fenômenos relacionados com as regras de interação, objetos e informações conhecidos.

Em relação a esse assunto, é preciso esclarecer que existe a influência das posições sociais ocupadas pelos indivíduos e suas experiências socioculturais, que contribuirão para a forma como os sujeitos representam determinados objetos. Assim, “uma pessoa ou coletividade é focalizada porque, durante a interação social, ela está implicada ou empenhada na substância e nos efeitos de seus próprios juízos ou opiniões” (FARIA, 2007, p. 26; MOSCOVICI, 1978, p. 252).

As representações sociais têm como referência conhecimento prático (JODELET, 2001, p. 27-28) que ligaria as pessoas a objetos em três sentidos. Em primeiro lugar, há o reconhecimento de que essas representações surgiriam com base em interações dialógicas que seriam emolduradas por determinadas instituições. Em segundo, as representações seriam

construídas nas práticas sociais cotidianas, que contribuiriam para a ressignificação de determinados objetos, por meio de situações inesperadas. Em terceiro lugar, determinados discursos seriam utilizados pelos atores sociais como forma de reação, durante a interação com outros membros ou como uma forma para se ajustarem às expectativas sociais ou a determinadas situações. Essas formas de interpretação estão presentes nas representações encontradas durante as entrevistas, principalmente nos momentos em que os pensamentos individuais divergiam daqueles que eram consideradas como majoritários no meio organizacional.

As representações são determinadas pelos significados que as pessoas e os grupos dão a determinados fenômenos, trata-se de construção coletiva fundamentada em interações cotidianas, que não são necessariamente determinadas por claras percepções ou por inferências racionais (JODELET, 2001, p. 35-36). Pode-se verificar, a respeito da utilização do *sursis* processual, que, em determinados momentos, os sujeitos reproduzem determinados entendimentos sem uma consciente reflexão sobre os resultados que serão obtidos. Parte-se de uma construção coletiva, estruturada no grupo, e que passa a ser reproduzida sob o fundamento de que são motivadas por razões pessoais (autonomia profissional) e, em alguns momentos, por sentimentos de pertencimento (a afirmação de que “os outros profissionais utilizam, então também devo aplicar, pois faço parte da organização” está muito presente nos discursos).

A análise das representações é importante para se determinar sob quais crenças estão fundamentadas as comunicações em grupo. As ações das pessoas podem ser padronizadas por meio de ajustes e negociações que ocorrem nas relações sociais, que contribuem para o desenvolvimento de significados que são compartilhados (BARREIRO, 2013, p. 21). Esse elemento poderá ser observado nas interações existentes entre os servidores do TJDF e nas influências mútuas entre promotores, juizes, advogados e defensores. As representações sociais observadas nos discursos desses profissionais sugerem a existência de interação que influencia as motivações utilizadas por esses profissionais na compreensão sobre a viabilidade em se utilizar o *sursis*.

Moscovici entende que “uma vez que os significados são construídos coletivamente, não dependem do efeito que as pessoas têm sobre os outros”, pois o sistema molda essas interações (MOSCOVICI, 1993, p. 181). As representações sociais se fundamentam na interação entre sujeito e objeto de representação. Ambos seriam produtos de um processo de

desenvolvimento: "a partir dessa perspectiva do mundo que se sabe que é o produto do conjunto de estruturas sócio psicológicas", por meio do qual foi construído" (DUVEEN, 2002, p. 140). No entanto, o ator pode construir uma nova compreensão do seu mundo, aquém da sua cultura ou grupo social (DUVEEN, 2007, p. 553).

No caso das representações sociais do *sursis*, é importante observar o núcleo central, qual seja, o sentido fundamental da representação para verificar a natureza do objeto representado e as relações do grupo sobre esse assunto. Para o atendimento desse fim, é necessário observar os seguintes elementos: 1) as relações que o grupo mantém envolvendo o tema *sursis*; 2) o sistema de valores que fundamentam estas relações; e 3) os padrões sociais que constituem o ambiente de vida do indivíduo e do grupo.

É por meio da observação dos elementos que compõem o Núcleo Central que será possível verificar como ocorrem as interações dentro do grupo. Na análise dessas interações, será necessário observar duas dimensões: a Funcional e a Normativa. A funcional privilegia a finalidade operacional, os elementos que são essenciais para a realização de determinada tarefa. Já a dimensão normativa consiste em uma "atitude fortemente marcada" ou uma norma que está no núcleo da representação e que é utilizada como referência para o grupo (FARIA, 2007, p. 36; SÁ, 2002, p. 71).

Ao correlacionar esses elementos à atuação dos profissionais do Direito, é possível observar que ocorrem interações entre os sujeitos que fazem parte de uma mesma categoria profissional e, de maneira concomitante, interações com indivíduos de outras categorias profissionais para possibilitar a consolidação de determinado entendimento no Judiciário. Assim, essas relações podem contribuir para a construção de determinadas representações sociais, como as que são utilizadas no momento em que o sujeito se posiciona de modo favorável ou contra a suspensão condicional do processo. É por meio dos discursos dos profissionais que se pode compreender as premissas utilizadas para a fundamentação de suas decisões.

Para exemplificar essas influências mútuas, sugere-se que os argumentos utilizados pelos profissionais podem refletir as interações decorrentes da hierarquia institucional, como percebe-se nas entrevistas realizadas com técnicos e analistas. Esses argumentos também podem estar fundados em relações profissionais habituais, como sugere as interações entre promotores e juízes. Como também por meio das relações diretas com os clientes e assistidos, conforme observa-se nos discursos dos advogados e defensores.

Essas sugestões corroboram com o entendimento de que as representações sociais podem influenciar as condutas individuais de grupos e de instituições, além de "justificarem e orientarem" as políticas públicas (PORTO, 2015, p. 6). Isso ocorre porque o ator social pode ser considerado como produto de determinado meio social, como também um agente modificador dessa realidade, o que Robert Farr denomina de "intertextualidade" (1995, p. 121). Assim, a partir do momento em que determinadas crenças e valores individuais são reproduzidos e assumem outros significados em determinadas instituições, pode-se construir uma nova realidade organizacional e influenciar a elaboração de determinadas políticas públicas. Assim, por meio das representações sociais, é possível entender como os atores avaliam determinada prática.

No tocante à análise de determinada política pública, as representações sociais podem ser consideradas como fonte de "segunda mão" porque a realidade é interrogada por meio do que se pensa sobre ela (PORTO, 2015, p. 4). Observa-se o "imaginário que determinado segmento social constrói sobre o fenômeno", são as denominadas "teorias do senso comum". Assim, no presente trabalho, não serão realizados julgamentos valorativos sobre as representações encontradas, mas estas serão evidenciadas para uma compreensão das crenças que são utilizadas na aplicação da suspensão por determinados atores sociais.

Na análise das representações, são observados os elementos que estão expressos nas falas (os ditos); aqueles que não estão expressos (não ditos); e os elementos que estão subentendidos (interditos). Durante as entrevistas, observou-se que esses elementos variam de acordo com a categoria profissional entrevistada. Por essa razão, os discursos estão categorizados de acordo com a função desempenhada pelo entrevistado, para que se possa visualizar como as diferenciações estão presentes de acordo com a função desempenhada pelos atores (PORTO, 2015, p. 19).

Com relação aos estudos sobre a violência, os pontos de vistas particulares assumem determinada importância para a compreensão de suas causas. A violência não pode ser percebida apenas por meio de fatores objetivos, como as normas que representam alguns anseios coletivos, mas também, pelos "subjetivos", que estão ligados aos agentes e suas vivências (PORTO, 2006, p. 22). A visão particular pode contribuir para a compreensão do fenômeno como um todo, conforme sugere Maria Stela Grossi Porto (2006, p. 22) ao explicar a relação entre a ação social e a representação social:

aqui também vale a afirmação, segundo a qual, ação social e representação social são fenômenos solidários: as subjetividades presentes nas representações da violência interferem, direta ou indiretamente, nos processos de organização das ações e relações sociais, ou seja, nos espaços nos quais o social se produz e se reproduz como espaço de interação.

Embora na dialética entre a relação individual e a coletiva seja dada "menos credibilidade" às experiências individuais, não se pode deixar de considerá-las na observação do fenômeno coletivo, caso contrário ele se tornaria imutável:

[...] a dialética ou tensão desta relação indivíduo/sociedade, pode ser captada, por exemplo, pela distinção entre representações individuais e representações coletivas, sendo que as primeiras, por estarem vinculadas à experiência individual, são mais variáveis e incomunicáveis: são percepções, sensações, imagens localizadas na consciência de cada indivíduo, não podem nunca se constituir em base segura para a formação dos conceitos passíveis de serem partilhados e comunicados entre os indivíduos. Já as representações coletivas, não tendo como substrato as consciências individuais são produto da consciência coletiva, mais impessoais e resistentes à mudança. (PORTO, 2006, p.6).

É com fundamento nessa noção de interação entre o individual e o coletivo que o presente estudo observará as expressões dos atores que estão aplicando a Lei Maria da Penha, e, por meio de seus pontos de vistas, haverá a possibilidade de verificar quais têm sido os pontos positivos e os negativos na aplicação da suspensão condicional do processo.

Assim, torna-se importante verificar as diversas representações sociais existentes no âmbito do processo penal para que se possa compreender quais as premissas decisórias que fundamentam a aplicação da suspensão condicional do processo. As representações sugerem que as possíveis interações entre os atores sociais, bem como as decisões distintas formas de organização do Judiciário. A partir do momento em que as decisões são reproduzidas por determinada organização, é como se a própria instituição comunicasse as alternativas escolhidas (MACHADO, 2012, p. 3; LUHMANN, 2004, p. 86).

No que diz respeito à aplicação da suspensão, como se trata de tema que ainda está sendo debatido no sistema judicial, há necessidade de aprofundamento para um posicionamento institucional sobre o tema, porém é característica do subsistema de justiça que a decisão apareça como consequência de normas e fatos. Esta constitui característica de diferenciação funcional, mesmo que a legitimação pelo procedimento não leve

necessariamente ao consenso efetivo e à harmonização coletiva sobre justiça e injustiça (LUHMANN, 1980, p. 99).

Para o atendimento dos objetivos propostos, a investigação consistiu em levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Realizou-se revisão bibliográfica sobre processo penal, gênero, violência doméstica e representações sociais, com a finalidade de obtenção de referenciais teóricos para a interpretação de dados que seriam coletados.

A segunda etapa do trabalho consistiu na realização de mapeamento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) para identificar quais os juizados aplicavam a suspensão condicional do processo. Assim, no período compreendido entre outubro de 2014 a abril de 2015, houve contato com servidores (analistas) de cada um dos 19 juizados para a obtenção dessas informações.

Com base nesse contato com os analistas, verificou-se que, naquele período, os seguintes juizados assumiram aplicar a suspensão condicional do processo: Riacho Fundo, Brasília (os três juizados), Taguatinga, Planaltina, Brazlândia, Gama, Paranoá (apenas o 1º juizado), Samambaia, Santa Maria e Guará (os 2 juizados). Entre os juizados que se declararam como não aplicadores, constam: Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Sobradinho, Ceilândia (os dois juizados), Paranoá (2ª juizado). Como resultado dessa pesquisa exploratória, conclui-se que, em relação aos 19 juizados que compõem a estrutura do TJDFT, 14 aplicam a suspensão e 5 não aplicam.

A respeito desse mapeamento, é preciso esclarecer que a utilização da suspensão condicional do processo, nesses juizados, ocorreu nos processos em que existiu convergência entre os juízes titulares e os promotores que atuaram naquele período, pois observou-se que, no caso de eventuais substituições desses profissionais, mesmo nos juízos em que houve a declaração de não utilização da suspensão, esta ocorria. Assim, a análise preliminar indicou que a interação entre os membros das duas organizações (TJDFT e MPDFT) configura premissa que orienta as decisões de ambas as instituições (MACHADO, 2012, p. 3).

Em um segundo momento, foram escolhidas duas circunscrições para a descrição de seu funcionamento e agendamento de entrevistas informais com os profissionais. Essas circunscrições apresentam características similares quanto ao perfil da população atendida. A título de exemplo, pode-se citar que a população dessas localidades é de aproximadamente

300 mil habitantes; a média da renda domiciliar mensal é de três salários-mínimos e a maioria dos habitantes possui nível fundamental incompleto (PDAD, 2013)².

Utilizou como técnica de pesquisa as entrevistas em profundidade, porque, com base nesse tipo de entrevista, busca-se verificar o ponto de vista dos atores sociais, os significados que eles atribuem aos objetos, aos eventos, às pessoas e às experiências (BECKER, 1994, p. 11). Com base na expressão dos atores sociais, buscou-se identificar “o porquê” da utilização da suspensão condicional do processo.

Assim, foram realizadas 17 entrevistas, entre outubro de 2014 a abril de 2015. Esses diálogos foram gravados e tiveram a duração de aproximadamente 40 minutos. Entrevistaram-se os seguintes profissionais com atuação naquelas jurisdições: dois analistas; um técnico; dois advogados; dois defensores; cinco promotores e dois juízes. Além desses profissionais, também foram entrevistadas três pesquisadoras, para que houvesse o entendimento sobre o contexto da violência doméstica.

Essa experiência foi utilizada para a compreensão do campo e a sua interação com outras áreas, como a psicologia e a assistência social. A “noção de campo nos remete à área científica ou a um campo agnóstico, representa a posição do indivíduo sobre a movimentação de todos os outros” (LATOUR, 1988, p. 239). Latour descreve que, mesmo que “o observador desconheça o objeto estudado, assim que ele tem acesso àquela realidade, acaba por aprender os elementos básicos daquela área de conhecimento (1988, p. 28-31).” Assim, durante o desenvolvimento do trabalho será descrita essa experiência e algumas das representações sociais encontradas nesta ocasião.

Para a exposição dessa compreensão, foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro capítulo, “A suspensão condicional do processo”, se discorrerá sobre a natureza jurídica da suspensão condicional do processo, trazendo algumas noções sobre a origem e alguns entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a aplicação pelo Judiciário.

No segundo capítulo, “A Lei Maria da Penha e o enfrentamento da violência contra a mulher”, será realizada uma explicação sobre a elaboração da Lei Maria da Penha e algumas teorias dos Movimentos Feministas, que podem influenciar a formulação de políticas públicas voltadas à proteção da mulher. Ainda sobre esse tema, serão apresentadas pesquisas realizadas sobre a efetividade da Lei.

2

Não houve a indicação das páginas para não identificar as jurisdições que foram objeto da pesquisa.

No terceiro capítulo, “A suspensão condicional do processo nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do TJDF”, serão analisadas as representações sociais encontradas nas falas dos profissionais que atuam no TJDF e a estratégia político-criminal que tem sido adotada. Sobre essa análise, é preciso ressaltar que, durante as entrevistas utilizou-se um roteiro composto por oito questões, para que os temas fossem trabalhados com todos os entrevistados, e verificou-se que as respostas a esses questionamentos iniciais se repetiam constantemente.

Com base nessa constatação, surgiu o interesse em saber como seriam os resultados caso essas falas fossem convertidas em alternativas em um questionário estruturado. Assim, as perguntas utilizadas no roteiro das entrevistas foram convertidas em questionamentos inseridos no *Google drive*. Em um segundo momento, foram realizadas leituras das entrevistas transcritas dos 14 profissionais³ (dois analistas; um técnico; dois advogados; dois defensores; cinco promotores e dois juízes) e houve a divisão das respostas recebidas, primeiramente, em alternativas objetivas, e posteriormente, foram inseridas as principais respostas recebidas para que o programa pudesse verificar a porcentagem em que se repetiam.

Por meio da transferência das principais respostas para o questionário estruturado, houve a possibilidade de obtenção das porcentagens almejadas. Esclarece-se que não é objetivo do trabalho apresentar os dados como estudo quantitativo, mas possibilitar a visão sobre as principais respostas encontradas nas entrevistas e como elas se repetiram ao longo do trabalho, para que haja reflexão sobre os discursos utilizados pelas diversas categorias dos profissionais do Direito.

3

Não foram incluídas as entrevistas realizadas com as 3 pesquisadoras, com a finalidade de trazer um enfoque nas falas dos indivíduos que estão envolvidos com as rotinas dos juizados.

CAPÍTULO 1 - A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

A suspensão condicional do processo está prevista no art. 89 da Lei 9.099/1995, sendo considerada medida despenalizante, juntamente com a composição civil e a transação penal. Essas medidas teriam a finalidade de promover a manifestação da vontade pelas partes de uma maneira em que poderiam influir diretamente no resultado final do processo (BARROS, 2002, p. 43). No que diz respeito à suspensão condicional do processo, pode existir convergência entre a busca da verdade processual e a prevalência da vontade das partes. O conflito penal seria solucionado por meio de um acordo de vontade, dando origem ao que a doutrina denomina de verdade consensuada (BARROS, 2002, p. 51).

A suspensão condicional do processo é aplicável aos crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano, e a própria lei dispõe que as penas poderiam ser abrangidas ou não pela Lei 9.099/1995, o que significa dizer que o instituto poderia ser aplicado de forma universal, estendendo-se às leis especiais em que se possibilite essa aplicação.

Nesses casos o processo pode ser suspenso pelo período de dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime e nesse contexto também se estende às contravenções, desde que presentes nos demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

1.1 NATUREZA JURÍDICA

A suspensão constitui instituto de natureza processual, pois produz efeitos na fase preliminar do processo, mas também possui natureza penal, pois possui reflexos na pretensão punitiva do Estado, haja vista que, obedecidas as condições do período de suspensão, há a extinção da punibilidade. Assim, trata-se de lei processual que também possui consequências de direito material, já que ocasiona a extinção da punibilidade, cuja natureza é de direito material.

Para a concessão da suspensão condicional do processo, são observados os requisitos subjetivos da suspensão condicional da pena.⁴ Firmino Whitaker (1930, p. 9-10) indica que o "sursis-condenação condicional [sic]" interpretou o Decreto nº 16.588/1924 (que possibilitou a suspensão da pena em nosso ordenamento), demonstrando que o encarceramento já não era a medida mais adequada. Nota-se que naquela época já existia o seguinte entendimento:

[...] a lei quer evitar o contato do réu com outros mais perigosos", sendo cabível para réus primários e de bons antecedentes. As prisões curtas são inconvenientes, porque não têm o tempo preciso para a correção do criminoso e, entretanto, os degradam, humilham e corrompem. A sua substituição pela vigilância judicial, ato que constituiria mera advertência "pena moral que pode produzir o arrependimento e a volta do cumprimento do dever. (WHITAKER, 1930, p. 10).

Whitaker entende que a principal razão seria o interesse da sociedade em "regenerar" o delinquente, estimulando-o para o bem e fazendo-lhe sentir que pode ser punido de forma imediata. Whitaker (1930, p. 11) menciona que a suspensão condicional do processo seria vantajosa por não exigir condenação prévia do delinquente, mas existiria o inconveniente de tolher a ação da justiça durante o período concedido, com a possibilidade de desaparecimento de provas que poderiam esclarecer a verdade, se posicionando, ao final, de forma mais favorável à suspensão da pena que à suspensão do processo.

O autor argumenta que a vigilância judicial "consiste na verificação se o delinquente não sofreu a condenação por outro crime e não impede que ele conviva em sociedade com a sua família e no trabalho" (WHITAKER, 1930, p. 137). Nota-se que já havia o entendimento de que apenas aplicar a pena privativa de liberdade não se constitui na medida mais adequada.

4

Os requisitos subjetivos estão dispostos no inciso, II do artigo 77 do Código Penal "in verbis": "Art. 77 – a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: I – o condenado não seja reincidente em crime doloso; II – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III – não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código. § 1º – a condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício. § 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão. Art. 78 – durante o prazo da suspensão, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento das condições estabelecidas pelo juiz. § 1º – no primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade (art. 46) ou submeter-se à limitação de fim de semana (art. 48). § 2º Se o condenado houver reparado o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do art. 59 deste Código lhe forem inteiramente favoráveis, o juiz poderá substituir a exigência do parágrafo anterior pelas seguintes condições, aplicadas cumulativamente: a) proibição de frequentar determinados lugares; b) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz; c) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades."

Embora Whitaker não concordasse com a suspensão condicional do processo, sob o argumento da possibilidade de perda das provas, atualmente esse instituto tem sido muito utilizado com o objetivo de se obter a solução imediata do conflito e para se tentar reduzir a reiteração da conduta criminosa (FOLGADO, 2002, p. 67; GOMES, 1995, p. 25).

Para analisar os elementos processuais que estão ligados à prestação jurisdicional penal, é preciso compreender os aspectos criminológicos que permeiam as políticas adotadas pelo legislativo e pelo judiciário na adoção de determinados procedimentos.

Em primeiro momento, pode-se ter a impressão de que a Lei Maria da Penha assume contornos punitivistas⁵, já que existe a proibição de aplicação de algumas penas alternativas e também dos institutos da Lei 9.099/1990. Porém, pondera-se que a norma trouxe essas previsões para evitar que a violência contra a mulher fosse tratada como crime de menor periculosidade (PASINATO, 2011, p.135). Esse entendimento é compartilhado por Campos e Carvalho:

[...] no plano processual, não se pode esquecer que a Lei Maria da Penha inviabilizou inúmeros mecanismos diversificacionistas como a composição civil, a transação penal e a suspensão condicional do processo. Neste aspecto, é inegável que, no plano da criminalização secundária, há maior incidência do sistema formal de controle social. Todavia, embora se tenha ciência de constituir o processo penal uma pena em si mesmo, reitera-se a ideia de que a Lei 10.340/06 [sic] impõe a criação de um sistema processual autônomo que não pode ser interpretado dentro das categorias ortodoxas da dogmática jurídica, ou seja, não pode ser qualificado exclusivamente como ‘penal’ ou ‘civil’. Trata-se, conforme destacado, de um novo modelo que tende a superar esta lógica binária, inclusive porque os temas abordados transcendem os problemas tradicionais das jurisdições penal ou civil (2011, p.150).

Para as autoras, a lei teria criado sistema de proteção para a mulher, viabilizando a solução de conflitos em outras áreas do direito, como a cível e a familiar. Ainda sobre esse tema, Campos e Carvalho argumentam que não existem dados que apontam aumento do encarceramento de modo a “caracterizar uma visão punitivista”. Assim, o debate estaria

5

Podem ser citados como exemplos os seguintes artigos: "Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 129. § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. § 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência." (NR)

centralizado na seguinte questão: a “tensão entre o excessivo encarceramento decorrente do punitivismo denunciado pela Criminologia Crítica e o alto índice de violência contra as mulheres exposto pela Criminologia Feminista” (CAMPOS, 2011, p. 151). Nesse ponto, as autoras argumentam que a violência contra a mulher estaria inserida no ramo da criminologia tradicional, pois atinge diretamente bens e pessoas, os danos são concretos, e a criminologia crítica entenderia como “lícita a criminalização”, não sendo adequada a visão do direito penal mínimo e garantista que trataria de bens abstratos.

A tipificação objetivando, apenas, descrever determinadas condutas sem verificar os resultados que podem ser gerados não se enquadra no conceito de "lei penal mínima", proposto por Baratta (2004, p. 310), para a proteção de determinados bens jurídicos:

apenas as graves violações dos direitos humanos podem ser sujeitas a sanções penais. As sanções devem ser proporcionais aos danos sociais causados pela violação. Somente são admissíveis por meio de um rigoroso controle empírico, com base na análise dos efeitos de regras similares em outras jurisdições, regras análogas do sistema e métodos sociológicos de prognóstico, sendo comprovado ou altamente provável qualquer efeito útil, em relação a situações em que existe uma grave ameaça aos direitos humanos.

Esse entendimento não pode ser visto como a aplicação da pena nos modelos tradicionais, uma vez que são pensadas alternativas para a solução desses conflitos, assim, um dos objetivos seria lidar com as relações interpessoais que são rotuladas como "problemáticas", "violentas", "nocivas", ou "em conflito." Pode-se dizer que o direito penal mínimo e garantista não se limita no nível de uma crítica radical, mas propõe alternativas para a solução do conflito. A criminologia crítica leva em consideração as relações de desigualdades e as pessoas que serão alvo de determinadas sanções e visa também soluções alternativas para esses conflitos que não sejam apenas o encarceramento.

Assim, concorda-se que a Lei Maria da Penha não se constitui em um modelo “punitivista”. Contudo, nota-se tendência pelo aumento das penas nos casos de crimes cometidos contra mulheres, como é o caso da Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, que tipificou o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, promovendo aumento da pena base de 6 a 20 anos, para 12 a 30 anos, além da inclusão causas de aumento da pena de um terço até a metade (crime cometido durante a gestação até 3 meses após o parto, contra menor de 14 anos e maior de 60 anos e na presença de descendentes e ascendentes).

Nota-se que o poder Legislativo tem seguido a mesma tendência de inaplicabilidade da suspensão condicional do processo, o que pode ser demonstrado pela existência de projeto de lei do Senado (PLS) que visa impedir a suspensão nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher. O PLS nº 49/2011 (PL 1.322/2011 na Câmara) proposto pela senadora Gleisi Hoffmann também prevê a alteração legislativa da ação pública condicionada à representação para pública incondicionada.⁶

A aprovação dessas leis e a tipificação de determinadas condutas revelam valor simbólico (BOURDIEU, 1989, p. 45), já que transmitem a noção de que os delitos praticados contra mulheres não podem ser considerados como de menor importância. Porém, sem os instrumentos interdisciplinares de política criminal podem não produzir o efeito almejado no combate à violência contra a mulher. Bourdieu (TERDIMAN, 1987, p. 823) analisa essa noção de “universalização da lei”. O efeito da universalização seria a produção de uma “dominação simbólica”, que se caracterizaria por imposição em determinada ordem social. A finalidade da norma seria informar o comportamento de todos os atores sociais, para além das diferenças de *status* e estilo de vida. Esse efeito também é denominado de “normalização” e busca a manutenção de determinada autoridade social já exercida e legitimada culturalmente por aqueles que exercem o poder dominante.

Essa noção de “normalidade” seria reproduzida por meio das práticas exercidas no campo jurídico, que, por meio da interpretação da norma, contribui para uma representação de normalidade segundo a qual diferentes práticas tendem a aparecer “desviantes, anômalas, anormais e patológicas”. Assim, esse tipo de previsão normativa, como a tipificação de determinadas condutas, contribui para o exercício desse valor que é dotado de simbolismo, uma vez que, nem sempre, produzem os efeitos que estão previstos nos textos normativos.

Gusfield (1968, p. 57) entende que há dimensões simbólicas fundadas em uma política instrumental, o autor diferencia a legislação simbólica, que teria a finalidade de afirmar alguns

6

Esse projeto propõe a alteração dos art. 88 e 89 da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para vedar a suspensão condicional do processo e a ação penal condicionada à representação nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher, e o art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade às ações penais que especifica. Esse projeto é oriundo do Senado Federal e foi distribuída à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (RICD, art. 54 e Mérito) para apreciação conclusiva, tendo recebido parecer conclusivo, porém ele também tem sido objeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência contra a Mulher que analisa todas as proposições relativas ao tema e que está em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. É preciso ressaltar que esse tema restou decidido pelo STF na ADIN 4424/2012, possibilitando que o Ministério Público dê início à ação penal sem a necessidade de representação da vítima.

valores e estilos de vida, sem depender de uma real aplicação para a produção de determinados efeitos; a legislação instrumental, por outro lado, controla o comportamento por meio de práticas decorrentes da aplicação da lei (GUSFIELD, 1968, p. 69). Ainda a esse respeito, Keith Hawkins (2002, p. 5) argumenta que a lei "pode ser direcionada para fins instrumentais ou simbólicos, utilizados pelas organizações". A autora questiona se as leis simbólicas abririam espaço para atos de execução de determinada política pública, fundadas em previsões normativas.

Com relação a essas dimensões simbólicas e com base em algumas contribuições sob a perspectiva da criminologia crítica, Baratta (1997, p. 101) entende que a ciência jurídica funcionaria como instrumento de controle, por meio da tipificação das condutas e punição dos infratores, cujos critérios adotados exprimem relações sociais e políticas que sugerem etiquetamento dos marginalizados. A adoção desses critérios por instituições e autoridades públicas poderia vir a operacionalizar o denominado controle social sugerido por Barata. É preciso ressaltar que esse controle social seria realizado não somente pelo Estado, mas também por outras instituições como a família e a escola, que, de certa forma, "compram" a ideia de etiquetamento e da existência de penas cada vez mais severas para a punição dos infratores. Esse pensamento, segundo o autor, não funcionaria para prevenir, tampouco para repreender o infrator, resultados esses que seriam os esperados quando da instituição do sistema penal.

Um ponto também debatido pela criminologia crítica consiste na posição da vítima no sistema penal. Zaffaroni (1991, p. 57) entende que há a necessidade de se devolver às vítimas uma forma em que elas sejam respeitadas dentro do sistema punitivo, existindo reestruturação do sistema no controle de violência do sistema e da sociedade. Tendo por base essa noção, o judiciário teria se tornado mero chancelador do que foi obtido pelo pacote de agentes executivos (testemunhas, fatos, provas etc.). Zaffaroni entende que devem se reduzir as formas de controle e não ampliá-las, tendo-se por base visão reducionista.

Em contraposição ao pensamento de Zaffaroni, Hassemer (2015, p. 187) argumenta que o respeito aos procedimentos processuais asseguraria "uma busca mais bem-sucedida da verdade (interpretada pelo autor como *ethos* do processo penal) e o respeito aos direitos individuais". Para o autor, a verdade descoberta seria ferramenta para proteger e fortalecer a dignidade humana. Se a verdade constitui reconfiguração necessária à condição de justiça, esta deve ser encontrada, a fim de tratar os demandados de forma compatível com a sua

dignidade. Para Hassemer (Idem, 2015, p. 188), só um processo voltado em direção à verdade seria capaz de garantir que o réu seria julgado com base em fatos, e não apenas em pontos de vistas preconcebidos.

Embora esses instrumentos processuais sejam utilizados para o respeito aos direitos individuais, é preciso verificar a forma como eles são utilizados na prática judiciária. É necessário que a mulher conheça o trâmite processual e as suas consequências, não é possível a condução do processo penal sob uma perspectiva tradicional, em que se privilegia a busca pela “verdade real” sem observar o contexto em que os sujeitos estão envolvidos, agir dessa maneira pode significar a supressão da autonomia da mulher (MACHADO, 2014, p. 78; LARRAURI, 2008, p. 311-328).

No caso da violência contra a mulher, a participação da ofendida é essencial, pois a atenção para a situação das vítimas no processo de justiça criminal ocorreu durante muito tempo de forma negligente e invisível:

[...] a Lei 9.099/95, ao definir os delitos em razão da pena cominada e não do bem jurídico tutelado, não compreendeu a natureza diferenciada da violência doméstica. Essa (in) compreensão jurídica tem como consequência a banalização da violência de gênero, tanto pelo procedimento inadequado como pelas condições impostas na composição civil e na transação penal. As possibilidades de escuta da vítima mostraram-se falaciosas devido à diminuição de sua intervenção na discussão sobre os termos da composição civil e, sobretudo, da transação penal. (CAMPOS; SALO, 2011 p. 415).

Esses crimes eram tratados como restritos ao ambiente privado e culturalmente recebiam o tratamento como de menor importância. No entanto, essa visão tem mudado com a perspectiva de que se trata de crime de preocupação pública, de violação da lei e que justifica a intervenção da justiça criminal. É preciso salientar que não existe crime de menor potencial ofensivo quando se trata da violência de gênero. Tais delitos são contínuos, as agressões verbais e psicológicas são baseadas na relação de poder, o medo e a insegurança são constantes. Vítório (2010, p. 7) exemplifica essa situação em seu texto:

[...] o recorte na análise da suspensão condicional do processo ocorre porque este recurso obstaculiza o enfrentamento da violência de gênero, tendo em vista que pode se tornar o fio condutor da defesa de homens que praticam a violência, na medida em que lhe infere uma punibilidade branda e pode caracterizar o entendimento da violência, na forma de ameaça, como um crime de menor potencial ofensivo.

A violência contra a mulher não pode ser tratada como crime de menor potencial ofensivo e a persecução penal não pode se aliar apenas ao acusado que busca evitar os "dissabores" de uma condenação. O processo deve se adequar à necessidade daquela mulher que se encontra numa posição de hipossuficiência na relação. Talvez a mera condenação ainda não seja a medida mais adequada, mas gera a reincidência que poderá afetar atos da vida civil do agressor, e, de certa forma, consiste em uma resposta dada pelo Estado, pois teria o significado de que a violência contra a mulher constitui problema social, e deve ser vista pela sociedade como crime (VITÓRIO, 2010, p.30). Não se trata apenas de discurso encarcerador, mas sim a busca por um meio em que a mulher seja respeitada pelo nosso ordenamento e por aqueles que aplicam a norma.

A esse respeito, é preciso salientar que um modelo tradicional, baseado meramente em fatos, provas e decisões instrumentalizadas não seria adequado para esse tipo de crime. Pasinato (2011, p. 120) apresenta visão mais ampla de como deve atuar o processo judicial nesses crimes:

[...] um segundo sentido está na forma ampla como propõe que esta violação de direitos humanos seja tratada pelas instituições públicas, com a recomendação de medidas de responsabilização do autor/agressor, medidas de proteção à integridade física das mulheres e de seus direitos, medidas de assistência que contribuam para fortalecer a mulher e medidas de prevenção, que visam a romper com a reprodução da violência baseada no gênero na sociedade. É sempre importante lembrar que estes conjuntos de medidas não estão hierarquizados no texto da lei e sua aplicação deve ocorrer de forma equacionada e de acordo com as necessidades que são identificadas caso a caso. Assim, embora num primeiro momento a lei tenha sido divulgada como uma aposta no maior rigor no campo penal como medida de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, as respostas previstas vão mais além da aplicação de penas restritivas de liberdade para os agressores.

É preciso pensar em medidas que proporcionem resposta estatal adequada para aquele tipo de violação. A exclusão *prima face* de medidas alternativas para a solução do conflito pode vir a representar um distanciamento entre a resposta estatal e a finalidade almejada. Sobre esse tema, Angelim (2011, p. 29-30) entende que “a diversificação das penas abrange uma ampla discussão em torno do pluralismo jurídico como alternativa para pacificar os conflitos, numa perspectiva que não se limita às salas de audiência”. O autor defende que se abram espaços para que outras agências ou atores sociais “possam criar condições para a solução do conflito entre as partes interessadas”, essa solução poderia ser negociada entre as

partes ou por meio de terceiros que facilitariam essa solução consensual “com o aval dos operadores do direito” (p. 29-30).

Para a implementação de medidas alternativas, seria necessário viabilizar um “processo comunicativo com a vítima”. Esse processo é essencial para compreender o fenômeno da violência, por meio dos relatos das situações que estão sendo enfrentadas (ANGELIM, 2011, p. 197). Assim, por meio das conversas das vítimas, é possível nomear as violências sofridas e viabilizar as alternativas para a sua “segurança e autonomia”, cujos instrumentos poderão estar presentes no âmbito do Poder Judiciário, mas também de outros poderes.

1.2 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NOS DELITOS CONTRA A MULHER: FRAGMENTOS DO DEBATE ATUAL

A suspensão condicional do processo tem sido alvo de vários debates entre representantes dos movimentos feministas e profissionais que atuam perante o Judiciário. Para uma compreensão sobre os vários argumentos utilizados por esses grupos, inicialmente, serão evidenciadas as críticas realizadas à aplicação do *sursis* e em seguida os fatores considerados como favoráveis.

1.2.1 Argumentos contrários à aplicação da suspensão condicional do processo

Para exemplificar os argumentos contrários à utilização da suspensão condicional do processo, serão mencionados alguns estudos realizados sobre o tema. Inicialmente, serão citadas as conclusões de Leila Barsted (2011, p. 27) sobre a relação da violência contra a mulher e as práticas realizadas nos Juizados Especiais Criminais. O estudo organizado por Leila Barsted (2011, p. 28) sobre a violência contra as mulheres no Brasil concluiu que a Lei 9.099/95 apresenta soluções que são céleres e alternativas à prisão, porém critica a aplicação do *sursis* processual quando o conflito envolve a violência contra a mulher.

Para a autora, existe uma dissimetria do poder nesse tipo de relação que ocasionava um número elevado de desistências por parte das mulheres e, nos casos em que havia o prosseguimento do processo penal, existia a sensação de impunidade, uma vez que havia a possibilidade da transação sem qualquer medida de proteção à vítima. Barsted (2011, p. 29) fundamenta os seus argumentos informando que “cerca de 70% dos casos que chegavam aos Juizados Especiais Criminais envolviam situações de violência doméstica contra as mulheres” e que a maioria desses conflitos eram solucionados por meio da conciliação. Com relação à conciliação, havia outro fator correlacionado que era a possibilidade de sua consolidação sem a presença do Ministério Público ou do juiz, pois vários desses processos eram arquivados na audiência conduzida por conciliador. Assim, a autora concluiu que esta não seria uma resposta adequada para a violência sofrida pela mulher, pois, além de não protegê-la contra futuras agressões, ainda sustentava a noção cultural de que o homem pode agredir a mulher.

A prática das composições civis e das transações penais eram vistas como formas de minimizar a gravidade dos delitos contra as mulheres, era como se o tratamento a esses delitos não fosse específico utilizando-se os mesmos critérios gerais atribuídos para outros processos julgados nos juizados. Lindinalva Costa (2011, p. 107) especifica que a composição civil e a transação civil pressupõem a “igualdade de condições” entre os envolvidos no conflito, situação que não ocorre na violência contra a mulher em virtude da dissimetria do poder existente entre homens e mulheres.

Bruna Costa (2014, p. 37-39) exemplifica a especificidade desses delitos no estudo realizado sobre a suspensão condicional do processo no âmbito do TJDF. A autora analisou 22 processos que tramitaram entre os anos de 2006 e 2012 e constatou que na maioria houve agressões físicas como socos, chutes e até a utilização de instrumentos como pedaços de madeira e, apesar dessas ocorrências, houve a proposta do *sursis*. Além desses casos, houve a menção de pagamentos de cestas básicas e realização de conciliação, após a vigência da Lei Maria da Penha, informação assombrosa para o combate da violência contra a mulher.

São casos como os citados que reforçam os posicionamentos de militantes dos movimentos feministas como desfavoráveis à suspensão condicional do processo. Campos e Carvalho (2006, p. 410) afirmam que a incompreensão jurídica pode resultar na “banalização da violência de gênero” que se caracterizaria pelos procedimentos inadequados e as condições impostas (composição civil e transação penal). As autoras ainda afirmam que a expressão da vontade da vítima naqueles procedimentos seria limitada.

A celeridade dos Juizados Criminais também é alvo de críticas. Lindinalva Costa (2011, p. 3) menciona que a prioridade dada para a celeridade nos juizados criminais culmina na ausência de investigação preliminar que garantiria o mínimo essencial para dar suporte probatório e obter a condenação do réu. Essa celeridade contribuiria para a noção de que “é fundamental se chegar ao acordo, seja para diminuir o volume dos processos, seja pela impaciência dos agentes públicos em verificar as causas que deflagraram o conflito” (Idem, p. 4).

Para reforçar as críticas tecidas sobre as práticas dos Juizados Criminais, enquanto julgavam os processos que envolviam a violência doméstica, Lindinalva Costa (2011, p. 108) reforça a noção de que os profissionais do Direito não estariam capacitados para julgarem esses casos, pois as diferenças sociais existentes entre homens e mulheres se refletiam na atividade jurisdicional, conforme pode se inferir do seguinte trecho:

jamais se ocuparam os Juizados Especiais Criminais da defesa das mulheres enquanto sujeitos de direitos, pelo contrário, agiam seus operadores como "guardiões" da família, estatuiendo a nefasta tese de resgate da "harmonia familiar", a qualquer preço, onde, equivocadamente, as mulheres eram oferecidas em sacrifício, pois neste sistema despreparado e cego, só a elas coube o peso muitas vezes insustentável de "salvar a relação", embora, em muitos casos, nada de altruísta e saudável existisse para ser "salvo", já que os contendores se encontram enclausurados em relacionamentos insatisfatórios, nos quais as mulheres estavam sujeitas a atitudes predatórias e destrutivas e se viam estimuladas a prosseguir próximas demais do perigo, curvando-se "gentilmente" diante da autoridade e do medo.

Em relação a essa contextualização, algumas pesquisadoras afirmam que, mesmo que as penas sejam consideradas baixas, a condenação do agressor poderia surtir melhores resultados no combate a violência contra a mulher, pois, durante o processo, pode haver a prisão em flagrante e a decretação de prisão preventiva. Essas medidas são consideradas mais efetivas, pois poderiam causar receio ao acusado para que não reitere as agressões contra a mulher.

A respeito da aplicação da suspensão condicional do processo após as decisões do STF e do STJ, Campos (2015, p. 529) traça os seguintes argumentos contrários a utilização: 1) não cabe ao Ministério Público descumprir decisão *erga omnes* do STF e, para a aplicação, haveria a necessidade de alteração legislativa; 2) o *sursis* apenas beneficia o autor e não a vítima, pois a concessão independe da manifestação da vontade da mulher; 3) a aplicação do

sursis sugere a resistência dos profissionais em cumprirem a lei e aceitarem o novo “paradigma legal”; 4) a negativa em se aplicar a lei pode sugerir “uma disputa ideológica entre o feminismo e o tradicionalismo jurídico sobre a violência contra as mulheres” e essa disputa poderia dificultar a implementação das varas especializadas.

Tais argumentos refletem o posicionamento de alguns membros que integram os movimentos feministas, situando-se como desfavoráveis à aplicação da suspensão condicional do processo. Observa-se o receio de que a violência contra a mulher seja tratada como crime de menor potencial ofensivo durante os procedimentos judiciais. Um dos principais argumentos nesse sentido, e que pode gerar reflexões, é o fato de que essas agressões possam ser consideradas “leves” em virtude das penas previstas na legislação penal, sem que os profissionais verifiquem as a possível habitualidade das agressões e a diferença de poder entre o acusado e a vítima.

1.2.2 Argumentos favoráveis à aplicação da suspensão condicional do processo

A busca por medidas alternativas para o enfrentamento da violência pode ser retratada nos artigos que preveem a concessão das medidas protetivas na LMP. Estas seriam “providências muito mais sensatas para fazer cessar as agressões e, ao mesmo tempo, menos estigmatizantes para o agressor, assim como a ampliação da definição da violência contra as mulheres” (AZEVEDO, 2008, p. 126-130).

É com esse sentimento de que o encarceramento não é tão adequado para alguns casos de violência contra a mulher que muitos profissionais ainda insistem em utilizar esse procedimento. A aplicação da pena como instrumento de combate à violência contra a mulher poderia desconsiderar o seu caráter sociocultural, caracterizado pela aplicação da pena de “modo seletivo e temporário em termos de classe social e pertença étnica e cultural”, dificultando “a busca por meios efetivos para prevenir a reprodução crônica da violência” (AZEVEDO, 2008, p. 129).

A suspensão condicional do processo ainda tem sido utilizada por alguns profissionais que atuam perante o subsistema de justiça, mesmo após o STF ter proferido algumas decisões, entendendo que não seria devida essa utilização. Esse fenômeno é demonstrado por Ávila

(2014, p. 16-17), que relata algumas experiências em jurisdições do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT):

[...] em minhas pesquisas qualitativas recentes, acompanhei tanto o trabalho de circunscrição no Distrito Federal, em que o Ministério Público utilizava a suspensão condicional do processo para o fim da responsabilização antecipada do agressor por meio do encaminhamento a serviços de atendimento psicossocial, como de circunscrição, onde se aplicava este instituto, sem qualquer encaminhamento psicossocial. Acompanhei ainda o Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar em circunscrição do Distrito Federal, onde nem o Juiz nem o Ministério Público aplicavam tal instituto, mas buscavam a produção de procedimentos jurídicos ou informais de produção de maior tempo no processo de acolhida de agredidas e agressores, encaminhando-os ao atendimento psicossocial. Não se marcava imediatamente a audiência do arquivamento pedido pela denunciante, mas se encaminhava aos atendimentos psicossociais para sua maior proteção e reflexão tanto de agressores quanto de agredidas. Suspendia-se informalmente o processo para obter maior conhecimento do conflito pelos profissionais e formas possíveis de encaminhamento a agredidas e agressores, análise dos riscos e proteção à vítima.

Constatando-se esse cenário, cabe o seguinte questionamento: por que os profissionais do Direito ainda utilizam a suspensão condicional do processo? Para responder a essa pergunta, detalharemos alguns dos principais argumentos reiterados na literatura.

A suspensão condicional do processo ostenta alguns aspectos positivos, estando entre eles a celeridade na resposta estatal à prática do delito e a possibilidade do exercício da vigilância do poder judiciário e da equipe multidisciplinar durante o processo, e não apenas durante o cumprimento da pena.

Essa celeridade é sugerida pela pesquisa realizada no TJDFT pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS). As pesquisadoras analisaram 318 processos selecionados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no período compreendido entre o ano de 2006 a 2012. Os processos foram divididos em dois grupos: A, com a aplicação da suspensão condicional do processo, composto por 94 processos; e B, sem a aplicação da suspensão e com prolação de sentença, composto por 224 processos. Verificou-se que a resposta judicial é dada mais rapidamente no grupo A em que houve a suspensão condicional do processo (média de sete meses entre a denúncia e a suspensão condicional do processo, comparado a 14 meses decorridos entre a denúncia e a prolação da sentença no grupo B, em que não houve a suspensão). E esse seria fator positivo quando se trata de violência contra a mulher, pois a resposta estatal deve ser dada de maneira célere (DINIZ, 2014, p. 30).

O *sursis* apresenta características próprias e que devem ser observadas durante a sua aplicação, para que haja proporcionalidade entre a medida implementada durante o tempo da suspensão e o delito praticado. Felix Fisher (2003, p. 520)⁷ menciona que, diferentemente da suspensão da pena e da substituição por pena restritiva de direito, a suspensão condicional do processo leva em consideração como limite a pena mínima cominada ao delito, ou seja, a pena em abstrato, pois não há uma condenação para posterior aplicação da medida despenalizante.

Complementando essa interpretação, Bitencourt (2012, p. 755) demonstra preocupação quando esse instituto é aplicado a outros crimes de maior gravidade, ou que sugeriria uma "despenalização maciça". A preocupação do autor fundamenta a utilização de critério que poderia ser observado durante a aplicação nos delitos contra a mulher, que seria a observância da "necessidade e suficiência" na utilização do instituto e também no momento da sua revogação, para que não haja a violação de garantias e direitos fundamentais, devendo ser utilizado em consonância com a perspectiva de uma prevenção geral.

Nota-se, em relação às entrevistas realizadas no presente trabalho, que a relação entre a necessidade (o sujeito precisa receber resposta estatal em decorrência da prática ilícita) e a suficiência (a resposta estatal será proporcional à prática delituosa) tem sido preocupação dos profissionais que sugerem a suspensão. A proporcionalidade da resposta estatal também pode ser observada nos requisitos legais exigidos para a concessão do *sursis* processual, quais sejam: a reparação do dano, a proibição de frequentar determinados lugares, a proibição de se ausentar da comarca sem a autorização do juiz, e o comparecimento mensal em juízo. O parágrafo segundo do art. 89 prevê a possibilidade de o juiz fixar outras condições. E denomina-se "período de provas" o lapso temporal em que o processo fica suspenso.

Com relação aos outros tipos de condições, Thiago Arruda (2013, p. 450) entende que, embora sejam condições facultativas, elas devem obedecer ao princípio da adequação,

7

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO. DESCLASSIFICAÇÃO. CONCESSÃO DO SURSIS PROCESSUAL. MOMENTO E INICIATIVA. I - O juiz não é parte e, portanto, inadmissível, em princípio, ex vi art. 89 da Lei nº 9.099/95 c/c os arts 129, inciso I da Carta Magna e 25, inciso III da LONMP, que venha a oferecer o *sursis* processual *ex officio* ou a requerimento da defesa. II - A eventual divergência entre o órgão de acusação e o órgão julgador acerca da concessão do *sursis* processual se resolve, na hipótese de recusa de proposta, pela aplicação do mecanismo previsto no art. 28 do C.P.P (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ). III - Pena *in abstracto* e pena *in concreto*. O limite imposto pelo art. 89 da Lei nº 9099/95 não alcança a pena *in concreto* (aplicada) decorrente de emendatio ou de acolhimento apenas parcial da pretensão punitiva deduzida na prefacial da acusação. Precedentes. Recurso provido (STJ - REsp: 450546 SP 2002/0091690-1, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 06/03/2003, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 07.04.2003 p. 322RSTJ vol. 170 p. 520).

fundado no princípio da proporcionalidade, elas precisam ser adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado. É necessário que estejam em proporção com o fato praticado pelo agente e com suas condições pessoais (culpabilidade, meios e modos de execução, motivação e demais circunstâncias da infração penal). Antônio Folgado (2002, p. 698) denomina essa proporcionalidade de "equivalentes penais" em que as medidas aplicadas seriam proporcionais à infração cometida sem a necessidade de utilização do cárcere.

A título de exemplo, poderiam ser aplicadas as seguintes condições ao acusado: a frequência a cursos profissionais; o atendimento aos encargos da família; a submissão a tratamento de desintoxicação; a frequência a cursos de reabilitação de alcoolismo; submissão a tratamento médico ou psicológico; a entrega a Instituições de auxílio comunitário de "cestas básicas" de alimentos ou medicamentos; o não acompanhamento, ou mesmo alojamento ou recebimento de certas pessoas, entre outras que seriam mais adequadas para a resposta estatal pela infração cometida.

Observa-se que, no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do TJDF, há a possibilidade de cumprimento de algumas dessas medidas alternativas, como é o caso dos grupos de reflexões para homens autores de violência doméstica e familiar promovidos pelo Núcleo de Atendimento à Família e Homens Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), que “integram a estrutura da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal.” (MONTEIRO, 2014, p. 12). Por meio da suspensão condicional do processo, é possível trabalhar a reflexão desses sujeitos a respeito do contexto em que estão inseridos e possibilitar a utilização de instrumentos que desfavoreçam a reiteração da conduta criminosa.

Anita Monteiro (2014, p. 96) entende que a participação nesses grupos pode ser vista como forma de enfrentamento à violência contra a mulher. A autora realizou pesquisa no NAFAVD que funciona perante os juizados do Fórum do Paranoá (TJDFT), tendo participado de 12 sessões, entre setembro de 2013 e janeiro de 2014, e pôde analisar as metodologias de trabalho utilizadas nesses grupos e apontou algumas sugestões de aprimoramento desses grupos.

Cita-se como ponto a ser aprimorado nos trabalhos realizados com esses grupos a ressignificação dos papéis de gênero, pois, na linguagem utilizada pelos homens, observou-se a presença de estereótipos androcêntricos, cujas raízes culturais estão presentes em nossa sociedade.

O segundo ponto é o desafio de ressignificação dos papéis de gênero e consequentemente da reconstrução de relações mais equânimes entre homens e mulheres numa relação conjugal. Observa-se nas narrativas dos homens uma redução da importância dos papéis femininos, com exceção da mãe, a personagens figurantes nos enredos. Assim, as (ex) companheiras, que constituem a outra parte da relação conjugal, não são caracterizadas nos relatos dos homens, como se fossem desprovidas de sentimentos e vontades. Isso é recorrente e significativo na medida em que há uma disparidade da importância das mulheres (companheiras, namoradas, esposas) quando comparada à da mãe, dos filhos, dos pais e até dos amigos. Isso pode sinalizar a desproporção de poder entre homem e mulher no ambiente doméstico, o que poderia ser explorado no atendimento. (MONTEIRO, 2014, p. 172).

Para fundamentar o seu posicionamento, a autora utiliza as palavras de Segato a respeito da noção de patriarcado nas relações familiares:

o lugar onde se inocula o patriarcado em nós e nos aprisiona é na família. Não importa qual seja ela, uma vez que estou falando de norma, da pressão pelo padrão. É verdade que, depois da cena familiar inicial, há inúmeras maneiras de realizá-la; cada indivíduo encontra solução para esta cena. (SEGATO, 2010, p. 52).

Para Lourdes Bandeira (2009, p. 427-428), é como se perdurasse no imaginário brasileiro a representação de um homem “cordial, ordeiro e não violento” e haveria alguma justificativa para o cometimento da violência contra a mulher. É como se o papel “disciplinador” fosse atribuído ao masculino. Esse tipo de pensamento naturaliza a violência contra a mulher, “eles tendem a não tratar a agredida como indivíduo, dando prioridade à família, ao lar, e, portanto, maximizam o significado da ordem familiar como uma ordem “natural” regida pelo homem-provedor”.

Esse pensamento pode estar presente nas interações sociais e são reproduzidos pelos agressores. Assim, existe necessidade de trabalhar a ressignificação das diferenças de gênero, principalmente nesses grupos de homens.

Anita Monteiro também menciona que é preciso trabalhar a racionalização do homem sobre o contexto de violência em que está envolvido. Nota-se, em relação aos discursos trazidos pela pesquisa, que são utilizados como instrumentos de exercício da não violência e incentivos a uma relação interpessoal dialógica, o que pode ser considerado ponto positivo nos grupos de reflexões. Monteiro também sugere a possibilidade de diálogo com o casal (GREGORI; DEBERT, 2008 *apud* MONTEIRO, 2014, p. 53), nos casos em que as partes

mantêm relacionamento, o que ainda não é realizado pelo NAFVD, pois, quando existe o acompanhamento, os sujeitos são ouvidos em momentos separados.

Trata-se de um recurso de conhecimento de si mesmo e do outro, estando presente em várias relações humanas, inclusive nas de gênero. Portanto, a importância do diálogo no atendimento em grupo com homens que respondem processo da Lei Maria da Penha não significa uma crítica à execução da lei, muito menos uma tentativa de reconciliação de casal, exposição da mulher a situações de risco nem de crítica à Lei Maria da Penha.

A autora ainda sugere a continuidade do trabalho realizado pelo grupo na rede de atendimento público, uma vez que a presença em 12 a 16 sessões não seria suficiente para trabalhar a complexidade dessas relações conflituosas.

Nota-se, na pesquisa realizada por Anita Monteiro, que a suspensão condicional do processo pode possibilitar o trabalho de conscientização do acusado, e de certa forma, a intervenção é vista como resposta estatal obtida pelo delito praticado, já que o acusado inicialmente enxerga o comparecimento ao grupo como uma das penalidades que lhe foi imposta.

1.2.3 A adequação dos instrumentos processuais ao contexto da violência contra a mulher

Por meio da experiência na formação de grupos de homens é possível observar uma tentativa em adaptar a prestação jurisdicional ao contexto da violência contra a mulher. Esse pensamento pode ser complementado pelos estudos de Baratta (2004, p. 309), ao entender que uma política criminal alternativa deve considerar o senso comum (como a opinião pública), mas colaborar para reverter a hegemonia cultural, por meio de críticas ideológicas, produção científica e discussão em massa sobre a questão criminal. O autor crê que apenas as graves violações aos direitos humanos poderiam ser objeto de sanções criminais, e que estas deveriam ser proporcionais aos danos sociais causados pela violação.

Além do critério da proporcionalidade, o autor também menciona que é preciso verificar o perfil do infrator, ou seja, quem será punido pela edição de determinada lei. Para

justificar esse pensamento, Baratta (2004, p. 311) menciona que os danos são muito maiores quando ocorre o encarceramento de membros de famílias de “estratos sociais inferiores, o mesmo não ocorrendo quanto aos jovens que não possuem estas origens”.

Assim, é preciso compreender qual o perfil de quem está sendo atingido por determinada medida legislativa e também pelas políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, incluindo nesse item a prestação jurisdicional.

Com base nesses elementos, os profissionais do Direito podem questionar a visão do processo penal como o conjunto de procedimentos que visam a produção de provas para a obtenção de condenação ou absolvição. Sugere-se que o processo penal não siga um modelo punitivista, que pode não ser adequado para o tipo de violência em que existe a dificuldade em produzir provas e intervir em situações que são tidas como privadas. O modelo a ser seguido deveria ser específico para determinado tipo de agressão, para um tipo de ambiente familiar, e não com o modelo penal geral em que há a necessidade de produção de provas e que segue a determinada formalidade.

Existe uma crítica à denominada “massificação das decisões” que consiste na falta de interpretação específica para determinado caso, que pode resultar em uma ineficiência dos trabalhos pela equipe multidisciplinar, quando o processo penal é visto dentro de um modelo que visa a absolvição ou condenação. O elemento da massificação das decisões, sem atenção individualizada sobre as especificidades de cada caso, é mencionado por Lourdes Bandeira (2009, p. 427-428). Para a autora, as mulheres são retratadas no processo judicial como “abstratas e genéricas [...] desconsiderando suas múltiplas especificidades”, pois as dinâmicas processuais são direcionadas, ressaltando o fato do conflito e da violência. O processo deveria ser conduzido observando a “condição representacional do sistema de gênero tradicional, ainda estruturador das instituições públicas”. Sem o tratamento das mulheres como “sujeitos específicos”, seria o mesmo que “torná-las juridicamente inteligíveis”.

Seguindo esse pensamento, os profissionais utilizam a suspensão condicional do processo entendem que esse poderia ser um caminho para o tratamento das mulheres como “sujeitos específicos”, pois tem sido instrumento que pode viabilizar resposta mais adequada ao comparar que as condenações geralmente são baixas em razão do perfil do agressor que é alguém que não possui condenações anteriores.

Caúla e Silva (2007, p. 87) entendem que a suspensão condicional do processo se revela vantajosa para a acusação, uma vez que, "dispensando-se o ônus da atividade probatória, ela obtém os mesmos resultados que teria caso houvesse efetivamente uma condenação: as restrições à liberdade do acusado, que se transferem das condições da suspensão condicional da pena para as condições da suspensão condicional do processo". Essa possibilidade de flexibilidade do processo penal, adequando-se ao contexto vivenciado pelos envolvidos, contribui para que a resposta estatal seja mais apropriada que o simples encarceramento.

⁸
A interrupção da prescrição da pretensão punitiva também tem sido vista como ponto favorável à suspensão condicional do processo, haja vista que, durante o período de suspensão, não corre o prazo para a prescrição e, caso haja a revogação do benefício ou a sua anulação, esse prazo volta a tramitar. Assim, a morosidade da instrução penal não prejudicaria a persecução penal.

O *sursis* processual também é visto com bons olhos quando não existem provas suficientes para a condenação do acusado. No processo penal, utiliza-se o princípio *in dubio pro reo* (na dúvida a favor do réu), assim, se existirem dúvidas sobre o fato e a sua autoria, deve-se proceder à absolvição do acusado. Essa situação pode ocorrer ainda quando há a alteração do depoimento pela vítima, o que pode levar à falta de provas para a condenação ou gerar dúvidas quanto à autoria do delito.

O fator da alteração do depoimento pela vítima também pode ocorrer em razão da impossibilidade de renúncia pela vítima nos casos de lesões corporais. Compreende-se que a decisão do STF na ADC nº 19 permitiu ao Ministério Público a propositura de ação incondicionada nos casos de lesão corporal contra a mulher, sem a possibilidade de renunciar a representação contra o agressor, esse fator pode ter contribuído para que as mulheres alterem os seus depoimentos em juízo com a finalidade de que o agressor não seja responsabilizado, provavelmente porque naquele momento o casal já se encontra reconciliado (WALKER, 2009, p. 123).

É certo que, atualmente, o modelo do processo penal segue tendência formalista que busca a condenação por meio de provas. Sendo assim, o fato de a mulher alterar o depoimento

8

O primeiro parágrafo do artigo 89 prescreve que a suspensão ocorre após o recebimento da denúncia e dessa forma tem-se a interrupção da prescrição.

dado na delegacia, e não o ratificar em juízo, pode frustrar a persecução penal pela insuficiência de provas, o que pode ser visto como desafio a ser enfrentado pelos profissionais que atuam perante o subsistema de justiça.

Além da necessidade de tratamentos específicos e que concedam autonomia às mulheres no âmbito Judiciário, existe a necessidade de uma articulação da rede de proteção à mulher por meio de interação entre a segurança pública e o poder judiciário, ressaltando, inclusive, a implementação de cursos de capacitação para os servidores das “ Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) e para o Judiciário articulados com a montagem de redes de serviços para as mulheres em situação de violência” (BANDEIRA, 2009, p. 428).

A necessidade de se construir uma política transversal, em que haja a interação entre o Judiciário e o Executivo enfrenta algumas dificuldades como a falta de investimentos na rede de atendimento à mulher, uma vez que muitas instituições não têm orçamento próprio e a falta de implementação das políticas específicas são desafios que devem ser enfrentados pelo poder público para que haja um direcionamento para a proteção das mulheres.

1.3 AS PRORROGAÇÕES DAS CONDIÇÕES DO *SURSIS* PROCESSUAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

A existência de sucessivas concessões e prorrogações do benefício constitui elemento que contribui para a sensação de impunidade, podendo indicar tolerância ao descumprimento. Rosane Lavigne (2011, p. 87), ao interpretar os dados coletados nos juizados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), nos anos de 2009 e 2010, verificou que 2% (dois por cento) dos processos estavam suspensos por aplicação do artigo 89 da Lei 9.099/1995. A autora entendeu essa atitude como uma inclinação ao ativismo judicial face ao trabalho realizado pelo Poder Legislativo:

[...] o caso FONAJE suscitaria então uma concepção inusitada, espécie de ativismo complexo, aquele deduzido de agir institucional fora do órgão de jurisdição, impulsionado por deliberações verificadas em espaços de articulação funcional, bem como de ação decisória realizada em autos processuais, por competência jurisdicional. Entretanto, face ao caso FONAJE, o que mais chama atenção é a

análise de Sarmento (2009: 135), ao realçar que “no Brasil é muito comum traçar-se um paralelo entre a defesa do ativismo judicial e posições progressistas”. Prossegue o autor: “talvez isso se deva ao fato de que, na nossa história, o Judiciário Brasileiro tem pecado muito mais por omissão”. Arremata o raciocínio afirmando: “porém, o paralelismo em questão não existe. Muitas vezes, o Poder Judiciário pode atuar bloqueando mudanças importantes promovidas pelos outros poderes em favor dos excluídos, defendendo o *status quo*. E esta defesa pode ocorrer inclusive através da retórica dos direitos fundamentais.

Nota-se que a questão, envolvendo a utilização da suspensão condicional do processo não pode ser pensada apenas com base em viés de “ativismo judicial”, como forma de manutenção do poder, mas pode assumir contexto de motivação profissional.

Verifica-se, nas expressões dos profissionais, que alguns entendem que a utilização do *sursis* advém de conceitos subjetivos de “justiça”, sendo considerada alternativa para os casos em que a condenação não seria medida adequada. Embora os anseios possam ser altruístas, existe crítica sobre a utilização pautada no receio de que as constantes prorrogações das condições se apresentem como tolerância pelo tratamento desvalorizado dos crimes contra a mulher.

Nota-se que as prorrogações de fato existem, como demonstrado na pesquisa realizada pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), na qual observou-se que a revogação do benefício ocorre numa minoria de processos:

[...] conforme o art. 89, § 3º e 4º, da Lei n. 9.099/1995, o descumprimento de condições da SCP pode levar à sua revogação por decisão judicial. A tabela 41 mostra que houve revogação em 15% dos processos do grupo A. Considerando que os dados anteriores indicaram o descumprimento de condições em até 22% dos processos, é possível concluir que nos processos analisados nem todos os descumprimentos de condições pelos agressores geraram revogação da SCP. [...] Considerando os 14 processos em que houve revogação da SCP, em quatro houve renovação da aplicação do instituto, por meio de novo acordo realizado com os agressores, conforme mostra a tabela 42. (DINIZ, 2014, p. 34).

A respeito dessas renovações, é preciso esclarecer que na legislação existem condições que obrigatoriamente devem ser revogadas e outras que assumem contornos facultativos. No parágrafo terceiro do artigo 89, estão dispostas as causas de revogação obrigatórias, quais sejam: o processamento por outro crime e a falta de reparação do dano. Já as disposições contidas no parágrafo quarto teriam caráter facultativo: o processamento por contravenção e o descumprimento de outra obrigação imposta.

Embora o comparecimento mensal não se enquadre nas condições de revogação obrigatória, entende-se que se não há justificativa para o seu descumprimento, o benefício deve ser revogado. Porém, se houver justificativa plausível, há a possibilidade de prorrogação (BITENCOURT, 2012, p. 145; GRECO FILHO, 2012, p. 89).

Esse foi um fator observado na pesquisa de Bruna Costa (2014, p. 37), ao concluir que existe tolerância para a não revogação da medida. Dos 22 processos analisados pela autora, 09 processos tiveram o período de prova prorrogado. Os seguintes dados demonstram as condições que foram descumpridas:

as condições descumpridas nos processos variaram de uma a três condições, sendo que em sete processos (32%) houve o descumprimento de apenas uma condição; em 10 processos (45%) de duas condições e em cinco processos (23%) de três condições. As condições mais descumpridas foram a do comparecimento em juízo para informar e justificar atividades e a do acompanhamento psicossocial. Em 20 processos (91%) o agressor deixou de comparecer em juízo para informar e justificar as suas atividades; em oito (36%) deixou de aderir ao acompanhamento psicossocial; em quatro (18%) de prestar serviços à comunidade; em um (4,5%) de pagar a reparação do dano causado; em um (4,5%) de comunicar mudança de endereço; em um (4,5%) de pedir autorização para ausentar-se do Distrito Federal por mais de 30 dias.

Costa (2014, p. 43) observa que, nos casos em que houve a renovação do benefício, percebeu-se “uma maior flexibilização com os descumprimentos das condições para que o agressor pudesse cumprir todo o período de prova e ter a extinção de sua punibilidade.” Em razão desses indícios de tolerância ao descumprimento, a autora se posiciona como desfavorável à utilização do *sursis*, sob o argumento de que “por mais que a continuidade da instrução penal venha a ensejar aplicação de pena mais branda, entende-se que há condenação que no futuro poderá resultar na reincidência”. Assim, nos casos em que houve a aplicação do *sursis* e observou-se o descumprimento das medidas impostas, o benefício deveria ser revogado.

Com relação à condenação do acusado, alguns fatores são observados pelos profissionais do Direito, estando entre eles os efeitos civis da aplicação da pena. Em alguns casos, a aplicação da pena pode ser vista como medida mais adequada, pois gera efeitos de reincidência (efeitos penais) e na vida civil do agressor (extrapenais). Em relação a essa aplicação, são considerados efeitos primários da condenação os elencados no artigo 91 do Código Penal, tais como: a reparação do dano causado pelo crime; a perda em favor da União

dos instrumentos e dos produtos do crime cuja detenção seja ilícita; e do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal, que determina como efeito a suspensão dos direitos políticos enquanto durar o cumprimento da pena.

E podem ser considerados efeitos secundários os dispostos no artigo 92 do Código Penal: a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, nos casos de crimes contra a Administração Pública, no exercício de sua função como servidor público naquelas hipóteses; a decretação da perda do cargo na prática de crimes funcionais com pena privativa de liberdade maior ou igual a um ano, ou na prática de crimes comuns com pena também privativa de liberdade superior a quatro anos; a incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, no caso de crime doloso e com pena de reclusão, contra filhos, tutelados e curatelados.

A condenação penal gera determinados efeitos na vida do agressor, dificultando o exercício da vida civil. Observa-se na fala dos profissionais entrevistados a preocupação com esses efeitos, principalmente por entenderem que o perfil do agressor seria de um “homem trabalhador” diferenciando-se daqueles que cometem outros tipos de delitos.

Esse pensamento é recorrente na fala de vários profissionais que atuam nos juizados (promotores, defensores, advogados, juízes, analistas e técnicos), o que pode sugerir característica comum ao perfil do acusado de violência doméstica: via de regra ele é visto como um sujeito que não possui habitualidade criminosa.

O receio em se aplicar a pena pode colaborar para a adoção da suspensão condicional do processo pelos profissionais do Direito. Porém, essa adoção também apresenta resultados que nem sempre são favoráveis ao jurisdicionado. Nota-se que a adoção da suspensão por determinados profissionais demonstra parcela de insegurança para o jurisdicionado, pois a resposta judicial pode ser diferente em casos semelhantes.

Para sustentar tais posicionamentos, os profissionais justificam que esses tratamentos diferenciados seriam decorrentes da independência funcional inerente à atuação do julgador. Percebe-se a valorização da independência funcional para que o magistrado possa exercer a sua livre convicção e determinar qual a melhor solução da lide. A consciência sobre a relação da decisão com a estrutura da ordem jurídica é destacada por Carl Schmitt (1975, p. 40) ao mencionar que a decisão “adiciona um elemento que não segue o conteúdo da ideia de direito, ou o conteúdo de uma norma jurídica geral positiva” e que, por meio da decisão, seria

possível atribuir um “fator determinante independente” proveniente da prática e da interpretação jurídica (Idem, p. 60).

Ainda sobre a atuação do julgador, quando existem lacunas na lei, Karl Larenz (1993, p. 34-35) sugere que “o juiz não está vinculado apenas à lei”, a norma é vista como uma expressão da vontade do legislador orientada pelo pensamento jurídico em conexão com o sistema legal e seus princípios. Essa interpretação envolve triagens e possui variações que ultrapassam o texto legal, principalmente quando apresenta lacunas e “necessidades de acordo com a sua própria intenção, que pode resultar em uma limitação (por meio de uma redução teleológica), ou uma extensão (uma ampliação teleológica ou aplicação)” (GARCIA AMADO, 2015, p. 8).

No caso da suspensão condicional do processo, a interpretação dada por esses profissionais consiste na noção de que a proibição do artigo 41 da Lei. 11.340/06 não abrange o *sursis*, uma vez que não estaria proibida de forma literal no texto normativo. Com base nessa interpretação e das necessidades verificadas com a *práxis* jurídica, os profissionais justificam a utilização da suspensão sob o fundamento de uma interpretação que seria adequada ao contexto da aplicação da norma e aos critérios legais.

Uma das principais questões da utilização desse tipo de interpretação constitui a possibilidade de uma insegurança ao jurisdicionado, que, depende do profissional que atuará no seu processo para saber, se fará *jus* ou não ao benefício.

Mancuso, discordando do que sugere os entrevistados, entende que “a independência funcional deve ser garantida por meio da ‘previsibilidade nos casos de decisões semelhantes’” (1999, p. 178). Talvez, por meio da noção de previsibilidade, é que existe tendência à uniformização das interpretações pelos tribunais superiores, o que pode ser verificado pela edição da Súmula 536 do STJ que trata da suspensão condicional do processo.

Fausto Lima (2010, p. 91) entende que um dos resultados da atuação judicial consiste na condenação daquele que violou determinada norma e argumenta que determinados juízos de valor por parte dos profissionais que atuam perante o judiciário, principalmente o julgador, penderiam a uma parcialidade que traria insegurança ao cidadão.

Assim, a independência funcional pode ser interpretada como autonomia profissional, mas no limites legais e de atuação na instituição. Quando o profissional escolhe determinada interpretação, seja pelo seguimento da diretriz dos tribunais superiores ou pela aplicação do

sursis, desde que o faça de forma consciente, está agindo de acordo com a sua autonomia e independência funcional. É o que sugere Luhmann (1980, p. 40): “as normas não constituem o procedimento nem a sua legitimação pelo procedimento, elas definem os seus limites e atribuem consciência aos seus participantes”. É essa consciência que pode vir a orientar a atuação profissional.

CAPÍTULO 2 - A LEI MARIA DA PENHA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os espaços de poder são construídos socialmente e, com a revolução feminista, muitas mulheres são responsáveis pelo sustento da família, elas possuem carreiras e sucesso profissional, mas existem resquícios nas relações sociais que contribuem para a construção de um estereótipo familiar no qual o homem deve ter a palavra final ou deve ser privilegiado (SARTI, 2005, p. 67).

Esses ideários sociais podem ser observados na opressão da mulher quando a sociedade impõe que ela necessita de sucesso profissional e sentimental para ser feliz. Essas imposições podem refletir a desproporcionalidade havida entre os gêneros e que contribui para caracterizar a sociedade brasileira como androcêntrica, pois estas falas estão tão introjetadas nas relações sociais que aparentam ser despercebidas por alguns atores sociais (BANDEIRA; ALMEIDA, 2012, p. 3).

Nesse contexto está inserida a violência contra a mulher, caracterizada pelas “dessimetrias de poder” (BANDEIRA, 2009, p. 407) presentes “nos jogos relacionais entre homens e mulheres não apenas simbolizadas, mas como uma ordem que sustenta o controle e a posse sobre o corpo feminino”. É como se o homem enxergasse a mulher como sua propriedade. Nas pesquisas realizadas por Lourdes Bandeira, a autora reitera, na fala dos agressores, a complexidade desse tipo de violência: “ela era a minha mulher...”; “ela me pertence...”; “ela queria me deixar”. Esses discursos de indignação são interpretados pela autora como a representação de uma “irmandade masculina”, presente como “personalidades públicas masculinas e formadores de opinião”.

É contra esses discursos que, infelizmente, são culturalmente aceitos, que os Movimentos Feministas têm lutado nas últimas décadas e influenciado a elaboração de políticas de proteção das mulheres. Assim, torna-se importante conhecer algumas características dos movimentos para compreender o processo de elaboração da Lei Maria da Penha.

2.1 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO FEMINISMO

Contra esse contexto sociocultural, surgiram os Movimentos Feministas engajados nas causas das liberdades e isonomia do gênero feminino. Citam-se como teóricos John Stuart Mill (1869), quem, juntamente com Harriet Taylor, escreveu a obra “A sujeição das Mulheres”, em que argumentou que a emancipação feminina em busca da igualdade de direitos e cidadania só ocorreria a partir do momento em que a mulher tivesse direito ao voto. Esta pode ser considerada perspectiva do feminismo liberal que prevê a igualdade na política. Esse feminismo é reformista, busca a igualdade em vários setores da sociedade, mas não possui enfoque nas relações familiares (HEYWOOD, 2010, p. 34). Esses teóricos fizeram parte da primeira onda do Movimentos Feministas iniciada no século XIX até o início do XX. E a principal característica consistia na luta pelo direito ao voto e aos direitos trabalhistas e a educacionais.

Naquela época, o feminismo foi influenciado por visão socialista, pregando que a desigualdade só poderia ser desfeita por meio de uma revolução social. Engels, na obra “A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, publicada em 1888, entendeu que o capitalismo ensejou a vitória do patriarcado e a propriedade privada sobre o direito materno. E nessa ideologia teria se consolidado a noção de que o “amor romântico” serviria para garantir esse controle (LINS, 2007, p. 46).

Como variante dessa ideologia, também existiu corrente que pregava a noção de movimento feminista socialista com base num sistema de Convivência comunal pregado por Charles Fourier (1772-1883) e Robert Owen (1772-1837), em que seria possível o diálogo entre homens e mulheres para que esses pudessem exercer a sua liberdade de escolha. No entanto, esse socialismo, em alguns momentos, é interpretado como utópico (CAMPONEZ; PEIXINHO, 2010, p. 29), pois, “em algumas versões dessas correntes, defendia-se a diferença das mulheres e até mesmo o seu separatismo”.

Posteriormente, surgiu a Segunda Onda, entre as décadas de 1960 e 1980, que questionava as desigualdades legislativas e sociais. A autora Betty Friedan, exemplifica esse movimento, quando utilizou como enfoque em seu trabalho a vida familiar norte-americana. Betty Friedan (1971, p. 290), na obra *Mística Feminina*, publicada em 1963, analisou aspectos das relações sociais e econômicas que podem contribuir para que a mulher opte por deixar a

sua vida profissional para se dedicar ao âmbito doméstico. Essa obra influenciou o feminismo da década de 1960, por analisar o cotidiano vivenciado pelas americanas, caracterizado por uma “era de consumo” na qual seria preciso obter cada vez mais recursos para conseguir o padrão de vida almejado. A autora defendia que a mulher poderia optar em deixar a carreira profissional para se dedicar ao trabalho doméstico, mas deveria fazer essa escolha de maneira consciente, compreendendo as influências sociais para essa escolha:

[...] a mística feminina supõe uma escolha entre «ser mulher» e arriscar-se às dores do crescimento humano. Milhares de pessoas, reduzidas pelo ambiente a viver ao nível biológico, embaladas em confortáveis campos de concentração por um falso sentimento de segurança anônima, fizeram a opção errada. E a ironia da escolha é que a mística apresenta a «realização feminina» como prêmio de ser exclusivamente esposa e mãe. Mas não foi por simples acaso que milhares de mulheres não alcançaram esse prêmio.

Juliet Mitchell, na obra “Mulheres: a mais longa revolução”, publicada em 1966, critica os modelos feministas que analisam a mulher apenas pelos fatores econômicos, sem se atentar às raízes culturais e ideológicas do patriarcado. Nesse sentido, ela enumera que, as sociedades patriarcais consideram as seguintes funções como sendo das mulheres: a) integrar a força de trabalho; b) gerar filhos e reproduzir a espécie humana; c) a responsabilidade pela socialização dos filhos; d) são objetos sexuais. Nessa perspectiva ela conclui que, para adquirir a liberdade, a mulher deveria conseguir se libertar desses quatro elementos (HEYWOOD, 2010, p. 36). Essa é uma corrente do Feminismo que entende que a opressão sexual consiste na forma do patriarcado institucionalizado pela vida familiar, por meio do condicionamento na criação de meninos e meninas.

A Terceira Onda surge no final da década de 1980 e início dos anos 2000, em que ainda sob os anseios de igualdade social questiona alguns aspectos da produção do Movimento Feminista e a sua adequação à sociedade contemporânea. É o caso do denominado “Feminismo das Diferenças” que, segundo Michèle Barret (1987, p. 33), seria a utilização de “um modelo desenhado na ideia de diferença entre homens e mulheres.” A autora questiona as diferenças existentes entre as mulheres, e seguindo a estrutura da sociedade norte-americana, enfatiza as diferenças entre brancas e negras, latinas, mexicanas, operárias, entre outras.

Outra característica da Terceira Onda consiste na presença da visão de liberdade feminina, que tem como uma das influências a tese defendida por Simone de Beauvoir, em

sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949. Na obra, a liberdade é caracterizada por questões sociais e que o exercício da racionalidade e escolha proporcionaria essa liberdade (HEYWOOD, 2010, p. 38).

A existência de várias correntes do Feminismo não descaracteriza o movimento, mas exemplifica a sua principal característica: o exercício da autonomia e da liberdade de escolha pela mulher. A mulher se tornará empoderada (da expressão inglesa *empowerment*) quando compreender o contexto social em que está inserida e, por meio do poder de escolha consciente, designará como deseja exercer a sua liberdade.

Com fundamento nessas perspectivas, a autodeterminação das mulheres (HABERMAS, 2003, p. 57) deveria ser pensada com base no que é significativo para elas, e não seria possível a garantia de direitos, tratando a pessoa como instrumentos, pois as mulheres precisam participar da criação desse sistema. Soraia Mendes (2012, p. 231), interpretando o conceito de autodeterminação proposto por Habermas, demonstra bem como seria essa participação feminina:

[...] é garantir às mulheres um delineamento autônomo para suas próprias vidas, não podem ser formulados de modo adequado à revelia das próprias envolvidas. Sem que estas articulem e fundamentem os aspectos considerados relevantes para o tratamento igual ou desigual em casos típicos. Ou seja, que a autodeterminação seja elaborada a partir do que ela significa para as próprias mulheres.

É com base nessa ótica que deve ser pensado o sistema de proteção às mulheres. O atendimento das vítimas de violência não pode ser estruturado com fundamento nos modelos tradicionais de procedimentos judiciais, sem a observação dos seus anseios e todo o contexto em que elas estão inseridas. Aplicar os modelos tradicionais resultaria na utilização de “um sistema feito por homens e para homens” (CAMPOS, 2013, p. 67).

Quando se trata do contexto da violência contra a mulher, percebe-se que o sistema judiciário ainda apresenta características androcêntricas, ainda há revitimização da mulher permeada por toda a interação simbólica existente. Quando a mulher busca o poder judiciário, ainda existe o estigma da mentira, o questionamento sobre a veracidade dos fatos, a necessidade de produção de provas sobre situações que aconteceram em ambiente doméstico. Percebe-se que o sistema ainda está se adequando para atender as vítimas da violência doméstica (MOLINA, 2000, p. 68).

O discurso punitivo ainda tem sido utilizado por algumas representantes dos Movimentos Feministas como forma de alerta, para que a violência contra a mulher não seja encarada como delito de menor importância, mas sim como algo sério, que precisa ser respeitado (BASTERD, 2011, p. 26-27). É uma luta contra a narrativa da “preservação da família” que, em alguns casos, é utilizada pelos profissionais do Direito para reforçar os modelos patriarcais dentro do subsistema de justiça:

[...] ressalta-se a predominância da lógica que mantém a violência exercida por homens contra mulheres no âmbito doméstico como prática típica do poder patriarcal, portanto de ordem privada, e não como tema de interesse público de defesa de direitos. Desta forma, a não utilização do direito penal não se fundamenta em nenhuma medida em uma justificativa crítica de desejo de redução do alcance do poder punitivo, mas sim na compreensão de que esta forma de violência específica seria inerente à esfera privada, o que já não mais pode ser admitido (LAVIGNE, 2011b, p. 301).

Esse tipo de crítica reflete a luta pela preservação dos direitos das mulheres num ambiente como o poder judiciário, o que, de certa forma, tem apresentado alguns resultados positivos, como por exemplo, a existência de programas de capacitação de servidores e uma preocupação que exista a intimação da ofendida em todas as fases do processo.

Repensando essa nova forma de atuação do Poder Judiciário, seria importante a atuação da equipe multiprofissional durante as fases do processo, para a promoção do empoderamento da mulher e também para a responsabilização do homem que compreenderia o contexto social em que está inserido.

2.2 A CRIAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

A Lei 11.340/2006 recebeu o nome de Lei Maria da Penha, em virtude de um caso de violência doméstica que ganhou repercussão internacional e culminou na elaboração de políticas públicas de combate à violência contra a mulher no país.

O Caso Maria da Penha teve início no ano de 1983, quando a biofarmacêutica, Maria da Penha Fernandes, sofreu dupla tentativa de homicídio cometida pelo seu ex-marido, Marco Antônio Herredia Viveiros, professor universitário. Primeiramente, ele tentou matá-la com um

tiro nas costas, ocasião em que a deixou parapléica e, em outra oportunidade, tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho numa banheira (BASTERD, 2011, p. 28).

Diante da gravidade das agressões, o réu foi condenado pelos tribunais em 1991 e em 1996. Contudo, valendo-se de recursos processuais contra a decisão condenatória do Tribunal do Júri, nunca foi preso, conseguindo passar 15 anos em liberdade mesmo depois de sentenciado.

Em virtude da morosidade do poder judiciário brasileiro, Maria da Penha recorreu à Justiça Internacional, tendo inicialmente apresentado o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, buscando a efetiva punição de seu agressor. Para a consecução de tal objetivo, procurou a ajuda do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Mesmo tendo tomado conhecimento sobre o caso denunciado à comissão interamericana, o governo brasileiro não tomou nenhuma medida para a efetivação do cumprimento de pena do agressor.

Diante desse fato, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 13 de março de 2001, enviou relatório ao Estado brasileiro, de acordo com o artigo 51 da Convenção, com o prazo de um mês estabelecido para o cumprimento das recomendações instituídas. O prazo, mais uma vez, foi expirado sem resposta do Estado brasileiro. Perante esses fatos, a Comissão tornou público o relatório e incluiu o Brasil no Relatório Anual da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) do ano 2000.

Com essa inclusão, a OEA, em 2001, responsabilizou o país por omissão e negligência no que diz respeito à violência doméstica, utilizando como base o relato de Maria da Penha. A OEA recomendou ao Brasil que tomasse medidas em prol da criação de políticas públicas que inibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres.

Após forte pressão internacional, em 2002, o governo brasileiro tomou medidas para que o processo criminal contra o agressor fosse encerrado, o que culminou na prisão de Marco Antônio em 2003.

Esse desfecho deve-se, indubitavelmente, à pressão internacional promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e toda a rede de proteção aos Direitos Humanos. Embora não tenha existido uma sanção *stricto sensu*, nota-se que as práticas previstas pelos

membros daquela rede transnacional e reconhecidas por eles como legítimas tornaram-se suficientes para a solução da lide.

Nesse caso, Heilmann (2011, p. 84) entende que a rede transnacional reflete uma tendência, a sistemas jurídicos informais, que podem influenciar a produção normativa nacional. Essa regulação por redes poderia ocorrer na hipótese da aplicação de normas internacionais (em sentido estrito) ou mesmo por meio de jurisprudências internacionais que também seriam utilizadas em âmbito nacional e não necessariamente obedecendo a um processo legislativo. No presente caso, as recomendações internacionais foram essenciais para que o Brasil tomasse iniciativas legislativas e construísse políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

2.2.1 Fragmentos do debate que antecedeu a aprovação da lei

Com o intuito de atender às recomendações internacionais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004 que criou o Grupo de Trabalho Interministerial integrado pelos seguintes órgãos:

[...] secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na condição de coordenadora; Casa Civil da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; Ministério da Saúde; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ. (BRASIL, 2015, p. 2-3.).

Em março de 2004, encaminhou-se a um Consórcio de Organizações Não Governamentais Feministas⁹ o projeto de Lei nº 4.559, de 2004, de relatoria da deputada Jandira Ferghali, para que recebesse contribuições de especialistas da área. Durante a

9

Calazans e Cortes (2011, p. 43) mencionam que o Consórcio era formado pela “CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação; CLADEM/BR – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; e THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, bem como por juristas e feministas especialistas no assunto. A coordenação do Consórcio ficou sob a responsabilidade do CFEMEA, por esta sediado em Brasília e ter expertise em advocacy no legislativo e executivo.”

tramitação do projeto, foram feitas algumas contribuições, como a viabilidade de proteção à mulher desde o momento do acolhimento na delegacia de polícia até o trâmite processual no poder judiciário.

No relatório do projeto de lei, consta que seriam aplicadas as disposições processuais previstas na Lei nº 9.099/95, no que não fossem conflitantes com a Lei Maria da Penha:

[...] o procedimento nos juizados especiais criminais, nas causas que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, serão os da Lei nº 9.099/95, com as seguintes alterações, assim explicadas pela Exposição de Motivos: “a presente proposta mantém a celeridade do previsto na Lei 9.099/95, mas altera o procedimento do Juizado Especial Criminal em razão da especificidade dos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Prevê, a criação de audiência de apresentação para permitir que a vítima seja ouvida primeiro pelo juiz, em separado do agressor, e ainda que a audiência se balize pelo princípio da mediação, não podendo a mulher ser, em nenhuma hipótese, forçada à conciliação.” Esta audiência deverá ser conduzida por juiz ou mediador, devendo este último ser profissional do direito, devidamente habilitado no Curso de Ciências Jurídicas e capacitado em questões de gênero.

A presente proposta garante, também, que a vítima esteja acompanhada por advogado na audiência, visto que a Lei 9.099/95, em seu artigo 68, concede esta prerrogativa apenas ao agressor. O Projeto propõe, outrossim, alteração na Audiência de Instrução e Julgamento retirando a realização da transação penal da primeira audiência e postergando esta possibilidade para a segunda audiência. O objetivo é disponibilizar ao juiz outras ferramentas mais adequadas e eficazes para solucionar a questão, como por exemplo, o encaminhamento das partes à equipe de atendimento multidisciplinar, realização de exames periciais e providências cautelares.

O Projeto proíbe a aplicação de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa, pois, atualmente, este tipo de pena é comumente aplicado nos Juizados Especiais Criminais em prejuízo da vítima e de sua família.” (BRASIL, 2015, p. 6-9, grifo nosso).

Nota-se que o projeto de lei previa a utilização dos procedimentos dos juizados criminais para maior celeridade da prestação jurisdicional, no entanto, já fazia algumas ressalvas quanto à aplicação de penas de cestas básicas. Calazans e Cortes (2011, p. 45) enfatizam que esta seria uma das “cláusulas pétreas” do projeto e que deveriam ser mantidas no texto final da lei:

[...] em reuniões do Consórcio e especialistas, foram elencados os itens considerados pelo movimento quase como “cláusulas pétreas” como, por exemplo, a proibição de utilização da Lei 9.099/1995, que considerava a violência contra a mulher uma violência de menor potencial ofensivo. Outra razão para que a Lei 9.099/1995 fosse rejeitada era o fato de que a pena, na prática, para os crimes de menor potencial ofensivo concretizava-se no pagamento em cestas básicas.

Uma inovação prevista na Lei Maria 11.340/2006 foram as medidas cautelares para a proteção da vítima. "Em relação ao acusado, preveem-se [sic] medidas que o juiz entenda conveniente para preservar a integridade física e mental da ofendida" (BRASIL, 2015, p. 7). É preciso ressaltar que o projeto também previa articulação entre o Poder Executivo e o Judiciário. Este artigo foi aprovado no texto final da lei, ficando previstas as medidas de encaminhamento da mulher em situação de violência e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção e aos serviços de atenção integral à saúde das mulheres; a determinação da recondução da mulher e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do acusado; e o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos a bens, à guarda dos filhos e aos alimentos.

No relatório do projeto consta, como justificativa para a elaboração da lei, que a violência contra a mulher se manifesta no ambiente privado, e não costuma ser denunciada às instituições públicas. Esse receio em denunciar estaria motivado pela falta de vigilância pelo poder público, principalmente nos segmentos menos favorecidos, em que "imperava a desinformação e a falta de acesso às políticas públicas, de saúde, assistência social, psicológica e jurídica" (BRASIL, 2015, p. 11).

Além da falta de acesso às políticas públicas, o fato de existir controles masculinos nas esferas privadas e públicas poderia contribuir para o esvaziamento do conteúdo da lei, como bem assinala Lourdes Bandeira (2009, p. 430): [...] nas relações interpessoais, não mudaram as lógicas que articulam os espaços privado e público: no primeiro, os homens continuam violentos e, no segundo, eles continuam mandando." A autora menciona que existe o receio de que as disposições legais de proteção à mulher sejam relativizadas no momento em que os profissionais do direito mantêm a mesma prática judicial que reproduz essas diferenças sociais.

É necessário esclarecer que o esvaziamento da aplicação da lei não perpassa apenas no campo do Judiciário, mas sim de toda a rede de atendimento à mulher em situação de violência, haja vista que esse tipo de violência consiste em fenômeno complexo e multifacetado, que demanda articulação entre todos os poderes e instituições, conforme previsto na Lei Maria da Penha (BARLETT, 1991, p. 388).

Observa-se que a questão das diferenças entre gêneros e a fragilidade da aplicação da lei nos modelos dos juizados criminais foram observadas nos debates que antecederam a

aprovação da lei, porém, por meio da aplicação da norma, estão surgindo outros questionamentos que visam aprofundar o debate para melhor proteção da mulher.

2.3 A APLICAÇÃO DA LEI E A SUA EFETIVIDADE

A efetividade da Lei Maria da Penha pode ser mensurada pelos resultados obtidos a partir da aplicação da norma pelo Judiciário e pelas Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Para atender essas demandas, editou-se o I Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM 2005-2007 e o II PNPM 2013-2015, com objetivos específicos que envolveram a ampliação da rede de atendimento e proteção à mulher. Esses planos direcionaram os trabalhos das instituições públicas para a obtenção dos resultados previstos. Entretanto, antes da elaboração dos objetivos e metas, existem fases que antecedem a formulação da Política Pública e que são de essencial importância para a compreensão das premissas que fundamentam a política implantada. Saravia e Ferrarezi (2006, p. 33) discriminam essas etapas da seguinte forma: formação de agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

O primeiro momento consiste no da agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. “Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 33).

O segundo momento constitui a elaboração, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades. “A elaboração pode ser vista como atividade política na qual os interesses dos autores se encontram presentes em todos os estágios” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 34).

O terceiro refere-se à formulação, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.

O quarto, a implementação, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão a sua execução.

O quinto, a execução, constitui o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política. Consiste em colocar em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos que, normalmente, se opõem à transformação de enunciados em resultados e, especialmente, a análise da burocracia (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 34).

O sexto, acompanhamento, consiste no processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos (Idem, 2006, p. 35).

Por fim, a avaliação, constitui a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

No caso das Políticas Públicas para as mulheres, houve luta do Movimento Feminista ou Movimento de Mulheres¹⁰ para que os seus anseios fizessem parte da Agenda até a formulação da política.

As necessidades pleiteadas por vários movimentos sociais podem colaborar para a formulação da Política Pública, conforme explicam Ferrarezi e Saravia (2006, p. 25-29):

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. [...]. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório [...]

10

No I PNPM 2005-2007, constam várias associações não governamentais que defendem os direitos das mulheres e contribuíram para a elaboração do plano, estando entre elas: a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR; a Articulação de Organizações Não Governamentais de Mulheres Negras Brasileiras; a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ; a Confederação das Mulheres do Brasil – CMB; a Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI; a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil – BPW/BRASIL; a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD; a Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Força Sindical; União Brasileira de Mulheres – UBM; e a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Além das pesquisadoras Rose Marie Muraro, Clara Charf e Albertina de Oliveira Costa. (I PNPM, 2005, p. 95-96).

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

A partir das fases iniciais de formação da agenda, elaboração e formulação da Política Pública, prossegue-se para as fases de implementação, execução acompanhamento e avaliação. No caso da Política Nacional para as Mulheres, estamos restringindo a nossa análise ao acompanhamento dos resultados obtidos com base na implementação da Lei Maria da Penha. Esse é o marco jurídico que será utilizado e que foi construído na fase de Formulação da Política Pública. O trabalho também está sendo direcionado ao eixo de enfrentamento da violência presente no II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM 2013-2015.

Para representar os efeitos da LMP, serão utilizados os resultados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, divulgados em março de 2015. O IPEA realizou estudo sobre a efetividade da Lei Maria da Penha com base em informações sobre agressões provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde – MS, obtidos entre os anos de 2000 e 2001, e uma Nota Técnica sobre a rede de proteção da mulher criada com base na vigência da lei. Por meio dessas informações, o IPEA pôde avaliar a implementação da rede de proteção da mulher e os índices de feminicídios.

Um dos pontos retratados pela pesquisa consistiu na ineficácia dos juizados criminais para julgarem esses crimes, principalmente quando existia a imposição de penas alternativas, citando em seu relatório pesquisa realizada em momento anterior (IPEA, 2015, p. 7; CORTES, 2011, p. 42).

Cerca de 70% dos casos que chegavam aos juizados especiais tinham como autoras mulheres vítimas de violência doméstica. Além disso, 90% desses casos terminavam em arquivamento nas audiências de conciliação sem que as mulheres encontrassem uma resposta efetiva do poder público à violência sofrida. Nos poucos casos em que ocorria a punição do agressor, este era geralmente condenado a entregar uma cesta básica a alguma instituição filantrópica.

Verifica-se que o arquivamento dos processos sem contemplar a vítima reforça o discurso de “banalização” das medidas quando se utiliza como parâmetro os procedimentos

previstos na Lei 9.099/1995. Esse tipo de resposta jurisdicional pode reforçar o argumento dos que se posicionam como contrários à adoção da suspensão condicional do processo, em decorrência da sua previsão naquela lei.

Embora esses fatos sejam retratados no relatório da pesquisa, considera-se que os resultados obtidos, com base na implementação da lei, podem ser considerados positivos. O estudo proposto nesta dissertação utilizou o método de “modelo de diferenças em diferenças”, com base nos dados do Sistema Único de Saúde – SUS, realizando comparação entre o número de homicídios de homens nos lares brasileiros e o número de mulheres que foram assassinadas nas mesmas circunstâncias, obteve-se como resultado a redução em aproximadamente 10% (dez por cento) no número de assassinatos de mulheres a partir da vigência da Lei Maria da Penha. Essa conclusão foi obtida da seguinte forma:

os resultados mostraram unanimemente que a introdução da LMP gerou efeitos estatisticamente significativos para fazer diminuir os homicídios de mulheres associados à questão de gênero. Adicionalmente, fizemos outros exercícios complementares para aferir a robustez dos resultados, que os ratificaram. (IPEA, 2015, p. 34).

Embora a pesquisa tenha apresentado resultados positivos, observa-se que ainda existe um longo caminho a percorrer. Nota-se, inclusive, que, em relação à pesquisa, não ficou especificado qual item da Lei Maria da Penha teria contribuído para essa diminuição dos feminicídios.

Ao confrontar com a pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em conjunto com o Data Popular a respeito da Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres (GALVÃO; POPULAR, 2015, p. 6-48¹¹), é visível que, por mais que a população já tenha ouvido falar da Lei (cerca de 98%), apenas 32% dos respondentes disseram que conheciam bem o conteúdo da norma, podendo-se inferir que existe um conhecimento sobre a existência da norma, mas os procedimentos processuais e a rede de proteção das mulheres ainda são desconhecidos.

11

Este trabalho foi realizado numa amostra representativa (Brasil Urbano com pessoas com idade de 18 anos ou mais), com 1.501 entrevistados em praças de 100 municípios, nas 5 regiões do país, escolhidas por meio de sorteio amostral. O período de campo ocorreu entre 10/05/2013 a 18/05/2013.

Esse fato é retratado quando se indagou sobre os serviços prestados pelas instituições para o atendimento da mulher em situação de violência. Como resultado, 97% apontaram a Delegacia da Mulher ou de Polícia como o primeiro serviço a ser procurado e acreditam que a mulher deve procurar esses serviços. Porém, quando perguntados se acreditam que a mulher tem o apoio do Estado, quando procuram esses serviços, as opiniões se dividem: 47% dizem que sim; 46% não e 7% não sabem. Isso demonstra que os entrevistados conhecem alguns serviços de apoio à mulher, mas não têm certeza quanto à qualidade desses serviços.

Outro dado importante é a percepção da impunidade quando da atuação do Poder Judiciário. A maioria acredita que os crimes contra as mulheres nunca ou quase nunca são punidos, apenas 75% acreditam que os crimes são punidos quando existem agressões e 67% quando há assassinatos. Esses dados podem revelar crença de que apenas os delitos considerados mais graves são punidos.

Quanto à efetividade da prestação jurisdicional, cerca de 50% consideram que a forma como a Justiça pune não reduz a violência contra a mulher, no entanto, quando questionados se atualmente a justiça pune mais do que no passado, 57% responderam que sim. Esse dado revela descrença quanto aos modelos de prevenção à violência, porém os entrevistados observam que existiu alguma mudança nos últimos anos.

Ainda sobre a atuação do Poder Judiciário, 85% consideram que a Justiça não pune adequadamente os assassinos das parceiras, 42% consideram a justiça muito lenta; 29% a pena muito pequena; 14% a justiça não prioriza os julgamentos de crimes contra mulheres; e para 13% a justiça é incompetente. Esses números revelam pouca confiança da população sobre as ações utilizadas pelo Judiciário.

A opinião pública deve ser levada em consideração quando existe a avaliação de determinada política pública. Porém, o Judiciário deve garantir o que está previsto em lei e criar os instrumentos institucionais para o cumprimento dessas determinações legais. É o que sugere Casagrande e Freitas Filho (2010, p. 25):

as cortes constitucionais têm, assim, função garantidora da realização das prescrições normativas que consagram direitos, fazendo com que o texto constitucional supere a função simbólica de reconhecimento de demandas sociais e passe a ser um real programa de atuação das instituições.

A elaboração das políticas públicas implica definir quem decide o quê, com que consequências, para quem, sendo as definições relacionadas ao contexto político em que se vive.

A pesquisa demonstrou que a população notou avanços, quando respondeu que atualmente existe um número maior de punições. Porém, a forma como a norma é aplicada tem sido colocada em descrédito. Comparando-se esses resultados com as entrevistas realizadas neste trabalho, observa-se a questão das “baixas penas” para esses delitos. Aparentemente, esse discurso traz a percepção de que “se as penas são baixas os delitos são menos graves”, mesmo não existindo análise da proporcionalidade em relação às penas impostas pelo Código Penal e Leis Esparsas aos delitos mais graves. E isso também é retratado na pergunta sobre a prioridade no tratamento desses delitos pela justiça.

Provavelmente, os resultados poderiam ser diferentes de acordo com a região, o que se observa, por meio das entrevistas realizadas e das visitas aos Fóruns de Justiça, é que tanto as promotorias de justiça (MPDFT) quanto o TJDF, aparentemente, não estão medindo esforços para evitar que a violência contra a mulher seja tratada como “crime de segunda categoria”, principalmente quanto à estrutura ofertada à população.

Um fator que é observado refere-se à necessidade de articulação entre o Judiciário e outras instituições que estão inseridas no enfrentamento da violência contra a mulher, conforme prevê o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM (2013-2015), no eixo “enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”, para que a prestação jurisdicional seja mais efetiva.

Com relação à rede de proteção à mulher, dados de fevereiro de 2015 divulgados no *site* da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres – SPM indicam que, atualmente, existem 252 serviços especializados para a mulher em todo o Brasil e que os serviços estão presentes em, aproximadamente, 10% dos municípios localizados nas regiões sul e sudeste, e que é meta da secretaria que esses serviços sejam expandidos para outras regiões.

Observa-se que a pesquisa não se atentou à qualidade dos serviços que fazem parte da rede de atendimento às mulheres. De fato, podem existir os serviços, mas, em alguns casos, eles não funcionam, seja por uma falta de estrutura ou pela não utilização de uma metodologia adequada. “Os serviços precisam ser integrados e/ou somados, o olhar não deve ser para si

próprios, mas sim para as mulheres. Muitas vezes os serviços assistenciais buscam proteger o núcleo familiar e não as mulheres” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 14).

Outro ponto que não estava especificado na pesquisa diz respeito à subutilização de serviços universais para o atendimento das mulheres. Em alguns casos, a rede de atendimento universal pode ser considerada pelas instituições públicas como um atendimento especializado, porém, os profissionais não são capacitados para esse tipo de atendimento. Assim, essas unidades podem estar sendo contabilizadas como parte da rede de atendimento especializado, sem de fato apresentar essa característica.

Esses são itens que precisam ser verificados quando da avaliação da efetividade da lei, porque por mais que os índices possam se demonstrar positivos, é preciso verificar sob um prisma “qualitativo” o que ainda precisa ser melhorado na aplicação da lei pelas instituições públicas. Em alguns casos, pode constar que determinada instituição presta serviços de atendimento à mulher, porém, a qualidade desses atendimentos precisa ser verificada.

2.4 O SUBSISTEMA DE JUSTIÇA E A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM, 2013-2015 prevê que as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher precisam ser transversais, capilares e intersectoriais, por esse tipo de agressão assumir características multifacetadas. É esse o entendimento de Almeida e Pereira (2012, p. 48):

a própria natureza do fenômeno exige constantes reflexões e atuações multissetoriais e interdisciplinares, capazes de incidir diretamente na estrutura de gênero, de normas e valores, que vêm organizando tradicionalmente a nossa sociedade de maneira desigual e conflituosa entre homens e mulheres.

A mesma autora, em artigo conjunto com Lourdes Bandeira (2008, p. 196), menciona que esta é violência que possui contornos na estrutura social e com respaldos culturais. Assim, além da necessidade de construção de uma rede de atendimento, é preciso que os profissionais sejam capacitados para não promoverem uma revitimização da mulher.

Na Nota Técnica nº 13, divulgada pelo IPEA em março de 2015, é apresentada a rede de atendimento para a proteção da mulher, cuja atuação ocorre em vários eixos, e “requer a integração de diversas instituições que incluem o sistema de Justiça, a assistência social, a segurança pública, as instituições de ensino e hospitalares” (IPEA, 2015, p. 08). Por meio dessa rede multiprofissional, “[...] é possível respeitar e valorizar a autonomia dos entes subnacionais e, ao mesmo tempo, ampliar a interdependência entre os diversos setores que possuem competência política e legal para atuar [...]”, o que pode possibilitar maior eficácia das ações governamentais (IPEA, 2015, p. 33).

Assim, existe a compreensão de que as Políticas para Mulheres precisam ser transversais: caracterizadas pela “capacidade da ação governamental de perpassar diversas realidades”; intersectoriais, que visem à integração de diferentes setores para a solução de um problema social, assumindo a “complexidade do fenômeno da violência, suas causas e consequências”; e devem ser capilares, o que significa “a necessidade da espacialização equânime das políticas públicas para as mulheres em situação de violência.” (IPEA, 2015, p. 33-34).

Maria das Graças Rua (2015, p. 01) define que seria “possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.” Por conseguinte, a existência de uma rede que tenha a capacidade de atender ao maior número de mulheres em várias localidades pode possibilitar a resolução desses conflitos.

No que se refere à transversalidade, a Nota Técnica nº 13 (IPEA) indicou que, atualmente, existem 464 organismos de Políticas para Mulheres nas esferas estaduais e municipais (25 estaduais e 439 municipais), apresentando esforço das instituições públicas para o aprimoramento dos serviços prestados.

Com relação à intersectorialidade, está prevista a criação da Casa da Mulher Brasileira que antevê a prestação de serviços multiprofissionais. Até o momento, houve a entrega de 1 casa em Campo Grande – Mato Grosso do Sul e 1 em Brasília, estando previstas a entrega de 12 casas até o final de 2015, e, até 2016, a implementação de 1 casa em cada capital (IPEA, 2015, p. 33-35).

Quanto à capilaridade, atualmente, os Centros Especializados da Mulher estão localizados em 191 municípios (IPEA, 2015, p. 15). O Judiciário também está inserido na política pública de enfrentamento da violência contra a mulher, e tem unido esforços para a abertura de novas varas de Violência Doméstica e Familiar, além da capacitação de seus servidores, o que pode ser evidenciado pela edição da Recomendação nº 09/2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que prevê a criação de varas especializadas nas capitais e interior do país

A esse respeito, os dados do IPEA informam que, no ano de 2013, existiam 117 varas especializadas em todo o Brasil, estando presentes em 1,04% dos municípios (IPEA, 2015, p. 23). A pesquisa ainda revela que, naquele ano, existiam 53 juizados em 32 municípios; 45 varas em 33 municípios; 40 promotorias em 28 municípios e 46 defensorias em 44 municípios (IPEA, 2015, p. 24).

Se levarmos em consideração que, atualmente, o Brasil possui 5.565 municípios, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015, p. 2), ainda existe um longo caminho a percorrer para que a população brasileira tenha acesso à rede de atendimento à mulher. E isso ocorre desde os serviços multidisciplinares ofertados pelo governo até a resposta ofertado pelo Judiciário.

2.4.1 A rede de prestação de serviços do Distrito Federal

Como o campo de pesquisa se restringiu ao TJDF, torna-se relevante demonstrar como está organizada a rede de atendimento no Distrito Federal-DF.

No relatório elaborado pela Comissão Parlamentar Mista-CPMI, em 2014, sobre a investigação da aplicação da LMP nos estados brasileiros, constam os seguintes organismos de políticas para mulheres: a Secretaria de Estado da Mulher-SEM, que é responsável pelos programas “Casa Abrigo, Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica – NAFVD e Central Telefônica de Atendimentos às Mulheres” (CPMI, 2014, p. 282).

Essas instituições são responsáveis pelo atendimento da mulher desde a fase da denúncia até o momento em que perdurar a situação de vulnerabilidade. No tocante ao

NAFAVD, é preciso ressaltar que esses núcleos estão localizados nos fóruns do TJDF e nas dependências do MPDFT e “cada um deles conta com dois psicólogos para atendimento separado de vítima e agressor. Os núcleos oferecem também assistência social e jurídica para os atendidos” (CPMI, 2014, p. 283).

Constam ainda no relatório os seguintes Conselhos de Direitos: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, que integra a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI; e o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – CNDMDF (CPMI, 2014, p. 283). Esses conselhos são responsáveis pela realização de debates e sugestões para a elaboração de políticas de acordo com a realidade local.

Além das instituições mencionadas, também constam algumas organizações não governamentais feministas e de mulheres que são tidas como destaque: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e a Associação de Mulheres Empreendedoras – AME). O escritório das Nações Unidas para a Mulher – ONU Mulheres também é citado no relatório como uma organização que viabiliza o empoderamento feminino naquela localidade (CPMI, 2014, p. 283).

Quanto aos serviços de Assistência Social, existem 8 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no DF, cuja principal missão é o atendimento das mulheres em situação de violência, “em grupo ou isoladamente, ajudando-as a quebrar o ciclo de violência”, contando também “com três advogados”. Também estão presentes 20 unidades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (CPMI, 2014, p. 283).

Ainda a respeito da rede de atendimento à mulher em situação de violência, existem 2 Centros de Referência de Atendimento à Mulher no Distrito Federal, que oferecem “atendimentos psicológico, jurídico e de assistência social” (CPMI, 2014, p. 283).

Com relação à estrutura de atendimento policial, existe apenas uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM e 31 delegacias no restante do DF. Essas últimas contam com Seção de Atendimento à Mulher (SPMU, 2015, p. 2) com o objetivo de separar esse tipo de atendimento dos demais casos que chegam à delegacia. Isso ocorre porque esse pode ser o primeiro contato da mulher com a rede de atendimento, existindo a necessidade de receber informações sobre outras modalidades de suporte (KISS, 2007, p. 487).

Por meio desses dados, pode se observar que existem várias instituições de acolhimento das mulheres em situação de violência, o que, de certa forma, tem respeitado a Política Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. A rede de proteção é de extrema importância para que a lei produza os resultados previstos. É preciso uma efetiva proteção da mulher quando do deferimento da medida protetiva, e nesse ponto a articulação com a secretaria de segurança pública é necessária para protegê-la de novas agressões.

Existe a necessidade de atendimento imediato da mulher inserida na situação de violência. Por mais que o Poder Judiciário aplique a norma, é essencial que exista estrutura de atendimento que poderá promover a segurança da agredida e o seu acompanhamento assistencial, uma vez que a violência contra a mulher ultrapassa os limites das agressões físicas perpassando por todo o contexto de agressões psicológicas decorrentes das situações violentas.

2.4.2 A estruturação do subsistema de justiça no Distrito Federal

A transversalidade é uma das características da Política Nacional para Mulheres e, para que esta seja implementada, é necessário que o atendimento seja especializado. Os profissionais precisam compreender a realidade vivenciada pela mulher e isso apenas ocorre por meio da capacitação. Assim, torna-se essencial a construção de estrutura física e especializada de atendimento a essa temática.

Fazendo um recorte no campo da pesquisa, apresenta-se como ocorreu a criação e estruturação desses atendimentos no TJDF, por meio da criação das Varas de Violência Doméstica e Familiar – VVDF; no MPDF, por meio das Promotorias de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; e na Defensoria Pública, por meio da Defensoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e da Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos e Minorias – PRODHEM.

2.4.2.1 Os juizados de violência doméstica e familiar do TJDF

Atualmente, o TJDFR está dividido em 14 circunscrições judiciárias e possui 19 juizados que atendem mulheres em situação de violência (BRASIL, 2015d, p. 1-3). Cinco desses juizados atendem as demandas cíveis e/ou criminais e também processam, julgam e executam as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nos outros ¹² quatorze, há juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher.

A partir da vigência da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto de 2006, houve mobilização no TJDFR para a criação dos Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar.

Em 13 de outubro de 2006, editou-se a Resolução nº 13, que ampliou a competência dos Juizados Especiais Criminais e dos Juizados Especiais de Competência Geral, com exceção da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, Núcleo Bandeirante e Guará. Para abranger o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa Resolução ficou especificado que os ritos da Lei nº. 11.340, de 2006, deveriam ser aplicados, separadamente, aos observados na Lei nº 9.099, de 1995.

Por meio dessa Resolução, vários Juizados Especiais Criminais absorveram a competência das causas envolvendo a violência doméstica. A esse respeito, é preciso esclarecer que o art. 33 da LMP prevê que as Varas Criminais deveriam ser adaptadas para cumprir essa finalidade. No entanto, o que se observa é que, talvez, pelo fato de já processarem outros crimes e contravenções que estão relacionados ao âmbito da violência doméstica, a exemplo do crime de ameaça, tornou-se mais simples a estruturação desse atendimento nos juizados. Embora essa decisão, em primeiro momento, pareça ser mais simples, ela também pode ser compreendida como uma violação aos preceitos legais, conforme critica Lênio Streck (2011, p. 96, grifo nosso).

Ademais, não se pode olvidar que os Juizados Especiais não possuem a estrutura e os instrumentos adequados para tratar da violência contra a mulher, razão pela **qual o art. 33 da Lei 11.340/06 determina que, enquanto não forem criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o processamento e**

12

No relatório divulgado pela CPMI, constaram-se 6 juizados de competência geral e 7 especializados em Violência Doméstica, porém, durante a pesquisa de campo, verificou-se a divisão informada nesse parágrafo, talvez, porque, no período em que o relatório estava sendo confeccionado, foram criadas novas varas especializadas como as de Samambaia e Planaltina, no ano de 2014.

juízo dos feitos relativos à Lei Maria da Penha deverão ocorrer nas Varas Criminais. Desse modo, resta claro, diante da análise exposta dos artigos da Lei que discorrem nesse sentido, que qualquer ação ou omissão que se configure como violência doméstica e familiar contra a mulher — dentre as quais se inclui a violência psicológica — será julgada e processada pelas Varas Criminais, enquanto os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não forem instituídos e devidamente estruturados.

13

Atualmente, ainda existem 05 juizados¹³ localizados em três circunscrições judiciárias que acumulam várias competências. Isso que precisa ser observado pelo tribunal, pois o acúmulo de várias demandas dificulta a efetividade do serviço prestado.

As visitas de campo restringiram-se aos Juizados de competência exclusiva da violência doméstica e familiar e verificou-se que a estrutura seventuária é similar. Geralmente eles são compostos entre 11 e 15 servidores e apresentam a seguinte divisão funcional: 15 servidores divididos nos seguintes cargos/funções: 3 analistas, 11 técnicos e 1 juiz, além disso, todos os juízes contavam com 2 estagiários do Curso de Direito e 1 de nível médio.

Essa é a estrutura utilizada em um juizado que atende apenas a demanda da violência doméstica. O problema reside quando se utiliza a mesma estrutura para atender também aos pleitos especiais cíveis e criminais, pois, provavelmente, será maior a demanda a ser atendida. O elemento humano deve ser observado para uma melhor prestação jurisdicional, e esse foi um dos temas que surgiu na entrevista com o Técnico A:

Vou ser sincero... servidor é igual a todos os recursos naturais que nós temos. É sempre uma demanda maior do que o atendimento. Então... é... ter mais pode implicar melhor qualidade. Quanto mais servidores, eu diria, que mais rápido pode ser o provimento jurisdicional. Você tem que conseguir lidar com a demanda, de acordo com o que você pode dispor dos recursos.

O Técnico A menciona, ainda, que, atualmente, existe um número de servidores que conseguem atender à demanda. Porém, ressalta que “o problema é que a demanda é sempre crescente”, pois existe um aumento exponencial no número de processos.

13

Consta na lista de Endereços dos Juizados, divulgada no *site* do TJDF, a lista dos seguintes Juizados: Brasília (Cível, Criminal e Violência Doméstica); Guarã (os 2 juizados acumulam as competências) na área Cível, Criminal e Viol. Dom); e Paranoá (os 2 Juizados acumulam as três competências).

A acumulação de competências pode vir a afetar a qualidade da prestação jurisdicional. E, embora esta não seja uma tendência majoritária no Tribunal, uma vez que a maior parte das varas são especializadas, é preciso ressaltar que “a opção pela simplicidade procedimental pode gerar total descontrole no que tange à regularidade dos atos, expondo, em inúmeros casos, os autores dos fatos a situações constrangedoras” (CAMPOS; CARVALHO, 2006, p. 417).

Quando existe o acúmulo da competência dos Juizados Cíveis, criminais com a Violência Doméstica e familiar, pode-se priorizar a celeridade em detrimento de uma produção probatório mais consistente, durante a fase de inquérito, e a investigação pode não produzir os elementos necessários para comprovar a materialidade da conduta.

Campos e Carvalho (2006, p. 417) discorrem sobre essas situações: “são admitidas realizações de audiências conciliatórias em casos de verdadeiras fraudes processuais, sejam decorrentes [...] de condutas nitidamente atípicas ou sem elementos necessários para configurar aparência de tipicidade.” Além de possibilitar que algumas causas cheguem ao judiciário sem o mínimo de instrumentos que poderão instrumentalizar uma condenação, existe, ainda, a possibilidade que o atendimento à mulher não tenha a mesma qualidade que nas varas especializadas.

Nota-se que, até meados do ano de 2008, a maior parte dos juizados atuava com essa multiplicidade¹⁴ de competência. Porém, com o advento da Resolução nº 6, de 10 de setembro de 2008, que criou três Varas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar em Brasília, houve mudança nesse cenário. A partir daquela data, editaram-se as seguintes Resoluções: Resolução nº 11, de 05 de outubro de 2011, que criou o Juizado no Núcleo Bandeirante; a Resolução nº 10, de 09 de julho de 2014, em Samambaia; e a Resolução nº 12, de 1º de agosto de 2012, que criou as varas de Santa Maria e do Gama.

Esses números sugerem uma tendência à especialização dos Juizados no TJDF. Entre o ano de 2008 e 2014 (6 anos), foram criadas 14¹⁵ Varas de Juizados Especializados em

¹⁴

Preferiu-se utilizar o termo “multiplicidade”, para referir-se à acumulação de competências dos juizados nas áreas cível, criminal (abrangidas pela Lei 9.099/1995) e de violência doméstica e familiar.

¹⁵

Utilizou-se como referência a lista de Endereços dos Juizados, divulgada no *site* do TJDF, da qual é possível listar as seguintes circunscrições que possuem varas especializadas: Brasília, (3 juizados), Ceilândia (2 juizados), Gama (1 juizado), Núcleo Bandeirante (1 juizado), Planaltina (1 juizado), Riacho Fundo (1 juizado), Santa Maria (1 juizado), Samambaia (1 juizado), São Sebastião (1 juizado), Sobradinho (1 juizado) e Taguatinga (1

Violência Doméstica e Familiar. E, embora ainda existam 5 juizados atuando com competência múltipla, a maior parte do atendimento está sendo prestada em varas exclusivas.

2.4.2.2 As Promotorias de Justiça Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em situação de violência doméstica e familiar

Com relação ao MPDFT, consta no seu *site* oficial, que existem 42 Promotorias responsáveis pelo atendimento das demandas dos Juizados Especiais Criminais e também atendem aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Observa-se que houve direcionamento do MPDFT para a criação de novos núcleos de atendimento às mulheres.

Por meio de pesquisa realizada nas resoluções do MPDFT, verifica-se que, do ano de 2010 a 2015, foram legalmente criadas 12 Promotorias Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência. Essas informações foram obtidas pelas seguintes Resoluções do MPDFT: Res. nº 99, de 10 de maio de 2010 (3ª Promotoria de Justiça – PJ de Taguatinga); Res. nº 126, de 12 de dezembro de 2011 (3ª PJ de Planaltina, 4ª PJ de Samambaia e 4ª PJ de Taguatinga); Res. nº 138, de 13 de junho de 2012 (5ª PJ de Ceilândia), na mesma data, também foi criada a 3ª PJ de Sobradinho, por meio da Resolução nº 139; Res. nº 143, de 15 de outubro de 2012 (3ª PJ de Santa Maria). No ano seguinte, foram criadas a 4ª Promotoria Sobradinho (Res. nº 160 de 14 de junho); a 3ª PJ do Gama (Res. nº 161 de 27 de junho); e a 3ª PJ de Taguatinga (Resolução nº. Cria nº 162 de 27 de junho). No ano de 2014 foi criada a 5ª PJ de Samambaia (Res. nº 174 de 30 de janeiro). E em 19 de janeiro de 2015 (Res. nº 192), as 1ª, 2ª e 3ª PJs Especiais Criminais e de Defesa da Mulher do Guará foram criadas.

A criação de promotorias especializadas indica preocupação institucional com a qualidade do serviço que está sendo prestado. Outro elemento que sugere essa atenção é a parceria do MPDFT com o Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência

Doméstica – NAFAVD¹⁶, com a finalidade de possibilitar um atendimento multidisciplinar e um acompanhamento das partes durante o processo.

Durante a entrevista com a Promotora D¹⁷, no dia 23 de abril de 2015, possibilitou-se a participação em uma das reuniões com o Grupo de Homens na circunscrição B. Essa reunião consistiu num momento em que a Promotora se disponibilizou para tirar dúvidas sobre a LMP e sobre o processo e as consequências provenientes da aplicação da suspensão condicional do processo. Esse foi um dos momentos mais marcantes do trabalho de campo, pois foi possível acompanhar a interação da equipe multidisciplinar com a promotoria e o acusado.

Assim que houve o adentramento na sala de reuniões, havia, aproximadamente, 15 homens, com idades que variavam de 19 a 60 anos, também estavam presentes um mediador serventuário do NAFAVD, 1 psicóloga e 1 estagiária. A primeira interação do grupo com a promotora consistiu na entrega de uma lista composta por 16 perguntas. Nessa lista havia questionamentos sobre o teor da LMP e as condições do processo.

Quando se iniciou o diálogo com os participantes do grupo, notou-se tom de revolta, pois muitos deles não entendiam o porquê de existir uma lei específica para a mulher, e falavam com convicção que esse era um tratamento desigual. A falta de compreensão sobre a medida que foi imposta e o sentimento de que estavam sendo injustiçados era perceptível. Caixeta Maciel (2014, p. 189-190) aponta que trabalhar com grupos reflexivos de gênero consiste em um grande desafio “sob o ponto de vista das masculinidades (no plural) e das violências em cena nessas ocasiões”, pois na prática a responsabilização é apenas um dos vários eixos metodológicos. Essas falas que representam um tom de revolta e falta de compreensão da lei, certamente, são desafios para os profissionais.

Diante dos questionamentos, a Promotora explicou as justificativas de existir uma norma específica para as mulheres, utilizando exemplos práticos do nosso dia a dia: “Posso fazer uma pergunta para vocês? A mãe de vocês teve a oportunidade de estudar? A avó de vocês teve?” Nesse momento vários responderam que não, que elas se dedicaram ao lar e à

16

O NAFAVD é composto por dois psicólogos e oferece assistência social e jurídica para os atendidos. Relatório (BRASIL, 2015, p. 283).

17

A entrevista com a Promotora D foi realizada em seu gabinete localizado na circunscrição B. Ela atua há 10 anos no MPDFT e nas Promotorias de Violência Doméstica e Familiar há 2 anos.

criação dos filhos. “Pois é, hoje as mulheres têm acesso aos estudos, hoje nós temos a oportunidade de estudar, vocês estão vendo aqui uma promotora, uma psicóloga..., mas vocês acham que as nossas condições são iguais? Se eu quiser bater em algum de vocês... vocês irão apanhar? Nesse momento muitos balançaram a cabeça com o indicativo que Não”. “.... mas e se for o contrário? Eu vou conseguir bater em vocês?” Vários disseram que não. “É por isso que existe a LMP para as mulheres e não tem uma lei específica para os homens.” Com base nessa fala, observa-se que alguns deles começaram a refletir, mas questionaram: “E se ela me ferir, eu não tenho direitos?” E a Promotora esclareceu: “Claro que não, se ela te ferir ela também responderá por um processo, se ela mentir também.”

Durante a conversa, observa-se que alguns alegavam não terem sido ouvidos na delegacia e nem em juízo, e a Promotora explica que, em alguns casos, existe a prova do exame feito no Instituto Médico Legal – IML. Aparentemente, essa justificativa realmente faz com que as perguntas sejam reduzidas, porém, em seguida, surgem outras indagações a respeito do fato de não haver a realização da perícia. A seguinte fala de um dos participantes exemplifica esse momento: “Como eles vão ter certeza que fui eu que agredi se eu nem fui submetido a exame?” Como resposta, a promotora discorre sobre os tipos de provas admitidas no processo.

Percebe-se que, a cada argumento da Promotora, surgiam novas indagações, o tom de revolta estava muito presente naquele encontro. Observa-se que a maioria não compreendia muito bem o teor da lei e da medida que foi aplicada, mas, no transcorrer da conversa, parecia que as dúvidas estavam sendo esclarecidas. A promotora esclarece que esses encontros duram, aproximadamente, entre quinze e vinte minutos, e que a recepção não costuma ser amistosa, pois os acusados se sentem injustiçados por diversos fatores ocorridos durante a instrução criminal.

Aparentemente, a presença do promotor pode vir a contribuir para os trabalhos da equipe multidisciplinar. Observa-se pela atuação da Promotora D uma segurança sobre a medida que está sendo aplicada, talvez, pela possibilidade de extensão desse momento de interação com o jurisdicionado, o que pode vir a causar um conforto sobre a sua atuação profissional.

A respeito do atendimento psicossocial, é preciso esclarecer que tanto nos grupos de homens quanto no de casais, as psicólogas não tomam partido sobre determinada temática durante as conversas, mas sim visam ao empoderamento daqueles indivíduos:

nesse sentido, o discurso da igualdade de direitos entre os gêneros pode ser identificado como um subtexto que participa da terapia, mas que não a estrutura. A agressão é entendida como uma possibilidade de resolução, mas também qualificada como uma possibilidade que viola os direitos fundamentais da pessoa. Mas o casal não foi colocado na posição de ter que escolher entre a preservação desses direitos e a manutenção da relação, porque havia uma crença subjacente na capacidade deles em harmonizar essas duas dimensões. A terapia nem é neutra, nem toma partido. Sua ideologia está presente como um subtexto que coloca homens e mulheres em uma relação de poder em que os direitos são iguais, mas as descrições e expectativas podem ser diferentes e aceita que essas diferenças são válidas e podem ser respeitadas. (ROQUE, 2006, p. 54).

Esse tipo de ação, conjugada com a participação dos promotores, evidencia o cumprimento da previsão legal do acompanhamento multidisciplinar e pode vir a promover uma segurança para os profissionais compreenderem o contexto em que estão inseridas as partes e refletirem sobre a melhor forma de aplicação da lei.

2.4.2.2 As Defensoria de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Em pesquisa realizada no *site* da Defensoria do DF, consta que existem núcleos que atuam diretamente nos Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, em 6 circunscrições judiciárias, quais sejam: Brasília (incluído o Núcleo de Atendimento à Mulher), Gama, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Sobradinho.

Além desse atendimento específico, também existem as Procuradorias de Defesa dos Direitos Humanos e Minorias – PRODHEM, criadas em 05 de novembro de 2010 (Res. nº 90), responsáveis pela defesa da mulher nos casos de violência doméstica; dos negros; dos portadores de necessidades especiais ou de transtornos mentais; do idoso; das vítimas de crimes; e das pessoas LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.¹⁸ Estão presentes nas circunscrições judiciárias do Núcleo Bandeirante; Brasília; Brazlândia; Ceilândia, Gama, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga (Res. nº 138, de 17 de abril de 2015).

18

A redação está de acordo com a Resolução nº 90/2010.

Com base nessas informações, constata-se que, em 13 circunscrições, existe esse atendimento especializado. Assim, para que exista o atendimento relacionado a essa temática em todas as unidades judiciárias do DF, falta implementar uma unidade da Circunscrição do Guará, recém-criada. A atuação especializada da defensoria pode colaborar para dirimir as dúvidas das mulheres que procuram o Judiciário, assim, é importante que os profissionais estejam preparados para esse tipo de atendimento.

Além da PRODHEM, a instituição conta com um Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Mulher, localizado no Fórum Leal Fagundes (Brasília-DF). Durante a visita ao campo e as entrevistas realizadas, pode se observar que o Núcleo de Brasília presta o acompanhamento à mulher quanto à defesa processual, andamentos processuais e demais orientações jurídicas. Além dessa orientação sobre o processo, caso haja necessidade, pode haver encaminhamento para outras instituições que prestam apoio multidisciplinar.

Outro ponto que foi constatado nas entrevistas refere-se à falta defensores para realizar
 19
 acompanhamento da mulher em audiência, informou-se que existem 187 defensores públicos para prestar atendimento às mulheres, e a cada dia que passa são necessários, pelo menos, dois defensores em cada audiência. Atualmente essa falta de servidores tem sido suprida pelos colaboradores (advogados voluntários) que prestam esse serviço, assim, as mulheres não estariam sem uma assistência jurídica, porém, esse é um fator que deve ser observado no tocante à estrutura de atendimento proporcionada pela defensoria pública.

Nota-se que as Políticas Públicas para a proteção da mulher buscam adequar a prestação jurisdicional e toda a rede assistencial ao contexto de violência em que a mulher está inserida. A adequação perpassa pelo reconhecimento da existência do ciclo de violência (WALKER, 2009, p. 47) característico das agressões conjugais, que engloba as fases de explosão, em que existe a procura pelas instituições públicas; a reconciliação com o companheiro (lua de mel) e recomeço do ciclo.

A partir desse reconhecimento, os serviços que antes possuíam características universais necessitam de uma especialização, com profissionais que compreendam esse contexto e não promovam uma revitimização. As interações simbólicas permeadas pelo estigma da mentira, os questionamentos sobre a veracidade dos fatos colaboram para essa

19

Essa informação foi obtida durante a entrevista realizada com a Defensora A, no dia 06 de novembro de 2014, às 15h20min, na sala da defensora localizada no Núcleo da Defensoria no Fórum Leal Fagundes (Brasília-DF).

revitimização. Percebe-se que o sistema ainda está se adequando para atender as vítimas da violência doméstica (MOLINA, 2000, p. 68).

Com relação ao subsistema de justiça, principalmente ao TJDF, nota-se que, nos últimos anos, existiram esforços para que a rede de atendimento fosse ampliada, porém, a qualidade no atendimento precisa melhorar. Ainda existem juizados que estão atuando com competência híbrida e há a necessidade de que mais profissionais recebam a capacitação sobre a violência de gênero, o que sugere um longo caminho a percorrer.

Com relação à rede assistencial, que compreende a Defensoria Pública do DF e os núcleos de Atendimento multidisciplinar, esses serviços precisam ser ampliados para que haja um direcionamento do atendimento. Há necessidade de interação entre o Judiciário e a rede de atendimento multidisciplinar, para que seja possível repensar os atuais procedimentos processuais. Conforme menciona Umbreit (1998, p. 67), é preciso repensar os instrumentos que estão sendo utilizados pelo Judiciário, não se pode olvidar um sistema de justiça em que não exista uma comunicação com as partes que estão envolvidas no conflito. As informações precisam ser claras, principalmente a respeito dos procedimentos penais e dos resultados a serem obtidos.

O discurso dos profissionais que atuam no processo sugere uma nova visão do atendimento a ser prestado. Alessandra Morato (2011, p. 13) discorre bem sobre essa nova perspectiva. Para a autora, a visão “não pode ser apenas punitiva, não se pode apenas questionar o porquê daquela mulher continuar a se relacionar com um homem violento, mas sim em como o casal pode se relacionar sem violência”. A questão refere-se ao empoderamento das pessoas para a solução de seus problemas e não apenas imputá-las pela decorrência de seus conflitos. Nas palavras de Alice Bianchini (2011, p. 228), “foi a partir da integração social das mulheres nos espaços públicos, e da (re)definição do seu papel nesses espaços e no espaço privado, que se chegou à percepção da não violência como caminho necessário, [...] à promoção da igualdade.” Com base nesse pensamento, pode ser construída nova perspectiva de realidade social.

Observa-se que este é um pensamento que está sendo introduzido aos poucos no campo jurídico, porém apenas a reprodução de um pensamento não é suficiente para a efetivação dos serviços de atendimento. É preciso que existam investimentos em estruturas físicas e atendimento profissional adequado em toda a rede de atendimento à mulher.

Denota-se pela pesquisa divulgada pelo IPEA, que podem ter havido avanços na implementação da rede de atendimento, no entanto, há a necessidade de se avaliar a qualidade desses serviços para as ofendidas. Com base neste olhar, será possível dizer quais foram os reais efeitos produzidos a partir da vigência da Lei.

CAPÍTULO 3 - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO TJDF

As entrevistas realizadas com os atores sociais têm como objetivo verificar os anseios "subjetivos" que estão ligados aos agentes e compreender como as suas experiências colaboram para a forma como enxergam o fenômeno. Essas construções podem favorecer a compreensão do fenômeno como um todo (PORTO, 2006, p. 22).

As representações objetivam “fazer algo desconhecido, ou o próprio desconhecimento, familiar” (MOSCOVICI, 1978, p. 24; JODELET, 2001, p. 38). Para transmitir essa noção de familiaridade, a Teoria das Representações sociais (TRS) se utiliza de dois mecanismos da ação sócio-cognitiva: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem, faz o desconhecido conhecido por transformá-lo em um conhecido segundo a esfera das representações sociais anteriores, para que se possa comparar e interpretá-lo. A objetivação consiste na transformação do desconhecido em algo concreto que se possa perceber, tocar e, assim, controlar.

Por meio da ancoragem e da objetivação, é possível transformar ideias desconhecidas em referências de determinados grupos sociais, contextualizando-as aos fenômenos compreendidos pelo grupo. No estudo da representação existe um caráter “prático, orientado para a ação e para a sua relação com o mundo” (JODELET, 2001, p. 36). Denise Jodelet (2001, p. 38) considera a representação uma “reconstrução do objeto expressiva do sujeito” que provoca defasagem em relação ao que ele conhece como referente. A autora menciona que essa defasagem pode ser compreendida como a intervenção de valores e códigos coletivos, tais como as implicações pessoais e os engajamentos sociais dos indivíduos.

Assim, no presente estudo, a análise não se baseou somente nos elementos do significado, mas também na forma, por meio dos elementos da estrutura gramatical utilizados na comunicação sobre as definições e descrições sobre a suspensão condicional do processo. Verificou-se a utilização dos substantivos e os verbos que apontem funcionalidade, adjetivos e advérbios. Desse modo, serão transcritos trechos das entrevistas e analisados os conjuntos de categorias estabelecidas por meio dos elementos gramaticais e como elas se relacionam com elementos e processos das representações sociais (SCARDUA, 2010, p. 376; MOSCOVICI, 2003, p. 46).

Por meio das entrevistas, será possível perceber qual a coerência que estrutura o campo e sob quais estruturas são fundados os sistemas de representação. A partir da observação desses elementos se perceberá a estabilidade e mudança das representações quando relacionadas com a *práxis* jurídica. Pretende-se desvendar as informações obtidas por meio das falas desses atores para a percepção da aplicação da suspensão condicional do processo no âmbito do TJDFT.

3.1 O MAPEAMENTO DO CAMPO DA PESQUISA

Para a compreensão da aplicação do *sursis* no TJDFT, foi necessária a realização de um mapeamento para conhecer quais juizados aplicaram a suspensão condicional do processo a despeito da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) nº 19.

Para a delimitação do campo, houve consulta à pesquisa realizada pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS, sobre a aplicação da suspensão condicional do processo, no âmbito do TJDFT, com o objetivo de saber quais juizados utilizaram a suspensão entre os anos de 2006 e 2012. A pesquisa da ANIS analisou 318 processos, no período indicado, selecionados por promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, e dividiu os processos em dois grupos: A, com a aplicação da suspensão condicional do processo, composto por 94 processos; e B, sem a aplicação da suspensão e com prolação de sentença, composto por 224 processos.

Na pesquisa da ANIS, não houve mapeamento sobre as circunscrições judiciárias que aplicaram a suspensão condicional do processo, mas realizou-se listagem sobre a origem dos processos que foram analisados (BRASIL, 2014, p. 48). Por meio da interpretação desses dados, em conjunto com as informações sobre as delegacias da Polícia Civil do Distrito Federal, disponibilizada pelo seu Departamento de Comunicação (BRASIL, 2014, p. 02), verificou-se que as seguintes circunscrições judiciárias utilizaram a suspensão condicional do processo durante o período indicado, quais sejam: Paranoá, Sobradinho, Taguatinga, Planaltina, Brazlândia, Gama, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo, São Sebastião,

Planaltina, Santa Maria e Sobradinho. Apenas as circunscrições de Brasília e Guará não constaram na lista. Cabe ressaltar que isso não significa que essa era uma prática constante nessas circunscrições, mas que os processos analisados pela ANIS tinham como origem esses locais.

Os dados dessa pesquisa foram importantes para indicar quais jurisdições ainda estariam utilizando o *sursis*. Para complementar essas informações e direcionar o presente trabalho, optou-se por realizar mapeamento em todos os juizados de violência doméstica e familiar do TJDF.

O mapeamento foi realizado no período entre outubro de 2014 e março de 2015. Inicialmente, houve contato telefônico com servidores (analistas) de cada um dos juizados para a obtenção dessas informações. Foram visitadas quatro circunscrições judiciárias (Brasília, Riacho Fundo, Ceilândia e Samambaia), compostas por 7 juizados. Em momento posterior, foram escolhidas duas circunscrições, que serão denominadas de Circunscrição A e Circunscrição B, para a descrição do funcionamento e agendamento das entrevistas.

Com resultado das informações coletadas nessa pesquisa exploratória, concluiu-se que, dos 19 juizados que compõem a estrutura do TJDF, 14 têm aplicado majoritariamente a suspensão e 5 não aplicam. Ressalta-se que esses são resultados obtidos no período relatado,

Nos dados da pesquisa, somente são disponibilizados os números das delegacias de polícias, as quais podemos interpretar da seguinte forma: 01ª DP – ASA SUL (1 processo sem suspensão); 02ª DP – ASA NORTE (3 processos sem suspensão); 04ª DP – GUARÁ II (3 processos sem suspensão); 05ª DP – SETOR DE GRANDES ÁREAS NORTE (1 processo sem suspensão); 06ª DP – PARANOÁ (6 processos com suspensão e 8 processos sem suspensão); 08ª DP – SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (4 processos sem suspensão); 11ª DP – NÚCLEO BANDEIRANTE (1 processo sem suspensão); 12ª DP – TAGUATINGA CENTRO (2 processos sem suspensão); 13ª DP – SOBRADINHO (1 processo com suspensão e 4 processos sem suspensão); 14ª DP – GAMA (1 processo com suspensão e 3 processos sem suspensão); 15ª DP – CEILÂNDIA CENTRO (1 processo com suspensão e 12 processos sem suspensão); 16ª DP – PLANALTINA (10 processos com suspensão e 3 processos sem suspensão); 17ª DP – TAGUATINGA NORTE (3 processos com suspensão e 5 processos sem suspensão); 18ª DP – BRAZLÂNDIA (16 processos com suspensão e 13 processos sem suspensão); 19ª DP – SETOR “P” NORTE – CEILÂNDIA (15 processos sem suspensão); 20ª DP – GAMA (1 processo com suspensão e 1 processo sem suspensão); 21ª DP – TAGUATINGA SUL (2 processos com suspensão e 4 processos sem suspensão); 23ª DP – SETOR “P” SUL – CEILÂNDIA (1 processo com suspensão e 14 processos sem suspensão); 24ª DP – SETOR “O” – CEILÂNDIA (1 processo com suspensão e 13 processos sem suspensão); 26ª DP – SAMAMBAIA NORTE (6 processos com suspensão e 11 processos sem suspensão); 27ª DP – RECANTO DAS EMAS (5 processos com suspensão e 25 processos sem suspensão); 29ª DP – RIACHO FUNDO (1 processo com suspensão e 4 processos sem suspensão); 30ª DP – SÃO SEBASTIÃO (2 processos com suspensão e 11 processos sem suspensão); 31ª DP – PLANALTINA (2 processos com suspensão e 11 processos sem suspensão); 32ª DP – SAMAMBAIA SUL (2 processos com suspensão e 14 processos sem suspensão); 33ª DP – SANTA MARIA (25 processos com suspensão e 14 processos sem suspensão); 35ª DP – SOBRADINHO II (2 processos com suspensão, 8 processos sem suspensão); e 38ª DP – VICENTE PIRES (1 processo com suspensão e 1 processo sem suspensão).

pois, durante as visitas ao campo, foi possível observar que, dependendo dos profissionais em atuação em determinado juízo, pode haver modificação desse cenário.

Assim, é impreciso afirmar que determinado juizado não aplica a suspensão, porque existem substituições de profissionais que atuam nos juízos, e em alguns casos, os próprios profissionais podem assumir diferentes posicionamentos.

Por isso, neste estudo adota-se a expressão de que determinada decisão tem sido majoritária e ressalta-se que as informações são provenientes dos profissionais que trabalham nos juizados e não de uma coleta de dados sobre os processos que receberam a suspensão.

Por meio desses resultados, decidiu-se entrevistar 17 profissionais de duas circunscrições: uma que preponderantemente aplica a suspensão (composta por um juizado, Circunscrição A) e outra que, majoritariamente, não aplica (composta por 2 juizados, Circunscrição B). Preferiu-se não identificar os juízos que foram objeto desta pesquisa para proteger os profissionais que se disponibilizaram a participar das entrevistas. Para a compreensão do contexto em que esses juízos estão instalados, é preciso informar que ambos são localizados em comunidades tidas como carentes.

A circunscrição A atende à comunidade de duas regiões administrativas, e possui um juizado (Juizado A). Ele existe desde a criação da lei, no ano de 2006, porém, durante 8 anos tinha competência geral, julgando processos provenientes da Lei 9.099/95 (cíveis e criminais) juntamente com os casos de violência doméstica e familiar. A partir de 2014, criou-se vara especializada em violência doméstica e familiar naquela jurisdição. Portanto, quando houve a visita, notou-se que os servidores ainda estavam se adaptando a essa nova realidade. Com relação às promotorias de justiça, existem 5 promotorias especializadas, criadas entre o ano de 2011 e 2014, e atuam diretamente perante esse juizado. A respeito da defensoria pública, existe 1 Núcleo para atendimento a violências doméstica e familiar e 1 Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos e Minorias – PRODHEM.

A Circunscrição B é composta por 2 juizados (Juizado B e Juizado C). Ambos atuavam com competência geral, entre 2006 e 2012, quando passaram a atuar de forma especializada. Nessa circunscrição também existem 5 promotorias especializadas desde o ano de 2012. Com relação à defensoria, existe 1 Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos e Minorias – PRODHEM.

Além das características referentes à estrutura de atendimento das duas jurisdições, outro ponto relevante para escolha desses juizados foi o fato de que apresentam características similares quanto ao perfil da população atendida. A título de exemplo, pode se citar a média da renda domiciliar mensal de três salários-mínimos; e o nível de escolaridade dos habitantes, em que a maioria possui nível fundamental incompleto (PDAD, 2013)²¹.

Esses fatores são importantes porque podem influenciar a maneira como os atores enxergam o perfil da população atendida e direcionam as decisões no processo. Por meio desses elementos, é possível verificar a ancoragem utilizada para instrumentalizar o saber conferindo-lhe “um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente” (JODELET, 2001, p.38).

É por meio da observação desses fatores e dos discursos utilizados sobre a suspensão condicional do processo que será possível compreender o processo no qual os atores naturalizam os conhecimentos e os transformam, segundo as visões do grupo, em realidades concretas (JODELET, 2001, p. 40).

3.2 A ESTRUTURA DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO TJDF

Para compreender as motivações dos profissionais do Direito na produção de determinadas decisões, é preciso verificar como ocorre a atuação profissional no âmbito do TJDF. Como menciona Latour (1988, p. 239): a “noção de campo nos remete à área científica ou a um campo agnóstico, representa a posição do indivíduo sobre a movimentação de todos os outros”. Assim, será descrito o quadro de profissionais que atuam nas varas dos juizados de violência doméstica e familiar, para a compreensão da estrutura profissional e suas divisões funcionais.

²¹

Não houve a indicação das páginas para não identificar as jurisdições que foram objeto da pesquisa.

3.2.1 As estruturas organizacionais em funcionamento nos juizados

Durante as visitas, observou-se que os três juizados possuíam estrutura profissional similar: Juizado A (composto por 12 servidores: 3 analistas, 8 técnicos e 1 juiz). Juizado B (13 servidores: 4 analistas, 8 técnicos e 1 juiz) e Juizado C (15 servidores: 3 analistas, 11 técnicos e 1 juiz). Também fazem parte da equipe de todos estes juizados: 2 estagiários acadêmicos em Direito e 1 de nível médio.

No que diz respeito às promotorias de justiça, em ambas as circunscrições existem 5 promotorias responsáveis pelos processos envolvendo violência doméstica e familiar. Nos juizados A e B, a equipe era composta por 5 promotores (4 titulares e 1 adjunto) e, no juizado C, também por 5 promotores (3 titulares e 2 adjuntos).

No tocante à atuação da defensoria pública, nos Juizados A e B dois defensores eram responsáveis pela defesa do acusado; e, no Juizado C, apenas um defensor era responsável pela defesa do acusado. É preciso esclarecer que, durante as entrevistas, foi informado que a defensoria pública também realiza o trabalho de orientação da vítima e sua eventual assistência jurídica. Nesses casos, os colaboradores, que são advogados que prestam serviço voluntariamente, fazem esse tipo de trabalho.

A respeito da assistência à mulher, obteve-se a informação de que, nos Juizados A e B, o Programa Pró-vítima²² auxiliava nesse trabalho. No Juizado C, recebeu-se a informação de que, em março de 2015, foi realizada parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Católica de Brasília (NPJUCB) para o acompanhamento das mulheres em audiência.

Com relação à assistência multidisciplinar, nos Juizados A e B, ela estava sendo prestada pelo Serviço de Assessoramento aos Juízes Criminais (SERAV) e, no Juizado C, pelo Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD)²³.

22

O Programa Pró-vítima faz parte da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência, da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS do GDF, e tem como objetivo prestar um serviço psicossocial e jurídico às vítimas de violência (BRASIL, 2015c, p. 1).

23

Cada NAFAVD é composto por dois psicólogos e oferecem assistência social e jurídica para os atendidos. Relatório (BRASIL, 2015, p. 283). O SERAV também possui psicólogos e assistentes sociais em sua equipe.

3.2.2 A hierarquia funcional

No primeiro contato com os profissionais, observou-se como a hierarquia é utilizada como uma forma de insulamento, para garantir que a informação seja transmitida sem influências externas, e pelo servidor a quem é destinada atribuição específica.

O receio por parte dos servidores foi notado, principalmente, no primeiro contato, por meio telefônico. Inicialmente, os servidores técnicos se dispunham a solucionar o atendimento. No entanto, quando era utilizado o termo “entrevista” e mencionado o tema da pesquisa, havia um direcionamento aos analistas (diretores de secretaria ou aos oficiais de gabinete). A esse respeito, recorda-se de algumas falas desencorajavam as entrevistas: “Entrevista? Nós servidores ou os magistrados não podemos dar entrevista.” [Analista D]; “Para poder fazer essa entrevista você terá que solicitar diretamente na corregedoria, porque nós não podemos conceder entrevista” [Analista E]. Nesse primeiro contato, percebeu-se que havia receio de que a entrevista fosse para a imprensa, o que demonstra temor de que as opiniões dos servidores fossem confundidas com o posicionamento institucional. Outrossim, quando se explicava que se tratava de um trabalho de pesquisa, todos os servidores foram muito solícitos e alguns se demonstraram interessados pelos resultados do trabalho.

Com relação à divisão das atribuições dos servidores, percebe-se que, na atuação dentro das varas, busca-se respeitar a divisão de cargos existente na instituição. Pode-se exemplificar a busca de informações referentes aos processos que estavam suspensos e ao acompanhamento bimestral pelo acusado, quando do deferimento do *sursis* processual. Notou-se que esta era uma atribuição direcionada aos diretores de secretaria. No entanto, alguns servidores tentavam dar a informação para poupar o atendimento pelo analista. Porém, quando se informava o tema da pesquisa, essa resposta era direcionada, imediatamente, àquele servidor.

Quando eram solicitados esclarecimentos sobre as audiências e fundamentos utilizados pelo juiz titular, o direcionamento era feito aos secretários de audiências e ao oficial de gabinete, cabendo ressaltar que o primeiro poderia esclarecer o funcionamento das audiências (assistência à vítima e ao acusado; posicionamentos dos promotores e do juiz) e o segundo, as fundamentações jurídicas utilizadas nos processos. Esse modelo organizacional se repetiu em todos os juizados visitados. Quando o assunto era eminentemente jurídico e trazia

divergências, este era encaminhado ao juiz ou ao promotor, conforme pode se depreender da seguinte fala: “Ixi...você quer saber o porquê de eles adotarem esse posicionamento? Aí tem que ser com ele mesmo” [Analista F].

Observa-se nessa divisão de trabalho que quanto maior é a complexidade da atividade, exige-se que o assunto seja tratado pela autoridade superior, entendendo-se que esta conhecerá, com mais profundidade, o tema a ser abordado. Essa distribuição pode ser compreendida como uma seletividade que surge no interior das organizações “entre práticas e rotinas, por um lado, e estruturas formais e processos, por outro” (MACHADO, 2014, p. 40; MEYER; ROWAN, 1977, p. 345). Nesse sentido, Meyer e Rowan (1977, p. 340-350) argumentam que as organizações adotam práticas ou rotinas para alcançarem maior legitimidade e aumentar as suas perspectivas de sobrevivência, e que nem sempre a adoção dessas práticas é conectada ao aumento da eficiência.

Para fundamentar essa ideia, os autores se utilizam de algumas proposições. A primeira delas é a de que as organizações formais emergem em domínios definidos por mitos institucionais, que são definidos como “prescrições racionalizadas e impessoais, que identificam como técnicos vários propósitos que, na verdade, são sociais, definindo ainda os meios adequados para se buscar esses propósitos” (SANTOS FILHO, 2009, p. 50; MEYER; ROWAN, 1977, p. 346).

Outra proposição sugerida por Meyer e Rowan refere-se ao fato de as organizações existentes adotarem estruturas institucionais para alcançar isomorfismo²⁴ dentro de domínios existentes, e que a sociedade moderna tende a ter domínios mais institucionalizados e estruturas institucionais mais racionalizadas. Por isso, as organizações formais são mais propensas a surgir nas sociedades modernas e a terem estruturas racionais. Isso contribui para a existência de determinadas “formas de burocracia”, porque as redes relacionais tornam-se complexas. Assim, os mitos institucionais funcionam como regras que descrevem a estrutura formal, racional, para atingir os fins de determinado sistema. Conforme já mencionado, essa complexidade na distribuição das funções e na proteção quanto a determinadas comunicações

24

O isomorfismo é caracterizado pela similaridade na estrutura processual em diferentes organizações. A adoção do isomorfismo possui três consequências: a incorporação, pelas organizações de elementos que são legítimos; a utilização de critérios de avaliação cerimoniais, como a dependência de prêmios externos; e a dependência de instituições externamente legítimas que reduzem a incerteza e mantêm a estabilidade, como a existência de associações e acordos que não são diretamente ligados ao desempenho, mas com a filiação, ou institucionalização do Estado, que fornece um alto grau de estabilidade (MEYER; ROWAN, 1977, p. 346-347).

pelos servidores demonstra estrutura que busca o insulamento para a proteção da organização contra interferências externas, é como se as organizações procurassem minimizar o controle e a avaliação pelos gestores internos e componentes externos (MEYER; ROWAN, 1977, p. 346). Eventualmente, as organizações se tornam uma parte do ambiente institucional, desaparecendo como unidades distintas e limitadas, tornando-se “encenações dramáticas dos mitos racionalizados que permeiam as sociedades modernas, ao invés de aparecerem como unidades envolvidas na troca com seus ambientes” (Idem, 1977, p. 346).

A teoria da diferenciação funcional pressupõe modelo autopoietico, no qual a organização comunica por meio de decisões. Assim, produzir decisão significa assumir o risco, que é diminuído quando uma deliberação é utilizada como referência e reproduzida. Assim, a reprodução de decisões que aplicam a suspensão sugere posicionamento organizacional que constitui parte da identidade das instituições envolvidas (MACHADO, 2012, p. 4; LUHMANN 1980, p. 86).

3.3 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DECISÕES

Para compreender quais as premissas decisórias que fundamentam a aplicação da suspensão condicional do processo, serão trazidas algumas falas dos servidores do TJDF. Essa análise será realizada com a finalidade de entender as rotinas cognitivas e definições sobre os processos decisórios (MACHADO, 2014, p. 40).

Na análise dos discursos individuais, serão observadas as interações existentes nas diversas atuações profissionais. Segundo Moscovici (2003, p. 169) as relações internas nos grupos podem ocorrer por meio de pensamentos individuais caracterizados pelas perspectivas do sujeito sobre determinado objeto e também ocorrem por meio das interações entre os membros do grupo, constituindo relação dinâmica.

Na tentativa de solucionar determinados conflitos, existem forças que atuam durante o processo de comunicação. Estão presentes o poder de generalização e de simplificação, além da verificação da lógica, que podem constituir forças contraditórias que os indivíduos tentam dominar ou excluir (MOSCOVICI, 2006, p. 169).

É por meio desses processos sociocognitivos que os sujeitos buscam reinventar as diversas possibilidades de vida e relacionamentos, para compreender o que funciona ou não. É um trabalho que pode ser realizado no momento de decidir utilizando-se o pensamento artístico e não reflexivo ou o pensamento racional calculista (MOSOCOVIĆI, 2006, p. 171).

Após a leitura das entrevistas realizadas com as diversas categorias profissionais, foi possível realizar uma análise preliminar do material obtido e transformá-lo em unidades de registro, que seriam as principais respostas obtidas por meio das entrevistas. A partir desses registros, possibilitou-se a realização de uma análise categorial na qual foi possível a seleção dos elementos segundo as semelhanças e diferenças (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683). Assim, foram identificados alguns temas, tais como: aplicação da suspensão condicional do processo; decisão do STF; perfil do acusado; estrutura de atendimento e resultados da medida. Esses temas serão apresentados de acordo com cada grupo de profissionais que foram entrevistados.

3.4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MAGISTRADOS

Para a realização da pesquisa proposta, foram entrevistados 2 magistrados que atuam nas Varas dos Juizados de Violência Doméstica da Circunscrição A e B. Houve dificuldade em obter essas entrevistas por causa do fluxo de trabalho desses profissionais, que se alternavam entre a realização de audiências e a confecção de decisões e sentenças. Para a obtenção das entrevistas, foi preciso ligar e conversar com os assessores ou com os diretores de secretaria para realização de agendamento.

Houve, ainda, situação em que o juiz titular do Juizado B (Circunscrição B) se negou a conceder a entrevista. Os analistas informaram que ele não gostava de conceder entrevistas, porque já tinha tido alguns problemas em momentos anteriores. Assim, houve nova tentativa por telefone para agendar a reunião com o magistrado, mas, novamente, houve negativa, mesmo explicando que haveria a preservação do nome do magistrado. Quando se questionou ao Analista B as motivações desse posicionamento, foi recebida a seguinte resposta: “Eu não sei dizer, parece que publicaram o nome dele numa pesquisa e ele não gostou”.

Essa situação pode refletir a preocupação de que a percepção individual seja confundida com a institucional. No caso do subsistema de justiça, observa-se a tendência de que a organização e a profissão sejam descritas como “equivalentes funcionais” (MACHADO, 2014, p. 45; LUHMANN, 2005, p. 391-393). Isso ocorre porque a profissionalização pode possibilitar que os tribunais apresentem suas decisões como resultado de processos interpretativos e argumentativos (Idem, 2014, p. 45; 2005, p. 393-395), sendo assim, torna-se imperioso afastar as percepções individuais das decisões tidas como institucionais.

Esse temor pode ser justificado porque atualmente o TJDFT tem assumido posicionamento que difere de outros tribunais do país. Para exemplificar esse entendimento, realizou-se busca no site do STF, em 03 de junho de 2015 e verificou-se que houve o ajuizamento de reclamações contra as decisões proferidas pelos seguintes tribunais concedendo o *sursis* processual: 1) TJMG (reclamação-Rcl ajuizada pelo MP contra o TJMG- Rcl 20951 / MG – Minas Gerais, publicada em 06/06/2015); 2) TJMS (o MP solicitou a aplicação da suspensão e o TJMS deferiu, mas os autos foram submetidos ao STJ, que reformou as decisões proferidas. HC 114485 MC / MS – Mato Grosso do Sul, publicada em 10/09/2012); 3) TJSP (o acusado recorreu ao tribunal para que houvesse a aplicação da suspensão, mas esta foi indeferida, RE 890378 / SP – São Paulo, publicado em 01/06/2015); 4) TJRJ (o MP ajuizou a reclamação contra a aplicação da suspensão realizada pelo tribunal, Rcl 17460 / RJ – Rio de Janeiro, publicada em 30/09/2014); e 4) TJRS (o MP ajuizou a ação contra a aplicação pelo TJRS, Rcl 16049 MC / RS – Rio Grande do Sul, publicada em 07/08/2013). Dessa lista, pode se inferir que, em alguns tribunais, existe divergência entre a atuação dos promotores e dos magistrados, o que dificulta a aplicação da suspensão. Assim, observa-se que a realidade do TJDFT é diferente, porque, na maioria dos casos, verifica-se, pelo teor das entrevistas, que existe convergência entre os entendimentos dessas categorias profissionais.

Alguns dos resultados estavam presentes no estudo de Elisandra Luciano (2008, p. 65). A autora analisou 44 processos que tramitaram no Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Tubarão (Rio Grande do Sul) no ano de 2008 e verificou que, em 18,19% dos processos analisados, houve a concessão do benefício, mesmo após a vigência da Lei Maria da Penha.

Além desse estudo, o trabalho de Cinthia Vítório (2010, p. 35) também confirma a aplicação do *sursis* no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Situação esta

confirmada pela corrente de profissionais que defendem a utilização do *sursis* naquele tribunal, como se pode citar no artigo escrito por Antônio Bitencourt (2009, p. 85) que produziu argumentos favoráveis à utilização no âmbito do município de Volta Redonda (Rio de Janeiro).

Esses estudos apontam tendência à aplicação do *sursis* por determinados grupos profissionais, porém observa-se que existe divergência entre os profissionais que atuam no âmbito dos tribunais, o que é notado pelo ajuizamento das reclamações perante o STF. Quanto a essas divergências, ocorridas principalmente entre juízes e promotores, nota-se, em relação às visitas realizadas no âmbito do TJDF, que essas disputas não são tão evidentes entre as categorias profissionais. Via de regra, existe acordo entre os profissionais, limitando o debate à primeira instância.

Diante dessas percepções, busca-se compreender, por meio das entrevistas realizadas, o “porquê” da adoção da suspensão condicional do processo e sugerir novas alterações legislativas, jurisprudenciais e até mesmo em relação à política pública de enfrentamento da violência contra a mulher.

Com relação aos magistrados que foram entrevistados, o primeiro foi o Magistrado A. A entrevista foi realizada em 11 de novembro de 2014, no gabinete de um dos juizados A (da Circunscrição A, que aplica a suspensão) do TJDF, com duração de 17 minutos e 02 segundos. O magistrado atua no tribunal desde 2011 e estava naquele juizado como juiz de direito substituto.

Quando questionou-se sobre o seu posicionamento a respeito da suspensão condicional do processo, ele respondeu que é favorável à sua utilização justificando da seguinte forma:

[Magistrado A] quando o Supremo decide de certa forma, não chega a analisar o caso concreto. Na prática o que se vê é que a suspensão condicional do processo, ela tem uma eficácia, pois a pessoa tem a ideia de que está sendo processada, de que existe uma punição, uma resposta [...] o que faz com que ele tenha um comportamento de retração em relação à agressão o que garante uma segurança a vítima [...]

[Entrevistadora]. É possível a aplicação da suspensão mesmo depois da decisão do STF?

[Magistrado A]. Nas palavras de Platão existem três coisas valem a pena: a justiça, a beleza e a verdade, e todas as três são de difícil conceituação, assim como o direito e a justiça, que podem ser parecidos, mas não são sinônimos, às vezes andam juntos, e em outros casos não. A aplicação pura do direito orienta a não aplicação da

suspensão condicional do processo, porém, a justiça no caso concreto orienta que não se siga esse tipo de decisão, mesmo que a ação direta de inconstitucionalidade tenha efeito vinculante. Analisando a caso concreto observa-se que tanto a magistratura quanto ministério público e a defensoria, de certa forma, representam o Estado, porém, e eles deveriam seguir a decisão do STF, porém, de forma unânime entendem que deve ser aplicada a suspensão. Isso se deve às peculiaridades encontradas na situação, e quando se fala em controle concentrado trata-se de controle abstrato, o que é diferente do controle exercido nos juizados especiais, que é um controle concreto, e de certa forma, pode se entender de maneira adversa.

A fala do magistrado, ao mencionar que nem sempre o Direito e a Justiça andam juntos e que o critério mais justo seria a aplicação da suspensão, fundamentando a sua tese nas experiências individuais presentes nos juizados, sugere vinculação da suspensão à noção de justiça e que seria pela análise do caso concreto que se poderia chegar a essa conclusão.

Outro elemento da fala do magistrado é a valorização da prática judiciária em detrimento da construção de teses sem o contato com as partes envolvidas no processo. Esse pode ser considerado um elemento das denominadas “representações sociais emancipatórias”. Essas representações costumam ser criadas por subgrupos que indicam as suas próprias versões sobre determinado assunto, segundo um certo grau de autonomia em relação aos segmentos que interagem da sociedade (MOSCOVICI, 1988, p. 221). Ainda sobre o tema do *sursis* processual, o Magistrado tece as seguintes considerações para posicionar-se como favorável à medida:

[...] embora exista a decisão do STF, eu entendo que é possível a utilização da suspensão condicional do processo, porque aquela decisão não é a melhor saída para os casos envolvendo violência doméstica. Quando o Supremo decide a lide de certa forma, não chega a analisar o caso concreto na prática, o que se vê é que a suspensão condicional do processo tem uma eficácia, pois a pessoa tem a ideia de que está sendo processada, de que existe uma punição, uma resposta. Funciona como o fio da espada de Dâmocles na cabeça do agressor e faz com que ele tenha um comportamento de retração em relação à agressão, o que garante uma segurança, faz com que a vítima se sinta protegida. Posso citar como exemplo o caso de uma mulher que procurou o juizado para que fosse mantido o processo, argumentando que durante o período em que o processo ficou suspenso houve uma mudança comportamental do agressor da água para o vinho, o que demonstra que o fato de estar sendo processado pode vir a ocasionar uma mudança comportamental. Eu entendo que este pode não ser o instrumento mais adequado, porém, é o que tem sido utilizado e que tem apresentado maior eficácia. Os casos são peculiares e devem ser analisados individualmente, e o “*sursis*” (suspensão condicional do processo) se demonstra uma medida melhor, mais adequada, porém o que não significa que em todos os casos ele será aplicado ou que se deixará sempre de aplicá-lo, analisa-se caso a caso para a melhor decisão.

Observa-se, em relação ao discurso do Magistrado A, a existência da Ancoragem Temática (MOSCOVICI, 2000, p. 56). Esse tipo de ancoragem pode se caracterizar pela

utilização de metáforas. É por meio da metáfora de Dâmocles que o profissional tenta tornar o fenômeno compreensível ao interlocutor. A metáfora de Dâmocles possui um significado de insegurança. Conta-se que, uma vez que Dionísio (rei de Siracusa na Sicília) lhe concedeu o poder de reinar, ordenou-se que uma espada fosse pendurada sobre o seu pescoço, presa apenas por um fio de rabo de cavalo. Ao ver a espada afiada suspensa diretamente sobre a sua cabeça, ele teria perdido o interesse por todos os luxos que lhe eram dados (ABBAGNANO, 1998, p. 124).

Por meio da ancoragem realizada com a metáfora de Dâmocles, é possível direcionar o interlocutor a contextos específicos, por meio de ideias que poderiam conduzir a padrões gerais coletivos atribuindo-lhe o significado de vigilância (MARKOVA, 2003, p. 185). No contexto da fala do Magistrado A, o fio da espada de Dâmocles seria a vigilância a que está sujeito o acusado enquanto o seu processo está suspenso.

Na análise das representações sociais, as falas individuais são de extrema importância, porque a “representação social é um fenômeno coletivo construído por indivíduos em sua conversa diária e por meio da ação” (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 101). Nesse caso, a utilização da suspensão como uma forma mais justa de aplicação da norma, colaborando para a reprodução por outros indivíduos, pode ensejar a construção de um “objeto social”. Ainda com base no pensamento de Jovchelovitch (1999, p. 96), a representação social consiste no conjunto de pensamentos e sentimentos expressos em verbal e ostensivos comportamentos dos atores, constituindo objeto para um grupo social. A pesquisa dessas representações está fundamentada na observação da conversa e da ação que está relacionado a um fenômeno social ou objeto. Assim, pressupõe-se que um objeto é social em virtude da forma como as pessoas se relacionam com ele.

De modo contrário ao posicionamento do Magistrado A, verificou-se que os profissionais que se declararam como desfavoráveis à aplicação da suspensão dizem fazê-lo por respeito à decisão do STF. Isso é demonstrado pela fala da Magistrada B. A juíza atua no TJDFR há 9 anos e nos Juizados de Violência Doméstica há 1 ano, ela é titular do Juizado C, localizado na circunscrição judiciária B (que não aplica majoritariamente a suspensão). A entrevista foi realizada no gabinete do juizado, no dia 17 de abril de 2015, com início às 17h 15 min e teve a duração de 32 minutos e 34 segundos. Conforme mencionado, o posicionamento da magistrada é pela não aplicação da suspensão, conforme consta no seguinte trecho da entrevista:

Eu tenho, aqui na Vara, procurado acompanhar o entendimento do Supremo [Tribunal Federal]. Assim, é esse o entendimento, e é um entendimento que foi em uma ação direta [de inconstitucionalidade], então não vai ser ignorado. Eu procuro acompanhar. O que nós ainda temos do juiz que me antecedeu aqui na Vara, temos alguns casos em que foram permitidas as suspensões condicionais, então fazer o quê?! Vamos seguir em frente, não vamos mais mexer com aquilo.

O posicionamento da Magistrada B sugere respeito às decisões proferidas pelos tribunais superiores, como forma de hierarquia que precisa ser seguida. Nota-se que o discurso da Magistrada B está pautado nas relações já conhecidas no âmbito jurídico. O seu comportamento se justifica por reprodução à prática comum na instituição.

Para Abric (2003, p. 60-61) uma das funções da ancoragem seria a concretização do “núcleo central por meio dos termos ancorados na realidade” (FONSECA et al., 2013, p. 9-10). O núcleo central que teria a função de prescrever comportamentos que deveriam ser seguidos pelo sistema periférico na tomada de decisões. Essa noção de sistema periférico é vista pelo autor como uma forma de proteção à significação existente no núcleo central.

Observa-se alguns desses elementos no discurso da Magistrada B, quando menciona que o seu posicionamento é por seguir a decisão do STF, o que pode indicar a reprodução das decisões proferidas pelo núcleo central. Seguindo esse pensamento, o STF exerceria a função de núcleo central, com o objetivo de padronizar as decisões judiciais, definindo a maneira mais adequada de “dizer o direito” aos jurisdicionados”. Essas decisões seriam assumidas pelo meio institucional e reproduzidas pelos profissionais como sistemas periféricos.

Além da noção de ancoragem e da sistematização das decisões produzidas pelo núcleo central, existem outras abordagens sociais que interpretam a atitude da Magistrada B, como a mencionada por Bourdieu ao explicar as relações entre os atores dentro do campo jurídico. O autor entende que a Justiça se organiza de acordo com uma “hierarquia rígida”, que não se restringe aos níveis do Judiciário e seus poderes, e, assim, as suas decisões e as interpretações lhes são subjacentes, assim como as normas e as fontes que concedem essas decisões sua autoridade (TERDIMAN, 1987, p. 812).

Para Bourdieu, o domínio jurídico tende a funcionar como um “aparelho”, na medida em que a coesão é “livremente orquestrada pelo *habitus*” dos intérpretes jurídicos e são reforçadas pela disciplina de um corpo hierarquizado de profissionais que empregam um

conjunto de procedimentos estabelecidos para a resolução de conflitos. Dessa forma, os juristas conseguem tempo para convencer-se de que a lei prevê a sua própria fundação, que se baseia em uma norma fundamental, uma "norma das normas", como a Constituição, a partir da qual as normas inferiores são classificadas. A opinião geral dos profissionais tende a ser enraizada na coesão social do corpo de intérpretes jurídicos, conferindo a aparência de uma “base transcendental sobre as formas históricas e legais, e na crença da visão ordenada do todo social” que eles produzem (TERDIMAN, 1987, p. 815). A estrutura hierárquica apresentada por Bourdieu sugere que os profissionais ajustam a sua atuação aos limites definidos pela organização.

Embora a Magistrada B tenha se declarado como desfavorável à aplicação do *sursis*, verificou-se, durante entrevista, momento em que a profissional assumiu que em alguns casos já utilizou o instituto. Conforme a seguinte narrativa:

já ocorreu, logo que eu cheguei aqui, porque eu ainda estava refletindo. Mas agora, depois de janeiro, da última manifestação do Supremo, tenho seguido a orientação. Em que pese eu achar que a pena é realmente muito baixa, a pena do “grosso” dos casos que acontecem aqui é lesão corporal. Por exemplo, ameaça, uma ameaça de um réu primário e com bons antecedentes, que em casa tem um péssimo relacionamento, comportamento ruim em casa e ameaça a sua esposa.

Se você conseguir provar essa ameaça, vai dar um mês, ou um mês e pouco, então é meio aberto. Para você ver, em 5 anos ele já vai estar com o nome limpo de novo.

O que se nota da fala da Magistrada B é que, em determinado momento, homologou o *sursis*, porém, em respeito à hierarquia, ela resolveu seguir o entendimento do STF. Observa-se, ainda, certa frustração com as penas que são aplicadas, por serem muito baixas. Inclusive, revela que uma das vantagens da suspensão é que se pode manter o acusado por um período maior de vigilância (geralmente por 2 anos):

então, tem muitos juízes ainda que são recalcitrantes em acompanhar o entendimento do Supremo [Tribunal Federal] por quê?! Porque com a suspensão do processo por dois anos ele não vai sujar o nome, mas, pelo menos, vai ter o desconforto de vir ao tribunal, à Vara, prestar contas, sem viajar, sem se mudar, de dois em dois meses por exemplo. Passar por isso em dois anos.

Em um segundo momento, a juíza afirma que, como as penas mínimas são muito baixas, alguns acusados até agradecem a ela em audiência:

muita gente fica até confundindo: “Ah, muito obrigado”. “Mas eu não te fiz um favor, eu apliquei o que está no Código, não te fiz favor nenhum” [risos]. “Seu defensor pode querer até recorrer, apelar disso”. E às vezes até recorre por causa de dias, mas ele até agradece. “Não, não tem que agradecer a mim não. Tem que agradecer à nossa legislação que é realmente muito branda”.

A situação retratada pela magistrada pode refletir a sua atitude em relação à violência doméstica. Edna Erez (2002, p. 4) menciona que os profissionais do Direito, ao aplicar a norma, podem se deparar com situações em que existe conflito entre a sua vontade e o dever de submissão aos textos normativos. A autora argumenta que são essas inquietações que podem mudar as interpretações dos tribunais, pois são influenciadas pela “formação e ou experiência” profissional. Erez alega que as reformas na aplicação da lei necessitam da atuação profissional para mudar as práticas do passado, ou rever crenças arraigadas e pontos de vistas sobre o fenômeno, que fundamentam o cumprimento da lei. Assim, a aplicação da lei, por si só, não resolve o problema da violência, mas a resposta judicial pode ser útil nessa luta.

De outro ângulo, Bourdieu (2000, p. 45) entende que a atuação dos profissionais do Direito, quando fundamentada em avaliação prática de casos individuais, privilegia o julgador que leva em consideração as decisões judiciais e pode contribuir para a construção jurídica. Assim, seguir a decisão dos tribunais superiores, como o STF, pode transmitir sensação de segurança para esse grupo de profissionais, pois estão reproduzindo a decisão padrão da instituição. O problema reside quando há o questionamento de decisões de instâncias superiores, porque, para resistir à hierarquia organizacional, será preciso utilizar “argumentos aceitáveis internamente” (MACHADO, 2014, p. 45). Do contrário, as decisões serão reformadas, o que pode servir como alerta para que o profissional siga o entendimento superior.

As entrevistas sugerem que a atuação dos juízes pode ser conflituosa, havendo, em alguns casos, divergência entre o texto normativo e o entendimento pessoal. Markova (2003, p. 186) entende que existe relação entre temas e antinomias quando o sujeito decide sobre determinado objeto. Assim, os temas são considerados ideias básicas ou preliminares,

podendo ocorrer situações em que existe a ancoragem de uma questão social em tema específico (por exemplo aplicação do *sursis* nos casos de violência doméstica contra a mulher). Nestas situações a interpretação individual pode dominar o discurso e a representação social (coletiva) podem estar ausentes no discurso. Desse modo, a ancoragem em antinomias pode aparecer, uma vez que nem todas as antinomias do pensamento tornam-se temas.

A condenação penal gera determinados efeitos na vida do agressor, dificultando o exercício da vida civil. Observa-se, na fala da Magistrada B, visão sobre o perfil do agressor da violência doméstica e os efeitos da condenação penal:

ele costuma ser um réu “daquele” processo, e um homem trabalhador nas outras questões da vida dele. Não é um assaltante, um homem que furta, um estelionatário. Ele é um homem que tem um problema no âmbito da família. Normalmente pega a pena mínima, que é aplicada em casos de soco, espancamento, que é de 3 meses em regime aberto (por ser réu primário, de bons antecedentes).

Esse pensamento é recorrente na fala de vários profissionais que atuam nos juizados (promotores, defensores, advogados, juízes, analistas e técnicos), o que pode sugerir característica comum ao perfil do acusado de violência doméstica: via de regra ele é visto como um sujeito que não possui habitualidade criminosa.

Observa-se nessa narrativa a existência de objetivação com relação ao perfil do agressor que é visto como um “homem comum”, “homem trabalhador”, diferenciando-o do perfil social do criminoso comum. A respeito do perfil do criminoso, Maria Stela Porto (PORTO, 2015, p. 85) tece as seguintes considerações: “tais falas situam o eu e o outro, atribuindo a este último características como a de ser violento, de possuir comportamento animal, de não humanidade, atributos que, em última instância, acabam por objetificar os indivíduos”. Características essas diferentes do perfil do agressor da violência contra a mulher, que é visto como um homem que poderia estar inserido no contexto social dos profissionais que o estão julgando.

Durante a entrevista com a Magistrada B, questionou-se sobre o retorno desses agressores como reincidentes, se era comum esse fato naquele juizado:

[Entrevistadora] a senhora sabe se existem muitos casos de reincidência por aqui?

[Magistrada B] aqui eu não tenho exatamente esse número pra te passar não, mas temos alguns casos conhecidos. Mas, dizer que são muitos, eu não acredito que sejam. O que a gente ouve muito dizer é que reincidente específico, em violência doméstica, é raro. Nas sentenças temos observado isto.

Mas, o que acontece não é exatamente o reincidente, mas aquele que tem práticas reiteradas. Por que o reincidente tem que ter tido uma condenação antes por sentença, né?! Então, às vezes, acontece de ele ter várias ocorrências policiais registradas pela mulher contra ele, mas esses processos terem parado e em algum deles ela resolve continuar.

[...]

Essas ocorrências servem, por exemplo, pra agente conversar com essa mulher em uma audiência prévia pra que ela não pare o processo. E pra dizer: isso não vai parar. Pra conhecermos também o contexto da família.

Ainda sobre o perfil do agressor, nota-se que, embora não seja comum a reincidência em casos específicos, pode existir um contexto de violência vivenciado pelas partes. Essa conjuntura parece ser levada em consideração pelo profissional, não como medida de agravamento da pena que será aplicada, mas sim para conversa informal para encorajar a mulher a dar continuidade ao processo. Assim, observa-se nas entrevistas elementos de objetivação quanto ao perfil da mulher vítima da violência doméstica, quais sejam: “mulher com receio de novas agressões”; “mulher que continua o relacionamento conjugal por dependência emocional ou financeira”; “mulher que desiste do processo”.

Ainda fazendo referência à entrevista com a Magistrada B, questionou-se sobre a insegurança causada ao jurisdicionado quando determinados profissionais aplicam a suspensão condicional do processo e outros deixam de utilizá-la:

[...] nós vivemos esse conflito aparente em nosso cotidiano em todos os lugares. Nas varas cíveis, por exemplo, vai ter um juiz que concede uma liminar em um determinado caso e o juiz vizinho entende que não é cabível. Isso faz parte do sistema, até de algo que é mais soberano do que isso, que é a independência [funcional dos magistrados]. Então, não é porque o meu colega aqui do lado entende que ainda cabe a suspensão, mesmo com o entendimento do Supremo sedimentado, que isso vai me atingir. Causa uma insegurança, não tenho dúvidas, mas ao mesmo tempo tem uma outra questão, um outro princípio, que em uma visão macro, em um Estado de Direito (que é o Judiciário Brasileiro), é mais importante, que é a independência, mesmo que isso cause pequenas inseguranças. Não só na violência doméstica, mas por aí afora.

Essa independência funcional pode estar ligada à maneira como os magistrados ancoram as decisões. Citando-se como exemplo a aplicação da suspensão condicional do

processo, pode se dizer que existe a ancoragem temática utilizando antinomia como significado (MARKOVA, 2003, p. 186). Isso é verificado quando o magistrado decide com fundamento em suas reflexões pessoais, utilizando-se de conceitos polarizados, como justiça/injustiça, culpado/inocente, sem necessariamente seguir a representação social determinada pelo núcleo central da organização, qual seja, a da inaplicabilidade do *sursis*. Assim, as ancoragens podem contribuir para a forma como o profissional exerce a independência funcional, influenciando os fundamentos presentes nas decisões.

Nota-se que a utilização das diversas formas de ancoragens fica evidentes quando há lacunas normativas, como no caso da aplicação da suspensão condicional do processo. Porém, a utilização de “argumentos aceitáveis” pode colaborar para a construção de nova interpretação que poderá ser aceita e reproduzida dentro do campo jurídico.

3.5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ANALISTAS E TÉCNICOS JUDICIÁRIOS

Nesse trabalho foram entrevistados 2 analistas (1 da circunscrição B e que atua no Juizado B; e outro da circunscrição A, atuante no juizado A) e 1 técnico oficial de gabinete (Circunscrição B, atuando no Juizado C). Optou-se por entrevistar esses profissionais, porque alguns deles acompanharam as práticas realizadas nos juizados antes da vigência da LMP e conhecem as atuais rotinas das varas. É preciso esclarecer que, além dessas entrevistas, houve contato com outros três analistas atuantes nos três juizados, que não foram entrevistados, mas cujas falas foram anotadas no diário de campo.

Conforme mencionado, durante as entrevistas, ficou evidenciado que os analistas e técnicos do tribunal são receosos em se posicionar a respeito da suspensão condicional do processo. Geralmente, mencionam que não possuem dados para dizer se a suspensão é mais efetiva que a condenação. Esse é um posicionamento que aparece na fala do Analista B. Esse servidor atua no Juizado B (Circunscrição B) desde o ano de 2009 e foi entrevistado na sala de audiências no dia 07 de abril de 2015, tendo a entrevista durado 30 min e 15 segundos. Como o servidor acompanhou a evolução das decisões no tribunal, questionou-se a existência de mudanças ocorridas após a decisão do STF, e obteve-se a seguinte resposta:

eu ainda não fiz nenhuma estatística numérica, mas acredito que não mudou muito não, continua mais ou menos a mesma coisa. Porque no final, o *sursis*, depois de

cumprido, era extinta a punibilidade do réu. Com relação a números, a percepção que eu tenho é que não mudou muito não. A maior mudança que eu percebo é que, não só por conta do *sursis*, mas antes dessa decisão, muita vítima renunciava. E essa renúncia era aceita nos casos de lesão corporal.

É muito, muito comum a vítima, mesmo tendo sido lesionada, ela depois de um tempo se resolve com o autor [da agressão] e quer renunciar. Hoje não pode, aí a gente fala “infelizmente não é possível”. Com isso aumentou um pouco a quantidade de processos porque, se antes era possível renunciar mesmo com lesão corporal, hoje não é mais.

Algumas das mudanças retratadas pelo Analista B estão presentes na fala do Analista A. Este servidor atua no TJDF e no Juizado A (circunscrição A) há 9 anos, e a entrevista foi realizada em 03 de novembro de 2014 no gabinete do juizado, tendo a duração de 40 min e 45 segundos. Perguntou-se a respeito das diferenças observadas pelo servidor depois da decisão do STF, e foi obtida a seguinte resposta:

quanto à condenação e a que é realizada hoje, antigamente era muito mais eficaz. Eu entendo que houve um erro na decisão, principalmente quando ele [STF] afastou todos os institutos da lei 9.099 e impossibilitou que a renúncia fosse realizada pela mulher. [...] dessa forma entende que a mulher seria considerada incapaz, já que ela está impossibilitada de manifestar sua vontade.

Se um homem for agredido, ele pode chegar no processo e pedir a renúncia e o processo é arquivado por falta de procedibilidade, diferente da mulher que não possui essa alternativa. Essa decisão tirou a capacidade de a mulher perdoar o marido, de perdoar o companheiro. Em muitos casos a mulher não quer mais continuar com o processo que é lento, ela já se conciliou com o companheiro e o Ministério Público é obrigado a oferecer a denúncia.

Observa-se, na fala do Analista A, sentimento de insatisfação quanto à impossibilidade de a mulher renunciar nos casos de lesão corporal. Nota-se a existência de objetivação quanto ao atual perfil da agredida: “mulher incapaz”. Observa-se também objetivação com o perfil masculino: “homem capaz”. Além da ancoragem temática em antinomia entre os dois perfis capaz/incapaz. Esses são elementos utilizados pelo Analista A para concluir que “houve um erro” na decisão do STF.

Além dos elementos que construíram a representação social presente na fala do Analista A, percebe-se uma visão da ineficácia processual, pautada na aplicação da pena, e ainda, uma percepção da mulher incapaz de manifestar a sua vontade no processo. A noção de igualdade numa perspectiva formal (DOMINGUES, 2002, p. 86), está presente na fala do Analista A, quando menciona que um homem pode renunciar nos casos de lesões corporais,

mas a mulher não, partindo de um pressuposto de que o entendimento do STF promoveu uma restrição de direitos.

Quanto à igualdade, Robert Alexy (2008, p. 382) entende que a aplicação da norma geral “sem critérios valorativos” pode consubstanciar discriminação. Há a sugestão de que o dever de tratamento desigual deva ser compreendido da mesma maneira que o dever de tratamento igual (desiguais como desiguais). Assim, seria “o enunciado geral da igualdade como um princípio da igualdade, que *prima facie* exige tratamento desigual apenas se isso for justificado por princípios contrapostos” (ALEXY, 2008, p. 411). Nesse caso, não existe igualdade social entre homens e mulheres. Portanto, há a necessidade de aplicar critérios valorativos tanto no momento da edição da norma quanto da sua aplicação.

Assim, sugere-se que, quando o STF decidiu pela possibilidade de o Ministério Público dar continuidade ao processo, sem a necessidade de manifestação da vontade da vítima, pode não significar que houve restrição de direitos, mas sim que, no contexto da violência em que a mulher está inserida, ela não seja desamparada por meio da aplicação de regras gerais processuais. Isso não significa que a mulher deixe de ser considerada como sujeito de direitos, mas sim que exista a possibilidade de interrupção do ciclo de violência familiar (WALKER, 2009, p. 95). É possível encontrar, na fala do Analista A, algumas consequências da impossibilidade de renúncia por parte da mulher:

No momento processual ela, muitas das vezes, se nega a prestar depoimento, existem, inclusive, casos em que há uma condução coercitiva da vítima para que ela venha em juízo prestar depoimento, e, em muitos casos ela muda totalmente a versão da delegacia, correndo o risco de responder por denúncia caluniosa. Em alguns casos o promotor observa que ela está mentindo em audiência, está frustrando a prova, nesse caso existe uma dificuldade em obter a condenação do agressor, pois a mulher apresenta outra versão em juízo e também se nega a ir até o IML. A partir do momento em que ela muda a versão, isto gera, no mínimo, uma dúvida e para a condenação não pode haver dúvidas. [...]

Hoje a lesão corporal e as vias de fato são encaradas pelo promotor como incondicionadas, assim, se observa que houve um aumento no número de condenações, então muitos homens que antes não tinham nenhum tipo de condenação anterior hoje estão sendo condenados pela LMP. A partir do momento em que o Supremo falou que era incondicionada houve uma chuva de denúncias e a única forma para atenuar essa chuva de denúncias e de sentenças é a utilização da suspensão condicional do processo.

Observa-se na fala do Analista A questionamentos sobre a decisão produzida pelo núcleo central (ABRIC, 2003, p. 154; FONSECA, 2013, p. 9-10). Nesse sentido, pode-se utilizar os conceitos de núcleo central, como as decisões que são produzidas pelo STF, com a finalidade de uniformizar o posicionamento seguido pelo sistema periférico, que seriam os entendimentos dos profissionais que atuam nos tribunais. Seguindo esse raciocínio, compreende-se que as decisões do sistema periférico são mais flexíveis, podendo ser elaboradas de acordo com as experiências individuais. É o que ocorre com o posicionamento do Analista A, embora o profissional entenda as fundamentações da decisão do STF, isso não o convence de que a decisão esteja correta e, assim, ancora as experiências individuais anteriores, provenientes da atuação nos Juizados Criminais e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, para motivar o seu posicionamento.

Com relação à situação de alteração do depoimento em juízo, dificultando a produção probatória, essa foi retratada em outras entrevistas (como a da Magistrada B). Essa situação pode sugerir que são necessários ajustes na prestação jurisdicional. Quando questionado a esses profissionais o porquê de a mulher dificultar a instrução probatória, a resposta recebida por ambos foi o fato de a agredida ter reestabelecido o vínculo conjugal com o agressor ou, dependendo do caso, o receio de não estar protegida pelas instituições de segurança pública.

Verificou-se que a representação do “reestabelecimento da convivência conjugal” está presente na fala de vários profissionais. Nota-se que existe dedução dessa convivência conjugal pelas experiências de atuação no juizado, pelo fato de a mulher solicitar a renúncia da ação. Embora essa representação seja muito presente, observa-se que não existe acompanhamento qualitativo por parte dos servidores do TJDFT sobre os resultados obtidos com o *sursis*, ou seja, os profissionais não souberam responder se o atendimento da equipe multidisciplinar era satisfatório ou se o casal ainda mantinha o relacionamento conjugal, a atuação era limitada ao comparecimento mensal e ao arquivamento do cumprimento das condições encaminhadas por outras instituições (como a secretaria de educação, organizações não governamentais, entre outras).

Diante desse contexto, nota-se que os profissionais ancoraram as respostas nas representações advindas de outras relações sociais, nos conhecimentos que assumiram ressignificados para estabelecer coerência entre o que antes era desconhecido (relação violenta entre homem e mulher) e o conhecido (relações conjugais conflituosas no meio social) (FONSECA, 2013, p. 09; MOSCOVICI, 2001, p. 72).

Com relação à autonomia processual da mulher, percebe-se que a fala do Analista A retrata falta de autonomia processual da mulher em uma objetivação da vítima como “mulher processualmente incapaz”. No entanto, observa-se que a mulher não foi o centro do diálogo, não eram as necessidades da ofendida e o contexto de violência que estavam sendo discutidos. O homem que está sendo condenado aparece como objeto central do diálogo. O seguinte trecho retrata essa visão:

a mulher deveria poder dispor se quer ou não continuar com processo, às vezes, por causa de um arranhão você está processando a pessoa, independente da vontade da mulher. [...] o equívoco do movimento feminista é achar que a condenação é a resposta mais adequada para esse tipo de violência, não se entende que no Brasil até a prisão em regime aberto não é nada, posso citar como exemplo a lesão corporal leve, cuja pena varia de 3 meses a 3 anos, se o magistrado condenar à pena máxima de 3 anos, mesmo assim ao regime de cumprimento será o aberto, que pela norma deveria ser cumprido em casa de albergado, mas essa casa praticamente não existe no Brasil e na falta de um local para cumprimento, manda cumprir em regime domiciliar. Como não há uma fiscalização de cumprimento, o resultado é nada, não existe um resultado positivo. A transação penal como se já se encaminhava para a prestação de serviço, o resultado era rápido, é muito mais célere do que o atual processo. O equívoco é pensar que a punição é prisão, é achar que a condenação é a medida mais adequada para responder à violência. [...]

O núcleo do diálogo é a punição do agressor e as consequências geradas para o criminoso, e não os resultados para a proteção da mulher. Esse pensamento pode ocorrer pela maneira como está estruturado o sistema penal, cuja principal finalidade consiste na condenação do acusado. Segundo Denise Jodelet (2001, p. 35-36), a representação é uma “reconstrução do objeto, expressiva do sujeito e provoca uma defasagem em relação ao seu referente”. Essa defasagem é explicada pela intervenção de valores e códigos coletivos, “implicações pessoais e dos engajamentos sociais dos indivíduos” Assim, são produzidos três tipos de efeitos “ao nível de conteúdo representativo: distorções, suplementações e subtrações”. No caso da representação do acusado como núcleo do processo penal, nos casos de violência doméstica, pode se dizer que existe o efeito da subtração, em que há “a supressão de atributos referentes ao objeto” constituindo o efeito repressivo das normas sociais. Pode se dizer que há a subtração da noção de que a condenação possui como finalidade a proteção da mulher quando da análise do objeto.

Ainda a respeito da fala do Analista A, notam-se as seguintes ancoragens temáticas: estrutura carcerária/condenação” e “celeridade/transação penal”. Tais ancoragens sugerem que a transação penal seria medida mais adequada para o tratamento da violência contra a mulher,

quando comparada com a condenação do acusado que, em virtude da carência de estruturas carcerárias, não produziria os resultados almejados.

Sobre esse assunto, é preciso ressaltar que a argumentação do Analista A, em defesa da transação penal, recebe fortes críticas de algumas correntes dos Movimentos Feministas. Um dos principais argumentos é a prestação de cestas básicas durante a transação, o que banaliza a violência contra a mulher. Como se a cesta fosse comparada a uma “moeda de troca da dignidade da mulher” (LIMA, 2010, p. 75).

O que não significa que não se possa utilizar medidas alternativas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Rodrigo Azevedo (2008, p. 130) entende que as medidas alternativas, principalmente as previstas na LMP “mostram-se providências muito mais sensatas para fazer cessar as agressões e, ao mesmo tempo, menos estigmatizantes para o agressor”. Porém, resalta que um dos problemas enfrentados é “contexto criminalizante” em que estão inseridas. O contexto pode contribuir para que haja o desvirtuamento dessas iniciativas, pois a forma como está estruturado o Judiciário e a rede de proteção à mulher contribui para que esses procedimentos sejam morosos e a prestação apenas realizada muito tempo depois da agressão. Bandeira (2009, p. 430) evidencia essa mesma preocupação, ao entender que a manutenção dos antigos modelos tende a um esvaziamento da lei: “apesar da existência da lei, ao ser aplicada por operadores do direito que mantêm as mesmas práticas e prerrogativas sociais, corre-se o risco de que sua eficácia acabe se esvaziando.”

Outro elemento encontrado consiste na noção de que o agressor na violência doméstica não possui uma habitualidade criminosa e que se trata de um crime que envolve relações familiares. A fala do Analista B reflete esse pensamento:

com a não utilização dos *sursis*, agora é como se fosse 8 ou 80. Ou o réu é absolvido, ou ele é condenado. Muitas vezes a condenação, nos casos em que o casal já voltou a se relacionar, ou que a vítima acha que foi um caso isolado e que não teve muita importância (mesmo sendo um caso de lesão corporal), agora não tem mais como. Ou ele vai ser condenado, ou absolvido, dependendo das provas do processo.

Eu acho que piorou um pouquinho pra família, né?! Tanto pro réu como pra família, porque acaba prejudicando os dois.

Porque, principalmente onde a gente trabalha [na Circunscrição B], uma comunidade carente, se o pessoal já tem dificuldade pra manter uma profissão ou arrumar um trabalho, com uma condenação na ficha criminal é mais difícil ainda.

No relato do Analista B, verifica-se preocupação com o âmbito familiar, fundamentado no contexto de vulnerabilidade social, em que vários acusados estão inseridos. Para definir que a situação piorou depois da decisão do STF, observa-se uma objetivação do perfil do agressor: ‘homem de comunidade carente’; ‘homem sem emprego’. Nota-se, ainda, ancoragem temática quanto aos significados condenação/emprego, perpassando ideia de antagonismo. É por meio dessas ideias primárias em interação com o contexto da violência contra a mulher que são construídas novas representações sociais.

Novamente o centro do discurso é o acusado e não a vítima, por mais que ela esteja inserida no contexto familiar, quando a Lei foi criada o objetivo era trazer a mulher e as suas perspectivas com a persecução penal. Bandeira (2009, p. 426) evidencia esse entendimento: “ao se referirem à especificidade da violência doméstica [...] eles tendem a não tratar a agredida como indivíduo, dando prioridade à família [...] como uma ordem “natural” regida pelo homem-provedor.” Porém, pouco é encontrado sobre as expectativas da vítima no processo penal.

Nota-se que aparentemente existe uma reprodução das atitudes dos profissionais ao colocar o homem no centro dos debates. Bandeira (2009, p. 426-427) menciona que esse tipo de pensamento está presente no âmbito jurídico:

Mulheres abstratas e genéricas constituem a referência para os juristas, desconsiderando suas múltiplas especificidades, uma vez que toda a dinâmica processual é colocada a partir do fato — conflito ou violência —, sem ter primazia a condição representacional do sistema de gênero tradicional, ainda estruturador das instituições públicas. Isto quer dizer que as mulheres são consideradas como uma categoria/tipo e não como sujeitos específicos. Há necessidade de torná-las juridicamente inteligíveis.

Os profissionais ainda mencionaram que algumas mulheres simulam agressão em virtude de benefícios da celeridade conferida à LMP, para obtenção de prestação jurisdicional nas áreas do Direito de Família e Cível. O que é evidenciado na fala do Técnico A, servidor que atua no tribunal há 4 anos e assessora a Magistrada A há 1 ano. A entrevista foi realizada em 07 de abril de 2015, às 15h30min, com duração de 40 min e 23 segundos, no gabinete do juizado:

[...] com base na pouca experiência que tenho aqui, acredito que vários desses casos envolvendo a Lei Maria da Penha são utilizados para resolver questões em âmbito familiar. Que às vezes poderiam ser resolvidos em Vara de Família mesmo.

Em vários processos que chegaram aqui, a pretensa vítima visava medidas de cunho cível de forma antecipada. Por exemplo, uma partilha malfeita, ou não feita, questões patrimoniais geralmente não bem equacionadas acabam “descambando” pra cá como uma via mais célere. Por que quando há violência, uma coisa mais evidenciada, a regra é separar a vítima do ofensor, né?!

E aí a prevalência fica com a vítima. Por exemplo, uma questão de afastamento do lar, a vítima permanecerá no lar e o ofensor vai ser afastado. Às vezes, é possível perceber que há um interesse de antecipar essa decisão eventualmente familiar ou do [direito] cível.

Às vezes é preciso ter muito cuidado com as questões que aparecem relacionadas a essa identificação. Aqui [Circunscrição B] pelas peculiaridades do local, acontece muito de várias famílias morarem no mesmo lote, como se fosse um condomínio. Aí o convívio, muitas vezes, não muito harmonioso faz com que alguns parentes utilizem da lei para poder alcançar objetivos ainda não amparados por outros processos, por exemplo.

Novamente a fala ancora-se no processo penal como o instrumento para condenar o acusado. Nota-se ancoragem em representações tradicionalmente utilizadas no âmbito jurídico sem contextualizá-la com as perspectivas da nova lei. Carmen Hein Campos (2011, p. 149) entende que a LMP trouxe nova representação para a interpretação dos procedimentos processuais de proteção à mulher, os quais não se restringiriam ao âmbito penal. Porém, o que se observa é que a fala dos profissionais não sugere a nova imagem da mudança legislativa.

A fala explicita outro ponto que foi debatido durante o projeto de lei que culminou na LMP: a visão do processo de proteção da mulher com uma perspectiva penal. Porém, a ideia era exatamente a criação de um sistema, que agilizasse a solução da demanda advinda de outras áreas do Direito, não apenas a penal. Como esse tipo de violência constitui fenômeno multifacetado, a solução da lide também precisa contemplar a complexidade do fenômeno (CAMPOS; CARVALHO, 2011, p. 150). O que se percebeu ao longo da pesquisa e que pode vir a justificar essa expressão é o receio de modificação da estrutura de atendimento das varas dos tribunais e de lógica processual.

Aparentemente, quando o Técnico A menciona que a solução deveria ocorrer em outra área, é como se as varas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar estivessem assumindo as demandas de outras varas. Essa fala pode sugerir o receio de que a estrutura, já conhecida, seja alterada. Com base nessa análise, pode se verificar a “mudança das representações quanto à sua relação com a prática” (JODELET, 2001, p. 37).

A criação de um “sistema” de proteção da mulher (CAMPOS, 2006, p. 78) pode vir a representar mudança na estrutura judicial e no “habitus” daquele campo (BOURDIEU, 1989, p. 33). O campo jurídico possui estruturas específicas, ele “não deriva de qualquer forma substancial das práticas que estruturam outras atividades sociais” (TERDIMAN, 1987, p. 813). Por essa razão, os atores sociais podem não compreender as mudanças que não seguem a estrutura tradicional.

O agrupamento de competências nos Juizados de violência doméstica e familiar pode representar transformação nas concepções tradicionais de organização do Judiciário. As mudanças no campo jurídico podem ocorrer por meio da produção de novas categorias de percepção e julgamento, e por nova visão das divisões sociais e distribuições. Para que essas novas concepções sejam bem-sucedidas, as novas práticas precisam ser fundamentadas, pois os novos costumes fazem parte de um processo em desenvolvimento (TERDIMAN, 1987, p. 825).

A segunda interpretação da fala do Técnico A sugere “má-fé, por parte das mulheres que são atendidas no juizado”, pressupondo que elas não estariam em situação de violência e se utilizariam da celeridade dos procedimentos para a obtenção das medidas protetivas. Essa afirmação também esteve presente na fala do Analista A e do Magistrado B. Caso existam esses casos, essa situação poderia ocasionar responsabilidade às ofendidas, pois responderiam penalmente pela falsa denúncia.

Com relação a esse tema, existe o receio de que essas indagações sejam colocadas pelos operadores do direito perante as ofendidas, o que, dependendo do contexto, pode vir a configurar revitimização, na qual “a vítima é interrogada como se fosse culpada de um ilícito, sem qualquer contemplação, impondo-se lhe uma agonia psíquica intolerável” (BIANCHINI, 2011, p. 227; MAYR, 1998, p. 183). Assim, essa visão deve ser repensada sob o ponto de vista do contexto em que a mulher pode estar inserida e esse diagnóstico só poderá ser realizado por meio da capacitação dos profissionais que ofertam o atendimento à mulher.

No que diz respeito ao descumprimento das condições impostas no *sursis* processual, os Analistas A e B acompanharam todo o período de implementação da LMP no TJDF, assim, houve questionamento a respeito do descumprimento durante o período de suspensão. O Analista B, que trabalha no Juizado B (que não tem aplicado a suspensão) respondeu da seguinte forma:

[Entrevistadora] - havia muito descumprimento?

[Analista B] - sim, havia. Tem uma cláusula no *sursis*, que ele [condenado] é obrigado a comparecer aqui de dois em dois meses. E era muito comum o réu esquecer de vir assinar, e isso era tecnicamente um descumprimento. Acontecia muito, aí tínhamos de mandar mandado [de intimação], ficar publicando, ou ligando... “Porque você não veio tal mês”, “Já faz 2 meses que você não vem assinar...”. Então, esse trabalho não temos mais hoje. Com relação aos trabalhos aqui do cartório, em termos de rotina, foi isso que mudou. ”

O que se percebe é que esse descumprimento, principalmente do comparecimento mensal ainda existe, conforme consta na entrevista com a Promotora D (Circunscrição A), que mencionou que os serventuários do MPDFT fazem um acompanhamento, ligando para os acusados para que não haja um descumprimento. Essa fala confirma a pesquisa realizada por Bruna Costa (2014, p. 37), que concluiu que há tolerância para que não haja a revogação da medida. Porém, doutrinariamente, a falta de comparecimento mensal pode ensejar a prorrogação do prazo, pois é cabível a apresentação de justificativas pela ausência (BITTENCOURT, 2012, p. 145; GRECO FILHO, 2012, p. 89).

Assim, verificam-se nas respostas dos servidores algumas objetivações com relação ao perfil do acusado e da mulher, tais como: “homem carente”; “homem sem emprego”; “homem capaz” e “mulher incapaz”. Notou-se, ainda, ancoragens na visão tradicional do processo penal, segundo o modelo tradicional de condenação do acusado e uma exclusão da representação defendida pelos movimentos feministas de que o processo deve ser repensado como sistema que absorveu várias áreas do Direito.

3.6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DO MPDFT

Na pesquisa proposta nesta dissertação, foram entrevistados 5 promotores, 3 que atuam nas duas circunscrições e 2 que atuam no Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Entre os que atuam nos juizados pesquisados, 2 fazem parte de circunscrição A (juizado A) e 1 faz parte da circunscrição B (juizado B e C).

Quando se questionou sobre o posicionamento desses profissionais a respeito da suspensão condicional do processo, todos se manifestaram como favoráveis. No entanto, durante a entrevista com o promotor B, que atua no MPDFT há 11 anos (1 ano e meio nos juizados de violência doméstica), realizada em 18 de abril de 2015 (duração de 30 min e 16 segundos), notou-se que ele costuma acompanhar o posicionamento dos magistrados da circunscrição B. E, como esses magistrados não aplicam a suspensão, o promotor também não a propõe, a não ser em casos específicos em que observa que esse procedimento será mais efetivo.

Bem, a lei exige que Magistrado e Promotor concordem, tanto na Maria da Penha como em qualquer situação. O MP propõe e o Juiz homologa. Quando o MP entende que não é o caso de propor, por qual motivo for, o juiz pode aplicar o art. 28 do Código de Processo Penal e o Procurador-Geral que vai decidir se aplica ou não.

Se o Promotor concorda e o Juiz não, na prática, considerando as decisões do STF, eu nem faço a oferta diretamente ao réu, o autor. Aí fica por ali mesmo, um negócio meio de boa assim.

Assim, nota-se que, em algumas jurisdições em que não existe a aplicação da suspensão, não significa que o promotor não concorde totalmente com o instituto, mas sim que ele está seguindo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Como sabemos que, provavelmente, a decisão poderá ser reformada em segunda instância, opta-se por acompanhar o posicionamento do magistrado na análise do caso concreto. Esse é um caso em que as interações organizacionais podem repercutir diretamente nas decisões das organizações (MACHADO, 2012, p. 5; SEIDL, 2005, p. 145), pois a interação entre magistrados e promotores tende a definir o posicionamento adotado em determinada jurisdição.

Em alguns casos, é possível notar desconforto do profissional com a falta de postura organizacional uniforme. Na entrevista com a promotora D, que atua há 10 anos no MPDFT, e nas promotorias de Violência Doméstica e Familiar há 2 anos, realizada no dia 23 de abril de 2015 (duração de 42 minutos e 35 segundos) na (circunscrição A), isso ficou muito nítido:

25

durante o tempo que trabalhei lá na Circunscrição C , inicialmente eu não aplicava o instituto da suspensão condicional em nenhum caso, e atuei deste modo por uns nove ou dez meses, sem utilizar o instituto. Posteriormente, teve um momento, em fevereiro de 2012, que existia uma quantidade muito pequena de promotores que não trabalhavam com suspensão.

Na promotoria que eu atuava, éramos duas promotoras que atuavam com Violência Doméstica, eu não oferecia e a colega oferecia. Isso causava um certo desconforto assim. Como que a parte ficava, um pouco à mercê da sorte, né?! Dependendo com qual promotora ele caísse, teria um atendimento diferenciado.

Isso me incomodava um pouco, aí considerando também que naquele momento eu constituía o grupo minoritário, eu resolvi abrir mão do meu entendimento pessoal pra tentar uniformizar o tratamento nos casos de Violência Doméstica, e aí eu passei a utilizar. Então desde que eu vim pra cá, continuei utilizando, e desde quando cheguei aqui todos os promotores trabalhavam com o instituto da suspensão condicional do processo.

Nota-se, na fala da promotora D, a ancoragem da representação social do grupo de promotores para definir a decisão em aplicar a suspensão condicional do processo. Guareshi (2007, p. 11-17) argumenta que a existência do conflito entre o individual e o coletivo não consubstancia o domínio da experiência de cada um, mas é “igualmente realidade fundamental da vida social”. O indivíduo é visto como a única possibilidade de referência para noções como “atitude, atribuição, esquemas”. Porém, considerar apenas o indivíduo pode implicar erro (PORTO, 2006, p. 22). Nesse sentido a teoria das representações sociais (TRS) confere racionalidade à crença coletiva e à sua significação. Essas são racionais por serem coletivas, “um indivíduo isolado e só não poderia sê-lo”. Assim, o pensamento individual pode vir a refletir uma perspectiva organizacional e, de certa forma, também pode colaborar para a construção dessa realidade.

No caso da promotora D, como a sua posição era minoritária, ela começou a refletir sobre o seu posicionamento frente ao de seus colegas e os motivos que levam ao oferecimento da suspensão condicional do processo. Essa atitude da promotora sugere a interação entre as interpretações individuais e aquelas definidas pelo grupo. As representações sociais podem influenciar a formação das identidades sociais (como conteúdo e a sua avaliação) por meio da sua adoção por determinado grupo, a aceitação e o uso das representações sociais podem moldar o seu desenvolvimento. Existem casos em que a nova ideia pode ser “sufocada” e nunca se tornar uma representação compartilhada, nos casos em que as dinâmicas do grupo sejam restritas quanto à sua utilização. A integração da identidade social e as definições das representações sociais podem contribuir para que as questões sejam expostas, podendo existir movimento de aceitação e utilização pelos demais componentes do grupo (BREAKWELL, 1993, p. 5).

No relato da promotora, ficou claro que ela entende que essa atuação seria mais adequada ao contexto da violência contra a mulher e também explica a interação com o magistrado titular do juizado A:

[...] tem alguns lugares aqui que não aplicam, com o entendimento de que “ah, o STF decidiu, então pronto, é isso, não vou enfrentar”. Mas se você conversar pessoalmente com as pessoas, poucas têm o entendimento pessoal de que esta opção é a melhor.

E aí talvez a gente esteja num grupo de rebeldes. Mas a gente tem uma questão da preocupação sabe?! Esse grupo, pelo menos as pessoas com as quais eu trabalho, minha colega aqui ao lado que está de férias, a gente está muito envolvido com essa temática. É uma temática que a gente gosta, que a gente tem feito um investimento de leitura, de estudo, de aprofundamento, inclusive, se apropriando de conhecimento de outras áreas (da psicologia, da sociologia, enfim), ampliando um pouco, pra que a gente possa trazer um enfrentamento mais efetivo, né?!

Hoje... a suspensão. Eu tenho consciência do porquê de o juiz com quem eu trabalho achar que é o melhor modo de atuação, e existe acordo. Se a gente não tivesse esse acordo eu não iria discutir isso judicialmente, porque eu acho que o momento hoje não é adequado pra essa discussão judicial.

Nota-se que, embora a promotora D estivesse seguindo o comportamento da maioria de seus colegas de outra jurisdição e da circunscrição B, há sentimento de que a sua atuação corresponde ao comportamento da minoria, certamente, por esta não seguir a decisão do STF. Verifica-se nessa fala ancoragem temática nos seguintes sentidos: “suspensão/adequação”; “decisão do STF/inadequação”; estudos/enfrentamento. Essas ancoragens são utilizadas para fundamentar a representação de que no momento o *sursis* seria medida mais adequada para o enfrentamento da violência contra a mulher,

Fazendo referência ao grupo de promotores em que a Promotora D está incluída, Moscovici (2000, p. 83) discorre sobre a influência da maioria em relação à minoria e vice-versa. O autor menciona que a influência da maioria se fundamenta na “conformidade” dos membros da minoria. A maioria tem o poder de recompensar e punir com a aprovação e desaprovação, causando pressão sobre as minorias para se conformarem, é o que se denomina de influência socionormativa. De modo contrário, o autor menciona que existe a possibilidade de a minoria vir a influenciar o comportamento da maioria, mas isso dependerá da consistência dos padrões comportamentais, pois a influência é socioinformacional, que consiste em fornecer à maioria novas ideias, informações que os leva a reexaminar as suas opiniões e, com base nessa análise, é possível a conversão de alguns de seus membros.

Com relação à decisão do STF, o promotor B questiona o fato de o STF julgar determinados casos sem vivenciar a realidade dos juizados e a insegurança que gera ao jurisdicionado quando não há posicionamento uniforme sobre a aplicação da suspensão:

[Promotor B] - o problema do STF, não só em relação à Lei Maria da Penha. Primeiro: O STF não devia cuidar dessas “coisinhas”, o certo seria o STJ. O nosso Supremo Tribunal Federal é um negócio estranho, ele cuida demais de questões de primeiro grau, quando ele não existe pra isso. O problema levado a ele deve ser constitucional.

Bem, o argumento que utilizamos para continuar aplicando a suspensão condicional é dizer que o instituto da suspensão condicional do processo é supralegal, e por acaso está na Lei nº 9.099/95, mas não se aplica só aos crimes de menor potencial ofensivo.

E acho que o STF ao dizer que não podia, ele fechou a porta pra uma solução que é muito boa, pra muitos casos.

O promotor B é favorável à aplicação do *sursis* em determinados casos, por entender que essa medida seria a melhor solução para a lide. Nesse discurso nota-se a existência de objetivação quanto à atuação do STF (“julgador de matérias constitucionais”) e do STJ (“julgador de matérias infraconstitucionais”). A objetivação dos tribunais superiores, nesse caso, é utilizada para ancorar a representação de que o julgamento realizado pelo STF não contribuiu para a solução dos conflitos que envolvem a violência contra a mulher.

Ao narrar que não concorda com a maneira como os tribunais superiores tratam o tema, o promotor pode estar expondo as motivações que poderão influenciar uma nova forma de interpretar o Direito. Esse comportamento pode contribuir para a criação de novas formas de ação que não sejam fundadas em tradições que não funcionam mais, levando-se em consideração motivações sentimentais subjetivas, conforme afirma Moscovici (AVILA, 2006, p. 171):

Incluso en las sociedades tradicionales, debemos inventar siempre posibilidades de vida, de relación, para hacer funcionar lo que no funciona o no todavía. Aseguramos nuestra vida en común no como un sujeto, sino como una obra, y en último lugar, es el pensamiento artístico y no el pensamiento reflexivo o calculador el que decide.

Em busca dessa adequação, os profissionais que se utilizam da suspensão condicional do processo entendem que esse poderia ser um caminho para o tratamento das mulheres como

“sujeitos específicos”, pois tem sido instrumento que possibilita resposta mais adequada ao contexto em que está inserida a violência contra a mulher, conforme afirma o Promotor B:

[...] com a suspensão você deixa o processo parado por um tempo, a situação fica mais bem fiscalizada, ele não perde o trabalho e tem uma resposta estatal, que na maioria das vezes é bem melhor do que uma condenação. Eu te dou um exemplo: Lesão corporal, ele vai pegar uma pena de um mês, por exemplo, ele vai pegar regime aberto. Aí vai substituir, ele vai trabalhar um pouco, e acabou. Um mês depois de cumprido o serviço, acabou. Não tem mais nada a ser feito pelo Estado.

Se tiver a suspensão, fica lá dois anos, ele vai prestar serviço à comunidade. Se necessário, a gente pode colocar as medidas protetivas pra durarem esse tempo todo, o que não acontece se houver a condenação. Acabou a condenação, e ele cumpriu, o processo principal é extinto e as medidas protetivas também vão embora. É por isso que eu acho muito melhor a suspensão. Eu acho melhor pra mulher e pro autor também.

Observa-se na fala do Promotor B a utilização da representação de que as penas aplicadas aos delitos de lesão corporal são baixas. Porém, nota-se elemento de preocupação com a proteção da mulher na seguinte ancoragem temática: “condenação/extinção das medidas protetivas”. O promotor fundamenta a aplicação do *sursis* ao fato de que durante o período de cumprimento poderão ser mantidas as medidas protetivas concedidas durante a fase de instrução processual.

No que diz respeito ao posicionamento do Promotor B quanto à aplicação do *sursis*, questionou-se sobre a insegurança que as decisões poderiam causar ao jurisdicionado, obtendo-se a seguinte resposta:

[Entrevistadora] será que essa situação não gera uma certa insegurança para o jurisdicionado? Porque dependendo de onde seu processo cair, ele pode ou não receber a proposta de suspensão.

[Promotor B] gera. Certamente gera. Mas das duas, uma. Eu sabendo que o Juiz não aplica, ou eu não proponho pra ninguém, ou eu continuo desse jeito. Se eu não propuser pra ninguém, os poucos que seriam beneficiados deixarão de ser, como naquele provérbio: “os justos pagam pelos pecadores”.

Então, se eu parar de propor aos poucos “justos”, todo mundo vai ficar sem... se algum ou outro conseguem, acho que é melhor do que ninguém conseguir.

Nota-se, na fala do promotor B, o respeito ao posicionamento do juiz, que pode ocorrer pelo fato de que, sem o apoio do profissional, poderá haver questionamento sobre o

sursis nas instâncias superiores, e, em um segundo plano, a consciência de que se seguir a tendência do STF algumas pessoas deixarão de ser beneficiadas. Observa-se que o fato de encontrar o juiz como aliado pode ser considerado elemento do trabalho exercido no âmbito das organizações. Os membros das organizações dependem um do outro para validar as suas visões de mundo, eles procuram manter normas e valores sobre o que considerem adequadas ou não, e influenciam uns aos outros para servir os seus interesses pessoais ou de grupo (MOSCOVICI, 1976, p. 67).

Conforme mencionado, o MPDFT tem feito um trabalho em conjunto com o Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), colocando como condição para a suspensão do processo o comparecimento às reuniões dos grupos de homens, assim, durante a entrevista com a promotora D, questionou-se o descumprimento dessa condição:

[Entrevistadora] – e os acusados, eles costumam frequentar o NAFAVD?

[Promotora D] – eu não tenho dados de qual é o índice percentual de homens que não cumprem, a gente nunca fez uma estatística desta. Hoje mesmo eu “tava” num curso e a colega de Santa Maria disse que a Juíza lá fez essa contagem e disse pra ela que é de 17% o índice de descumprimento. Um índice baixo né?!

E segundo eu soube que essas meninas fizeram um levantamento oficial, e esse é o índice do Distrito Federal, nos casos das promotorias que aplicam suspensão, o descumprimento gira em torno de 17 a 20%, então tem uma boa adesão.

Quando a Promotora D utiliza dados coletados pelas colegas para fundamentar a resposta sobre o descumprimento, verifica-se a presença de polifasia cognitiva, que, segundo Sandra Jovchelovitch (2011, p. 175), seria o elemento “que revela a plasticidade e flexibilidade que os seres humanos demonstram nos processos de construção do saber”. Nesse processo existe a possibilidade de combinar “a ciência e o senso comum.” Assim, entende-se que existe ancoragem das porcentagens obtidas para fundamentar o baixo descumprimento pelos acusados.

Ao informar dados sobre o trabalho do NAFAVD, a promotora D traz argumentos que poderiam fundamentar o seu posicionamento quanto à utilização do *sursis*. Essas pesquisas podem motivar a utilização de medidas alternativas de cumprimento da pena. Argelim (2011, p. 37) menciona esse tema: “a diversificação das penas abrange ampla discussão em torno do pluralismo jurídico como alternativa para pacificar os conflitos, numa perspectiva que não se

limita às salas de audiência”. O autor defende que se abram espaços para que outras agências ou atores sociais “possam criar condições para a solução do conflito entre as partes interessadas”, essa solução poderia ser negociada entre as partes ou por meio de terceiros que facilitariam essa solução consensual “com o aval dos operadores do direito” (Idem, p. 29-30).

Com relação ao trabalho realizado no grupo de homens do NAFVD, a Promotora D tece algumas considerações sobre o perfil dos acusados. Para a profissional, a maioria chega aos encontros sem compreender muito bem o teor da lei e da medida que foi aplicada, mas, no transcorrer das conversas, as dúvidas costumam ser esclarecidas.

Os réus que a gente atua têm uma condição social, cultural, em todos esses aspectos, muito baixa. Em geral a gente fica com a sensação de que eles não estão entendendo muito bem o que está acontecendo. Eu costumo explicar várias vezes “você ‘tá’ entendendo? O senhor não está reconhecendo culpa, não existe uma condenação, isso é um acordo, mas o senhor tem que cumprir todas essas condições. ” E aí eu explico, explico, explico...

Hoje mesmo eu vou a um grupo de homens, lá no NAFVD, quando os grupos acontecem, tem um dia que a gente vai lá pra dar mais esclarecimentos pra eles, porque eles quase sempre chegam lá não entendendo direito o que aconteceu.

A fala da Promotora D sugere objetivação quanto ao perfil do agressor: “homem de condição sócio cultural baixa”, “homem que não compreende o teor da lei” e “homem que não compreende os procedimentos judiciais”. Nessa objetivação pode haver “uma reconstrução do objeto em relação ao seu referente” por meio da utilização de valores e códigos coletivos (DOISE, 1992, p. 186). É por meio da diferenciação entre o “eu e o outro” que existe a suplementação com relação ao conteúdo da representação. Nesse caso, sugere-se a existência de suplementação quanto às características do agressor, atribuindo predicados que seriam negativos nas práticas desenvolvidas no âmbito jurídico. O que pode ser observado quando a profissional cita que precisa explicar muitas vezes para que o acusado entenda que não está sendo condenado, e de modo concomitante, que ele precisa cumprir determinadas obrigações perante o Judiciário.

Ainda sobre as reuniões promovidas pelo NAFVD, a promotora esclarece que esses encontros duram, aproximadamente, entre quinze e vinte minutos, e que a recepção não costuma ser amistosa:

eles estão bravos porque foram injustiçados, porque eles não fizeram nada, porque ninguém ouviu, porque a lei “tá” protegendo demais a mulher, então a gente passa um pouco por um processo de desconstrução e de restabelecer a cidadania deles, pra eles é super importante.

Nessa fala existe nova objetivação sobre o perfil do acusado participante do grupo: “homem revoltado” e “homem injustiçado”. Essas objetivações são referentes à interpretação da Promotora D sobre os sentimentos externados pelos acusados. Porém, apesar da recepção e do tom de revolta dos acusados, percebe-se que a Promotora entende que os resultados são positivos:

então, o pessoal do NFAVD sempre traz pra gente o retorno de que essa nossa ida lá os deixa “reimpoderados” no processo, porque eles se sentem “desimpoderados” dentro do sistema, com a [Lei] Maria da Penha. E aí a gente vai, senta, ouve, atende casos particulares, eu sempre falo “ao final eu converso com vocês, pra ver o caso de vocês”. Então normalmente eles não falam nada comigo em relação ao caso deles, mas o fato de conversarem depois, conseguirem conversar comigo, uma Promotora de Justiça, os deixa saindo de lá satisfeitos. E aí as meninas dizem que depois, nos outros encontros, eles “tão” mais calmos em relação à situação.

Os resultados obtidos pela participação da Promotora D no grupo de homens são fundados nas informações repassadas pela equipe multidisciplinar. Assim, nota-se a ancoragem temática na representação sobre os resultados: “participação/reimpoderamento”. Seria por meio da participação no grupo que os homens estariam “reimpoderados” sobre a acusação que estão respondendo perante o Judiciário.

Ainda sobre o tema do descumprimento das condições do *sursis*, o diálogo é esclarecedor:

[Entrevistadora] – os acusados costumam descumprir as condições impostas nos acordos de suspensão?

Junto com a Vara, a gente fica fazendo um acompanhamento, mas eu também não tenho condições de te dizer qual é o percentual de descumprimento. Em geral, a gente não revoga imediatamente, tem um setor aqui no Ministério Público, que chama “CEMA (que é o Centro de Medidas Alternativas), então quando chega aqui a notícia de descumprimento, a gente manda pra esse setor, pra que eles entrem em contato com esse denunciado pra verificar o motivo do descumprimento, se aconteceu alguma coisa. E aí em alguns casos a gente faz um novo encaminhamento.

A crença de que os índices de descumprimentos são baixos e de que a estrutura de atendimento possibilita o acompanhamento do cumprimento das penas pode colaborar para que os profissionais sintam segurança em propor o *sursis*. Esse sistema de valores, fundamentado em ideias e práticas, caracteriza as representações sociais. As representações possuem dupla função: primeiramente, estabelecer ordem que irá capacitar os indivíduos e orientá-los em seu mundo material e social; e, em segundo lugar, para permitir a comunicação fornecendo código para fins sociais. Existe a troca e um código para nomear e classificar sem ambiguidades os vários aspectos de seus mundos e a individualidade história do grupo. A representação social constitui fenômeno coletivo pertencente a uma comunidade construída por pessoas em sua conversa e ação diária (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 101; MOSCOVICI, 1976, p. XIII).

A segurança sobre a utilização da suspensão também está presente na fala da promotora E. A entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2014, via *e-mail*, pois, naquela data, a promotora estava de férias, mas disponibilizou-se a responder aos questionamentos. A entrevistada atua no MPDFT há 15 anos, e trabalhou por mais de 2 anos na circunscrição B. De forma específica, critica a interpretação que proíbe a suspensão:

a vedação da suspensão condicional do processo é defendida a partir de uma premissa, ao meu ver, equivocada. A de que todo instituto que tenha qualquer dívida ou conexão histórica com a Lei nº 9099/95 não possa ser eficaz no enfrentamento da violência de gênero. O rompimento com tudo que diga respeito a infrações ditas de menor potencial ofensivo ou medidas despenalizadoras ou, ainda, métodos alternativos de solução de conflitos violentos é uma questão de honra para os setores que hoje pleiteiam a hegemonia na condução de uma política pública de intervenção da violência doméstica contra a mulher. O estigma da Lei 9099/95 pesa de tal forma sobre a suspensão condicional que impede as pessoas de verem o quanto esse instituto pode ser, se bem administrado, profundamente eficaz para esse tipo de conflito. Por mais que se busquem argumentos jurídicos (estrito senso) para justificar a não aplicação do instituto, o motivo é, a meu ver, meramente simbólico e, até que me mostrem o contrário, sem base em qualquer evidência empírica. A possibilidade de se monitorar o conflito por dois, e em alguns casos até quatro anos, é fantástica se comparada às outras respostas que lhe são alternativas. É o que vejo no dia a dia.

Existem algumas ancoragens temáticas na fala da Promotora E: estigma/medidas despenalizantes; proibição/simbolismo; vigilância/*sursis* e condenação/falta de resultados. Existe ainda a representação de que a suspensão condicional do processo é medida mais adequada que a aplicação da pena, e que a proibição teria efeitos meramente simbólicos.

O discurso sugere segurança no posicionamento dos promotores que são favoráveis ao *sursis*, a crença de que esta constitui alternativa que se adéqua melhor ao contexto da violência doméstica é recorrente na fala dos profissionais. Quando a promotora E menciona que a proibição possui motivação simbólica, fazendo crer que na prática a suspensão produz melhores resultados, pode refletir as suas crenças obtidas por experiências individuais. Esse elemento fica evidenciado no seguinte trecho: “é o que vejo no dia a dia”. É como se a experiência cotidiana tivesse peso maior na argumentação em favor das suas crenças.

Jodelet (2001, p. 35-36) discorre sobre os valores e crenças que fundamentam as representações sociais. Existe intervenção de valores e códigos coletivos nas implicações pessoais e nos engajamentos sociais dos indivíduos. No caso dos promotores, nota-se que a maioria utilizou argumentos semelhantes e que são fundamentados na prática jurídica.

Nesses casos, pode haver conclusão baseada nas experiências individuais, porém pode haver “ancoragem” com relação à realidade. A ancoragem serve para instrumentalizar o “saber, conferindo-lhe valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente” (Idem, p. 38), com a finalidade de dar continuidade à objetivação. A naturalização das noções lhes dá valor de “realidades concretas”, legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros. Porém, ela também pode ter efeito contrário que seria visão “imagética” da realidade, o que seria contextualizado como processos “generativos e funcionais”.

Assim, sugere-se que as crenças sejam fundamentadas em outros instrumentos que possam comprovar a “efetividade” do *sursis* quando comparado com outras formas de cumprimento da pena, para que as representações sejam fundadas em comprovações experimentais.

3.7 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Observa-se das representações sociais dos defensores públicos que os profissionais assumem determinado posicionamento de acordo com o interesse do assistido. Geralmente, são informadas ao acusado as condições que serão impostas por meio da suspensão e as consequências que podem ser ocasionadas pela condenação. Esse contexto aparece na fala do

Defensor B, entrevistado no dia 19 de março de 2015 (duração de 35 minutos e 12 segundos), na defensoria da circunscrição A:

orientamos o réu e explicamos todo o procedimento, só que nós tomamos cuidado. Tem réu, por exemplo, que fez, faz e gosta de fazer. O processo vai “dar” prosseguimento, ele pode cair no crime de desobediência (330 do CP ou no 359), e ele ser preso por causa da medida protetiva. Quando o réu já tem a mente virada pro crime já é diferente, ele vai ter uma dificuldade em cumprir os requisitos. O processo vai ficar parado durante um ano ou um ano e meio e depois vai voltar a caminhar.

Então recomendamos, geralmente, que tenha a revogação da medida protetiva, fica mais tranquilo pra ele. E geralmente quando os casais retornam, ficam de bem com a vida, e estão tranquilos, a gente fala pra que ele aceite a proposta de suspensão. Cada caso é um caso, não existe caso igual.

Observa-se na fala do Defensor B a definição do perfil do assistido para determinar como será a orientação para defesa. Sugere-se a seguinte objetivação: “réu com mente criminosa” e “réu em delito eventual”. A partir dessa fala, o profissional sugere qual o critério será utilizado para definir a orientação jurídica ao assistido. Por meio desses critérios o profissional evidencia a preocupação com o cumprimento das medidas do *sursis* quando afirma que, quando o perfil do acusado indica que haverá o descumprimento, parte-se para outra estratégia de defesa, que seria o pedido de revogação da medida protetiva.

A definição do perfil do acusado pode ser fundamentada em critérios objetivos, como a existência de antecedentes ou histórico de violência, ou subjetivos, oriundos das experiências individuais do profissional. No caso da atuação profissional, os anseios subjetivos deveriam ficar em segundo plano, frente à existência de elementos objetivos. Jovchelovitch (1999, p. 69-72) menciona que as representações sociais seriam estratégia dos atores sociais para enfrentarem a diversidade do mundo, cada indivíduo transcende a sua individualidade para adentrar o espaço público, o mundo em comum.

Conversar com o assistido sobre a possibilidade do *sursis* pode representar atitude que seria compatível com a defesa, por mais que possa ser considerado prejudicial ao acusado, como no caso em que a pena aplicada seria menor. No entanto, na entrevista não ficou claro se as possibilidades de defesa são comunicadas. Aparentemente, o julgamento subjetivo do profissional é que delineava qual seria a estratégia utilizada.

Essa visão da conversa com a assistida também esteve presente na fala da Defensora A, que atua no Núcleo da Defesa da Mulher. A entrevista foi realizada no dia 06 de novembro de 2014 (com duração de 25 minutos e 17 segundos) e a defensora relatou como é o atendimento da mulher nesses casos:

nos casos concretos, a vítima é ouvida e, se ela quiser a suspensão, a defensoria costuma respeitar o seu desejo, porém, essa escolha é feita após uma orientação sobre os riscos daquele tipo de medida processual, respeitando a autonomia da vontade da mulher. No caso da aplicação da pena não se obriga o agressor a cumprir um acompanhamento multidisciplinar, diferente do que ocorre na suspensão condicional, só a decisão judicial já gera um medo muito grande, medo de ser condenado, o respeito pela autoridade do juiz, isso evita as condutas futuras, ele fica com receio de perder o emprego, de ser preso.

A Defensora A explica que é realizada toda a orientação sobre o processo e, caso haja necessidade, pode haver encaminhamento para outras instituições que prestam apoio multidisciplinar. Outro ponto que foi objeto da entrevista refere-se à falta defensores para realizar o acompanhamento da mulher em audiência, porém a entrevistada justificou que há colaboradores que prestam esse serviço, assim, as mulheres não estariam sem uma assistência jurídica:

hoje uma dificuldade para a questão da defesa da mulher é quanto ao quadro de servidores que atuam no TJDF, apenas existem 187 defensores públicos para prestar atendimento, e a cada dia que passa são necessários, pelo menos, dois defensores em cada audiência. Existem situações em que é feito um peticionamento, mas o acompanhamento não é realizado na própria audiência, não realizada pelo defensor, mas sim pelo colaborador. No 3º juizado de Brasília quem presta essa assistência jurídica é a FAJ (Fundação de Assistência Jurídica da OAB). [...]. É papel da defensoria, nesses casos, receber a mulher para ela se tornar emponderada, para que ela possa romper esse ciclo de violência.

O que se percebe é que a mulher toma conhecimento das medidas que estão sendo adotadas e sobre quais as possíveis consequências, o que sugere respeito ao que dispõe a Lei Maria da Penha (LMP), que também prevê que ela deve estar acompanhada de um advogado em audiência. A importância desse acompanhamento é retratada por Belloque (2011, p. 339), em citação de Maria Berenice Dias:

o ato, portanto, apenas é válido se a vítima houver sido devidamente orientada sobre as consequências jurídicas e práticas de sua decisão, merecendo anulação notadamente quando a manifestação de vontade da mulher ofendida estiver marcada por erro quanto à compreensão de seus efeitos. Daí decorre a imprescindibilidade da assistência jurídica nesta audiência. O entendimento contrário faz tábula rasa do sistema de proteção e conscientização da vítima estruturado pela Lei Maria da Penha.

Assim, não é possível anuir com a interpretação de que seja dispensável a presença de advogado justamente na audiência designada para a ratificação ou a retratação do direito de representação contra o agressor. Comunga deste entendimento. Maria Berenice Dias (2008:115), para quem “comparecendo a vítima para a audiência desacompanhada de advogado, ser-lhe-á nomeado defensor”, sendo que a nova sistemática visa a evitar pressões indevidas sobre a vítima no momento desta importante decisão e “a intenção do legislador foi cercar a retratação da ofendida da mais ampla garantia de independência.

Sem a assistência jurídica para a mulher, existe o receio de que ela não compreenda quais são as medidas que estão sendo adotadas no processo para a sua proteção. Com relação aos benefícios proporcionados pela suspensão, o defensor B se posicionou da seguinte forma:

[Defensor B] olha, num quadro geral é mais benéfico sim, em vez de dar continuidade à instrução criminal. Primeiro porque, na instrução criminal, é mais demorada. Não tem aquela celeridade que deveria ter. Segundo porque é um processo que vai ficar parado e não vamos ter mais o Ministério Público, a defensoria, não vamos ter mais o Juiz. O processo fica “parado e quietinho no canto dele”.

[Entrevistadora] então você entende que essa suspensão é algo positivo?

[Defensor B] sim, nós temos que ter também essa parte, meio psicólogo, pra poder entender que ele vai cumprir aquilo. Nós não vamos pedir pra um camarada que vai, daqui a dois ou três meses romper o acordo, que vai ser revogado o benefício. Temos que saber quando o nosso assistido vai cometer um novo crime, aí ainda vai piorar a situação dele.

A fala do defensor B ancora-se em antinomias em relação à aplicação do *sursis*: celeridade/*sursis* em contraposição à morosidade/condenação. Outro elemento encontrado no discurso do defensor é a questão da atuação dos profissionais: cumprimento do *sursis*/desnecessidade de atuação dos profissionais do Direito. Sobre a suspensão ser uma estratégia para que os profissionais não fossem tão demandados a atuar no processo, isso poderia ocorrer porque a condenação necessita de produção de provas, como por exemplo a oitiva de testemunhas, o que necessitaria de maior tempo e dedicação profissional.

Essa visão pode sugerir interação entre os profissionais do Direito para alcançar as metas organizacionais de forma mais célere. Jaime Júnior (2002, p. 82) sugere que “somente o

complexo jogo de interações, no qual estão inseridos os atores sociais, pode nos mostrar como a realidade organizacional é permanentemente negociada”. Assim, essa poderia ser uma estratégia originada das várias interações havidas entre esses grupos de profissionais.

A narrativa do defensor B é similar à do promotor B e da magistrada B, quando mencionam que é preciso analisar o caso concreto para decidir qual a melhor situação. Embora, em tese, a defesa do acusado devesse verificar o que seria mais benéfico, nesse relato, aparece o “receio de que haja o cometimento de novo delito”.

Em um segundo momento da entrevista, quando perguntou-se ao defensor B se existia algum tipo de estratégia entre os promotores e magistrados, para que o processo não fosse encaminhado para as instâncias superiores, assim ponderou o profissional:

bom, aqui não vemos isso. Aqui é cada um por si e Deus por todos. Se precisar encaminhar às instâncias superiores, eles encaminham. Eu posso afirmar que aqui já tivemos dois casos em que foi encaminhado ao Procurador-Geral.

A circunscrição A é muito tranquila em relação a isso. A relação entre Defensor, Promotor e Juiz é muito tranquila. Quando vem a proposta, nós vamos analisá-la em relação à pessoa, não em relação ao veredicto.

O defensor D relata aparente autonomia entre as categorias profissionais que podem, ou não, chegar ao consenso sobre a aplicação da suspensão condicional do processo. No entanto, essas autonomias podem ser influenciadas pela maneira como ocorrem as interações profissionais no ambiente organizacional.

Meyer e Rowan (1977, p. 340) argumentam que as organizações incorporam determinados procedimentos que são socialmente racionalizados, para alcançar legitimidade, independentemente se essas práticas são eficazes. Determinadas políticas institucionais funcionam como mitos e algumas organizações as adotam cerimonialmente. Essa conformidade poderia minar a eficiência e reduzir a legitimidade organizacional. Assim, embora exista o discurso da autonomia, pode ser que esses profissionais estejam sendo influenciados pelas interações presentes no ambiente organizacional, e, apenas, estejam reproduzindo “as ações mais aceitas”.

Observa-se pelas entrevistas realizadas com os defensores a existência das seguintes ancoragens para a defesa do acusado: acusado com habitualidade criminosa/condenação e acusado por conduta eventual/*sursis*. Durante as entrevistas, informou-se que eram utilizados

como critérios definidores desse perfil as informações a respeito do acusado constantes no processo. E, no que diz respeito à mulher, apenas informou-se que existem serviços de orientação e acompanhamento do processo, sem adentrar sobre as necessidades da agredida no processo. Provavelmente, essa segunda impressão ocorreu porque os serviços prestados pela defensoria aparentemente são mais direcionados à defesa do agressor do que o acompanhamento da agredida.

3.8 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADVOGADOS

Durante as visitas de campo, foram entrevistados 2 advogados. O Advogado A atua como orientador do NPJ de uma faculdade de Direito de Taguatinga - DF, e, em um escritório particular, há mais de 10 anos. A entrevista foi realizada no NPJ em 04 de novembro de 2014 (com duração de 38 minutos e 23 segundos). E o Advogado B atua há 23 anos, cuja entrevista foi realizada na sala de audiências do Juizado C, no dia 18 de março de 2015 (com duração de 25 minutos e 23 segundos), após a última audiência realizada naquele juízo.

O que se identifica da fala dos profissionais é que ambos são favoráveis ao *sursis*, sob o convencimento de que é um procedimento benéfico ao acusado. Esse entendimento é apontado pelo Advogado A:

ao meu entendimento, deve ser possibilitada a suspensão, mas deve se estudar caso a caso. Muitas das vezes, a pessoa conseguindo a suspensão por meio de um acordo e seguindo as formas de acompanhamento, assistindo a palestra, pode se obter um resultado muito melhor e mais positivo. Já vi alguns casos em que o agressor foi encaminhado para o psicossocial, teve que comparecer ao juízo e durante esse período ele entendeu que estava errado, e houve realmente uma responsabilização, o homem conseguiu perceber o erro que estava cometendo, o fato de se possibilitar esse tipo de mudança é muito valioso.

A narrativa do Advogado A parece estar fundamentada em suas experiências profissionais individuais. Segundo Bourdieu (2000, p. 134; TERDIMAN, 1987, p. 816) existem influências das práticas sociais, econômicas, psicológicas e linguísticas que, embora não sejam explicitamente gravadas ou identificadas, ultrapassam o funcionamento explícito da lei, e têm o poder determinante que deve ser considerado para se compreender como a lei realmente funciona na sociedade. De acordo com Bourdieu, tal compreensão é possível porque as práticas dentro do universo legal são fortemente modeladas pela tradição, educação,

e a experiência diária de costume legal e uso profissional. Assim, ao se posicionar como favorável à suspensão condicional do processo, o Advogado A sugere que seja realizada reflexão sobre os efeitos negativos gerados com a condenação

a aplicação da pena muitas das vezes só agrava o problema. O problema de se aplicar uma pena, é que em primeiro lugar, as penas são baixas, e além de serem cumpridas em regime aberto também pode haver a suspensão da pena. Existem casos em que não houve a suspensão condicional do processo, a pessoa foi condenada, e também não houve a suspensão da pena porque ela não preenchia os requisitos. Nos casos em que não houve aplicação da suspensão o resultado não foi tão positivo, além de não compreender o contexto em que ele estava inserido, o acusado ainda saía com mais raiva, mas por ter sido condenado.

Observam-se as seguintes ancoragens no discurso do Advogado A: condenação/penas baixas e condenação/sentimento de raiva pelo acusado. O profissional fundamenta o posicionamento favorável ao *sursis* sob o pensamento de que a aplicação da pena “agrava o problema”.

As experiências vivenciadas pelo Advogado A podem sugerir que a aplicação da pena é negativa, fundamentando a sua fala na interação havida com os clientes. Segundo Bourdieu, nossas identidades sociais não são impostas, tampouco voluntariamente escolhidas, mas sim adquiridas como resultado da experiência de vida, ou seja, estas não são conscientemente realizadas, mas são coincidentes com a questão prática de viver em sociedade (1998, p. 77). Assim, seria por meio dessas experiências que o profissional afirma a prejudicialidade da aplicação da pena.

Provavelmente, os resultados poderiam ser diferentes de acordo com a região. O que observa-se, principalmente no Campo da pesquisa, é que tanto as promotorias de justiça (MPDFT) quanto o TJDF, aparentemente, não estão medindo esforços para evitar que a violência contra a mulher seja tratada como “crime de segunda categoria”, principalmente quanto à estrutura ofertada à população. Isso é sugerido pela entrevista realizada com o Advogado B realizada na jurisdição B:

no início da Lei dos Juizados [Lei nº 9.099/95] eu acompanhei muitos tratamentos multidisciplinares, naquele prédio do Setor Comercial Norte (mas agora é feito ali atrás do Leal Fagundes). É importante, é bom e funciona. Nos que eu participei, de briga de casal, funcionaram.

As psicólogas daqui do fórum que fazem o acompanhamento são excelentes profissionais, sabem o que fazem. [...]

Aqui em Brasília funciona. Nos outros estados não. Tenho processos em Goiás e em Minas Gerais, e não existe isso lá. [...]

No Distrito Federal não. Não há nenhuma dificuldade em aplicar aqui, porque basicamente, todos os órgãos públicos que são envolvidos pela aplicação do *sursis* fiscalizam bem. Por exemplo, no último cliente que tive, ele foi trabalhar no hospital, lá fizeram um acompanhamento rigoroso. Com ponto, relatório, o dia todo.

Não é só a Justiça ou o Psicossocial que acompanham. As Secretarias de Saúde e Educação também. Na Secretaria de Educação, tenho vários clientes que foram trabalhar lá. Normalmente vão mais para serviços gerais, mas depende da especialidade de cada um, de sua profissão.

A fala do Advogado A aponta posicionamento favorável ao *sursis*, fundada nos diálogos com seus clientes sobre as experiências de cumprimento das medidas da suspensão condicional do processo. A esse respeito, o profissional utiliza-se da comparação entre a estrutura de atendimento do Distrito Federal e a de Goiás para afirmar a possibilidade de utilização da suspensão condicional do processo no âmbito do TJDF.

Outro fator que é observado na fala do Advogado B refere-se à necessidade de articulação entre o Judiciário e outras instituições que estão inseridas no enfrentamento da violência contra a mulher, conforme presente no discurso do Advogado A, e também no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM (2013-2015), no eixo "enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres", para que a prestação jurisdicional seja mais efetiva.

A rede de proteção é de extrema importância para que a lei produza os resultados previstos. É o que se pode inferir na fala do Advogado B:

a nossa justiça deve pensar que não se pode deixar tudo para o juiz togado decidir, é preciso uma efetiva proteção da mulher, quando do deferimento de uma medida protetiva, porque em muitos casos, após deferimento, não existe uma força estatal, um aparato para proteger aquela mulher. Olha ... já houve casos em que a mulher fez a denúncia, solicitou a medida protetiva, não foi encaminhada e uma semana depois ela estava morta. Esse fato ocorreu depois que a Lei Maria da Penha já estava em vigor, e o Estado não se fez presente.

O discurso do Advogado B sugere a necessidade de atendimento imediato da mulher inserida na situação de violência. Para argumentar esse posicionamento o profissional utiliza a

comparação com o que entende serem “abordagens semelhantes” (ABRIC, 2003, p. 45), citando o exemplo da mulher que foi morta pela falta de estrutura da segurança pública.

Outro tema que também foi objeto da entrevista com os advogados refere-se à estratégia utilizada pelos profissionais do Direito para continuarem aplicando a suspensão, obtendo-se a seguinte resposta do Advogado B:

olha, tratar a Justiça e o MP como um órgão só, é temerário dizer. Mas, em razão da quase unanimidade da concordância do Judiciário com os pedidos do MP, a gente chega até a pensar isso. Mas aí é onde entra o lado da defesa. Por isso que o Estado democrático só existe se houver a intervenção de todos os Administradores do Direito. E um deles é o Advogado, que vai fazer a defesa, e quiçá, até o ataque, pois ele também pode acusar.

[...]

Mas, apesar disso, na maioria das vezes o Ministério Público tem razão. Por isso que o Juiz, na maioria dos casos, concorda com a promotoria. Boa parte do trabalho do promotor ajuda na decisão do Juiz, assim como o advogado de defesa. Se trabalhar, muito, também consegue ajudar na decisão do Juiz. Então, depende dos operadores do Direito mesmo.

A fala do Advogado B questiona a visão do Ministério Público como parte do Judiciário e não como instituição independente. Durante a entrevista, o profissional sugere que os procedimentos adotados pelo Judiciário, como por exemplo o rito seguido nas audiências, em que o representante do Ministério Público se senta no mesmo patamar que o Magistrado, podem colaborar para esse tipo de interpretação (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 68).

O questionamento do Advogado B pode sugerir certa disputa entre os profissionais do Direito pela prevalência de sua interpretação. Para Bourdieu (1986, p. 823) a prática da profissão, com base no *habitus* jurídico, funciona como categoria de percepção e julgamento que estrutura a percepção e a solução de conflitos comuns, que orientam o trabalho e os converte em confrontos jurídicos. Mesmo não aceitando plenamente seus pressupostos, a metodologia da "teoria da disputa" pode ser útil para fornecer uma descrição do trabalho coletivo de "categorização".

Percebe-se a noção de autonomia nas falas dos advogados. Em relação a essa categoria profissional, prevaleceu a narrativa de que a defesa seria conduzida de acordo com o melhor

para o cliente. No entanto, são encontradas as seguintes ancoragens: condenação/penas baixas e condenação/sentimento de raiva pelo acusado.

Com relação ao acusado, não foi possível observar a objetivação de um perfil específico. Geralmente os entrevistados faziam menção à existência de convivência conjugal após as agressões, o que pode indicar que não enxergavam o autor do fato como indivíduo de alta periculosidade. Notadamente, havia diferenciação entre esse acusado e o criminoso comum, visto como aquele que pratica crimes graves

No que diz respeito à possível estratégia dos profissionais para evitarem que os processos tramitem perante as instâncias superiores. As falas dos entrevistados sugerem que os advogados não enxergam a atuação do MP e da magistratura como estratégica, mas, como resultado da autonomia exercida pelos profissionais para que o Direito seja aplicado da melhor forma ao jurisdicionado.

3.9 OS DADOS OBTIDOS COM A PESQUISA

Durante as entrevistas, foi utilizado roteiro composto por oito questões para que os temas fossem trabalhados com todos os entrevistados. Utilizou-se como metodologia a entrevista em profundidade e as perguntas iniciais geravam outras, a depender das respostas obtidas pelos entrevistados. Assim, foram obtidas diferentes falas nas entrevistas individuais, porém as respostas aos questionamentos iniciais se repetiam constantemente.

Com base nas falas dos sujeitos da pesquisa, buscou-se sistematizar as principais questões de interesse da pesquisa. Assim, optou-se pela transcrição das entrevistas com os 14 profissionais (dois analistas; um técnico; dois advogados; dois defensores; cinco promotores e dois juízes). Ressalte-se que não foram incluídas as entrevistas realizadas com as 3 pesquisadoras.

As entrevistas foram, ainda, inseridas em questionário do Google drive,²⁶ para a obtenção das porcentagens. É preciso esclarecer que não é objetivo deste trabalho apresentar

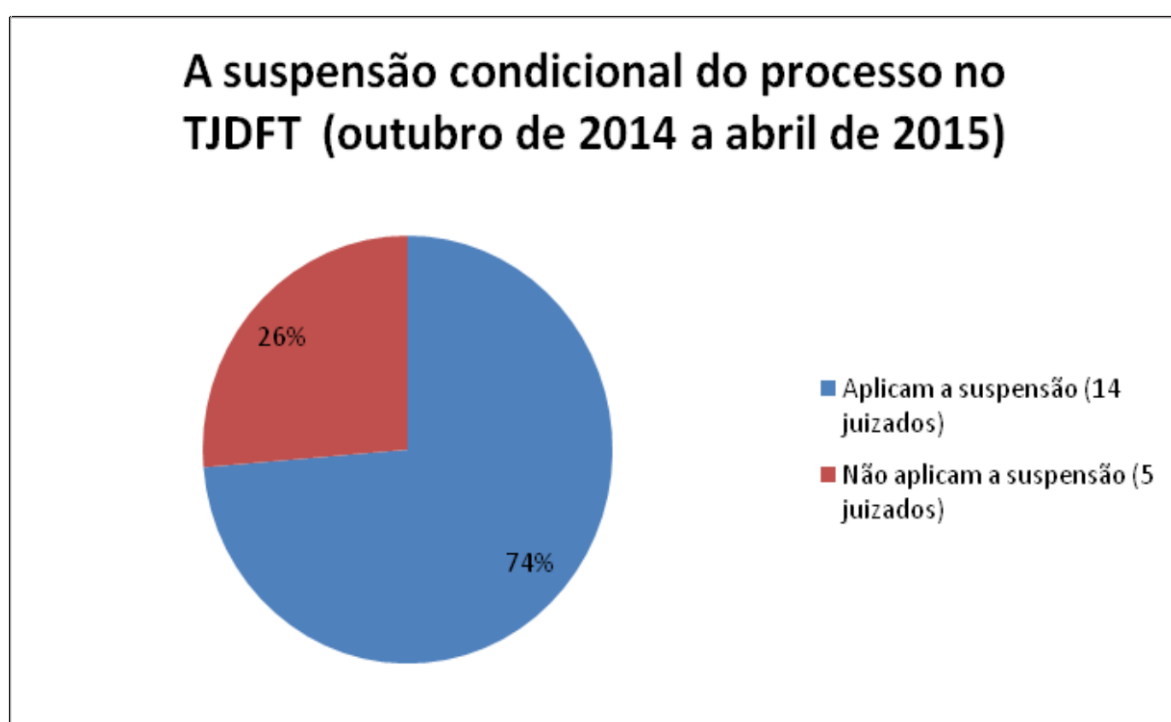
26

O Google drive é uma ferramenta de armazenamento de informações por *e-mail*.

esses dados como pesquisa quantitativa, mas sistematizar as principais respostas encontradas nas entrevistas e como elas se repetiram ao longo do trabalho.

Desse modo, o primeiro gráfico (Gráfico 1) se refere às declarações obtidas dos analistas do TJDFT durante o mapeamento da suspensão condicional do processo nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar.

Gráfico 1 – suspensão condicional no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)



Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

O gráfico sugere que, em 74% dos juizados, aplicou-se a suspensão. Ressalte-se que essas porcentagens se referem ao período pesquisado e são fundados nas entrevistas com os profissionais que atuaram naquelas localidades.

Por mais que se utilize discurso de que as organizações envolvidas na aplicação da suspensão não tenham posicionamento uniforme, observa-se que a utilização do instituto é recorrente.

O Gráfico 2 faz menção à primeira pergunta utilizada nas entrevistas:

Gráfico 2 – posicionamento do entrevistado sobre a suspensão condicional do processo

Com relação à suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995) aplicada aos delitos abrangidos pela Lei Maria da Penha, você é favorável ou desfavorável à aplicação?

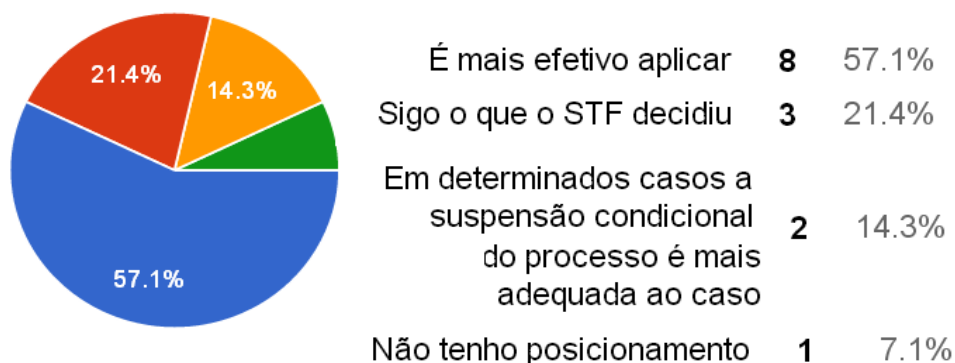


Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

O gráfico evidencia que 71,4% dos profissionais entrevistados foram favoráveis à suspensão condicional do processo (magistrado A; promotor A, C, D e E; defensores A e B; Advogado A e B; e analista A) e 14,3% se declararam contrários. Porém, durante a entrevista admitiram que, em alguns casos, podem vir a aplicar a suspensão (como o caso do promotor B e da magistrada B). Os outros 14,3% declararam não ter posicionamento definido, como foi o caso do técnico A, que declarou que não tinha posicionamento, pois não tinha números que pudessem determinar a efetividade do instituto e o Analista B.

Gráfico 3 – motivação do posicionamento

O que motivou o seu posicionamento?

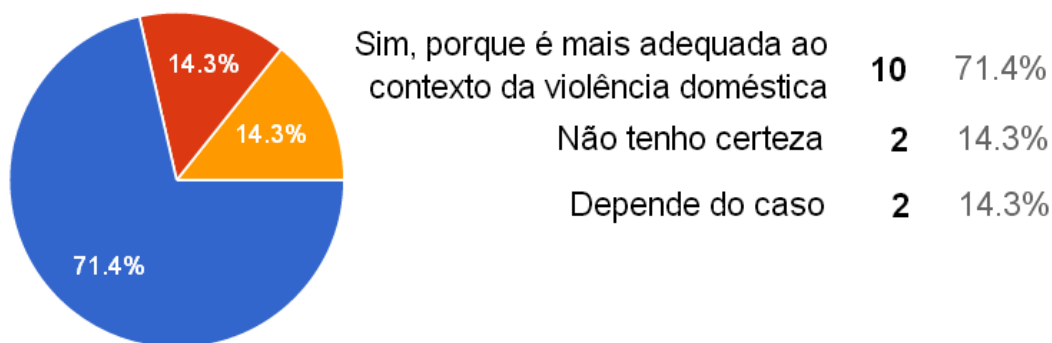


Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

Com relação à fundamentação utilizada pelos profissionais para justificar o seu posicionamento: 57,1% respondeu que aplicam porque entendem que a medida é efetiva, conforme identificado nas falas dos promotores A, C, D, E e F; Analista A; Advogado A e B, que demonstraram certeza de que a suspensão seria a melhor escolha. Em contraposição, entre os profissionais que costumam não utilizar a suspensão, 21,4%, o principal fundamento apresentado foi o respeito à decisão do STF (promotor B, magistrada B e analista B). Com relação aos defensores, 14,3 %, a principal resposta foi a de que, em determinados casos, a suspensão constitui a melhor escolha (Defensores A e B). E apenas o Técnico A declarou não ter posicionamento sobre o tema.

Gráfico 4 – efetividade da suspensão condicional do processo em relação à condenação

Você considera a suspensão condicional do processo mais efetiva que a condenação?

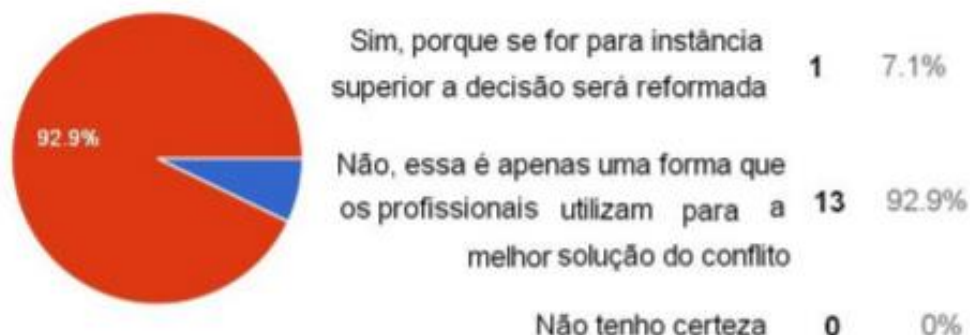


Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

Em relação à efetividade da medida, a maioria dos profissionais que são favoráveis, 71,4%, relacionaram que a medida produz melhores resultados no contexto da violência doméstica (juiz A; promotores A, C, D e E; Advogado A e B; analista A defensores A e B). Os que responderam que não tinham certeza, 14,3%, argumentaram que não podiam comprovar, por meio de dados, se os resultados seriam melhores quando comparados à condenação (Técnico A e Analista B). E 14,3% responderam que depende do caso (Juíza B; promotor B;), com base no argumento de que, em determinados casos em que se verifica que existe menos possibilidade de uma reiteração da prática criminosa, seria indicada essa aplicação e não nos demais.

Gráfico 5 – estratégia profissional

Você considera que a convergência ideológica entre os profissionais envolvidos é uma estratégia para que o processo não seja julgado em segunda instância?



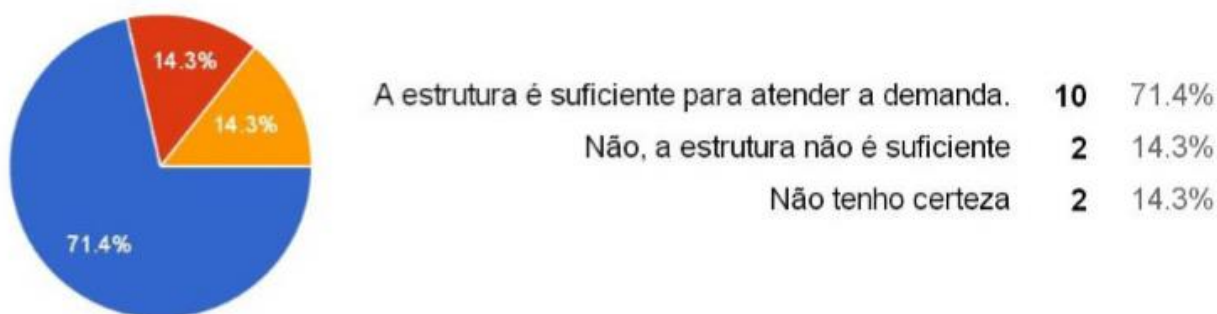
Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

Quando questionou-se sobre a possível estratégia existente entre os profissionais para que os autos não fossem encaminhados às instâncias superiores, verificou-se que a maioria, 92,9 %, entende que se trata de discricionariedade dos profissionais para melhor solução do conflito e essa resposta foi encontrada em todas as categorias profissionais (Magistrados A e B; promotores A, B C, D, E e F; defensores A e B, Advogado A e B; Analistas A; Técnico A).

Ressalte-se que esse questionamento foi realizado aos analistas e técnicos em razão do conhecimento desses profissionais das práticas realizadas no tribunal e, principalmente, porque dois deles (analista A e técnico A) atuam como oficiais de gabinete e colaboram na redação de várias decisões e sentenças. Portanto, eles conseguem visualizar a quantidade de processos que tramitam na vara e quais resultam em condenação.

Gráfico 6 – estrutura de atendimento

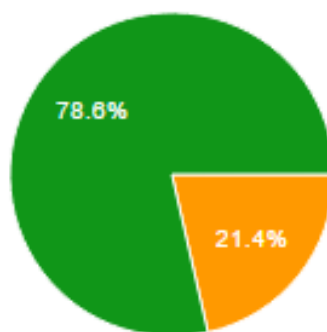
A respeito da estrutura de atendimento à mulher, nos Juizados de Violência Doméstica e pela equipe multidisciplinar, você considera que é suficiente para atender os interesses dos envolvidos?



Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

A respeito da estrutura física, dos serventuários e da equipe multidisciplinar, a maioria dos profissionais, 71,4% (promotores A, B, C, D e E; defensores A e B; Advogado A e B; e analista A), entende que ela era adequada e suficiente para o atendimento da demanda. Porém, alguns profissionais, 14,3% (magistrado A e B), entenderam que ela não é suficiente, pois o acompanhamento deveria ser ampliado, uma vez que não é proporcional ao número de processos recebidos na vara.

Gráfico 7 – descumprimento das condições impostas

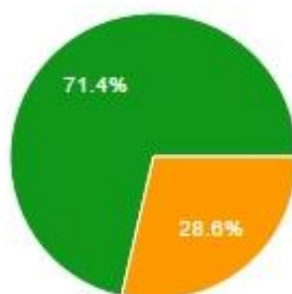
As medidas impostas na suspensão são descumpridas?

Sim, existe o descumprimento, mas apenas quanto ao comparecimento mensal	3	21.4%
Não tenho certeza	11	78.6%

Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

A respeito do descumprimento das condições da suspensão, a maioria, 78,6%, respondeu que não tinha certeza, porque não acompanhavam a continuação do processo. Os 21,4% responderam que existe o descumprimento quanto ao comparecimento mensal. Ainda sobre esse tema, questionou-se a revogação da suspensão nos casos de descumprimento.

Gráfico 8 – revogação da suspensão condicional do processo Fonte: elaborado por Priscila Agnello

Em caso de descumprimento, a suspensão costuma ser revogada?

Depende do caso, se for com relação ao comparecimento mensal, nós entramos

em contato com o acusado e advertimos que o benefício será revogado. **4** 28,6%

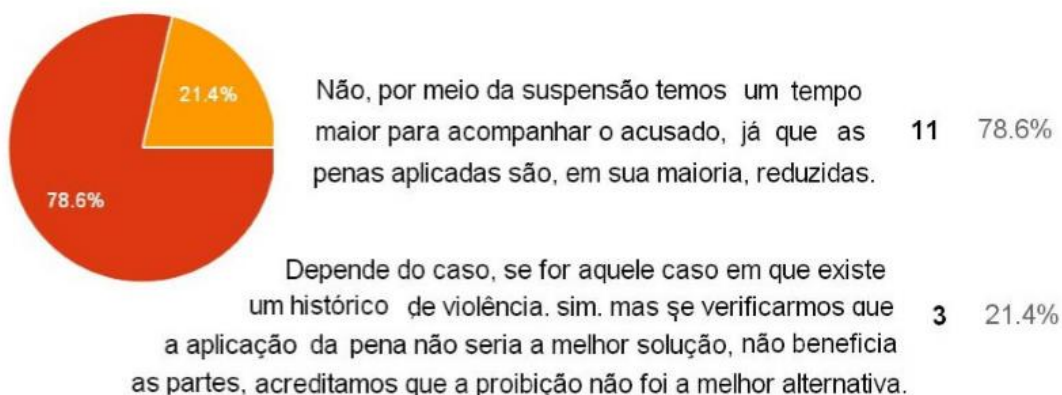
Se for quanto às outras condições, costuma revogar

Não tenho certeza **10** 71,4%

Conforme gráfico, 28,6% afirmaram que a medida não é revogada em caso da falta do comparecimento mensal (promotor B, C, D e E). E 71,4% (magistrado A e B; promotor A; defensores A e B; Advogados A e B; analista A e B; e técnico A) referem-se às demais categorias profissionais. Nesse último caso, a porcentagem se apresenta elevada porque, nos juizados em que não se aplica a suspensão, os profissionais não sabiam responder a esse questionamento.

Gráfico 9 – posicionamento sobre a proibição da suspensão condicional do processo nos casos de violência contra a mulher

Você avalia que vedar a suspensão condicional do processo foi positivo para os interesses da vítima nos casos de violência de gênero?



Fonte: elaborado por Priscila Agnello.

Em relação às respostas sobre a decisão do STF, 78,6% (magistrado A; promotores A, C, D e E; defensores A e B; Advogados A e B; analista A e B) utilizaram como principal argumento o fato de que o acusado ficará por mais tempo cumprindo alguma medida e sob a vigilância do Poder Judiciário. Os 21,4% (magistrado B; promotor B e técnico A) responderam que “depende do caso” faziam menção, principalmente, à existência de histórico comprovado de violência e que nesse caso vedar o *sursis* seria medida mais correta.

Por meio das respostas obtidas nas entrevistas, analisa-se alguns argumentos utilizados pelos profissionais para a aplicação da suspensão condicional do processo. O que se nota é que a independência funcional constitui um dos discursos mais recorrentes, principalmente entre magistrados e promotores. Esse posicionamento aparece na fala da magistrada B: “... é mais importante que seja assim, com essa independência, para que em outras situações [...] que gerem efeitos muito mais severos para o país, um juiz não se sujeite ao entendimento de nenhum outro. O entendimento dele é esse e ponto final.” A esse respeito, Fábio Konder Comparato (2004, p. 156-157) argumenta que a independência funcional teria como objeto “o modo como os magistrados se desempenham no exercício dessa sua função privativa e, de outro lado, a sua conduta pessoal fora dessa atuação funcional”, além da impossibilidade de existência de controle externo sobre o julgamento. Seria o exercício da independência funcional e da livre convicção do juiz que determinariam qual a melhor

solução da lide. A esse respeito, também é preciso ressaltar que esse tipo de argumento também apareceu nas falas de alguns dos promotores entrevistados (promotor B, C e D).

Nesse aspecto, embora as representações sociais “relacionadas às estruturas e funções da organização” sejam compreendidas como impessoais, objetivando as práticas, e as finalidades dessas instituições (MACHADO, 2014, p. 8; MEYER; ROWAN, 1977, p. 344), observa-se que os fundamentos utilizados pelos profissionais podem ser subjetivos, como representado na fala do promotor B: “... eu acredito realmente que quando ele não confessa, ele não “tá arrependido”. Como também objetivos (como é o caso da existência de antecedentes penais por parte do acusado). Por meio desses critérios, a decisão pode ser tomada em conjunto com os demais profissionais para determinar se a medida deve ou não ser aplicada.

CONCLUSÕES

As representações constituem o conjunto de pensamentos e sentimentos expressos verbalmente e por ostensivos comportamentos de seus atores, constituindo objeto para um grupo social. Por meio da observação, que está relacionada a um fenômeno social, pode-se compreender a visão dos membros do grupo sobre determinado objeto e como o próprio objeto assume características sociais específicas do grupo (MOSCOVICI, 1978, p. 251).

O estudo buscou analisar a percepção dos atores do sistema jurídico e compreender as razões que utilizam para justificar se e como aplicam a suspensão condicional do processo. Para o atendimento desse objetivo descreveu-se a estrutura física e os procedimentos adotados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal no processamento dos casos de violência contra a mulher; avaliaram-se as representações sociais dos profissionais que atuam nos juizados de violência doméstica e familiar do TJDF. Analisaram-se, também, as representações sociais presentes nos discursos dos promotores, magistrados, defensores, advogados, analistas e técnicos.

Para o atendimento dos objetivos propostos, realizou-se mapeamento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) para identificar quais os juizados aplicavam a suspensão condicional do processo. Assim, no período compreendido entre outubro de 2014 a abril de 2015, houve contato com servidores (analistas) de cada um dos 19 juizados para a obtenção dessas informações.

Com base nesse contato com os analistas, verificou-se que os seguintes juizados assumiram aplicar a suspensão condicional do processo: Riacho Fundo, Brasília (os três juizados), Taguatinga, Planaltina, Brazlândia, Gama, Paranoá (apenas o 1º juizado), Samambaia, Santa Maria e Guará (os 2 juizados). Entre os juizados que se declararam como não aplicadores: Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Sobradinho, Ceilândia (os dois juizados), Paranoá (2ª juizado). Como resultado dessa pesquisa exploratória, conclui-se que, dos 19 juizados que compõem a estrutura do TJDF, 14 aplicam a suspensão e 5 não aplicam.

A partir dos dados coletados, por meio do estudo preliminar, foram selecionadas duas circunscrições para a realização das entrevistas com os profissionais. Para não expor os profissionais que participaram do estudo, as jurisdições foram denominadas de Circunscrição

A (a que aplica a suspensão condicional) e Circunscrição B (que não aplica). A Circunscrição A é composta por 1 juizado e a Circunscrição B por dois juzizados.

Uma vez identificado o campo do estudo, foram realizadas 17 entrevistas, entre outubro de 2014 a abril de 2015. Esses diálogos foram gravados e tiveram a duração de aproximadamente 40 minutos. Entrevistaram-se os seguintes profissionais com atuação naquelas jurisdições: três analistas; dois advogados; dois defensores; três promotores e dois juízes. Além desses profissionais, também foram entrevistadas três pesquisadoras, para que houvesse o entendimento sobre o contexto da violência doméstica, e dois promotores que integram o núcleo de direitos humanos do MPDFT. Assim, para a compreensão das representações sociais presentes nos discursos dos profissionais, o trabalho foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, “A suspensão condicional do processo”, discorreu-se sobre a natureza jurídica da suspensão condicional do processo, trazendo algumas noções sobre a origem e alguns entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a aplicação pelo Judiciário.

Verificou-se que a natureza jurídica da suspensão condicional do processo aponta para instituto despenalizante aplicável aos delitos de baixa e média periculosidade. Um dos principais objetivos do *sursis* seria manter a vigilância do acusado pelo Judiciário sem retirá-lo do convívio social (WHITAKER, 1930, p. 137).

A respeito do conceito do *sursis*, houve debates se este seria aplicável aos casos envolvendo a Lei Maria da Penha, principalmente pelas características desse tipo de violência que por apresentar características de agressões constantes (psicológicas e físicas) não se enquadrariam nos delitos abarcados pela suspensão condicional do processo (BANDEIRA, 2009, p. 407).

Por outro lado, a possibilidade de que exista desproporcionalidade da medida em comparação a outros delitos considerados de maior gravidade pelo ordenamento jurídico (como o homicídio, por exemplo) e os efeitos da condenação na vida do acusado fazem parte do debate.

Para sustentar tais posicionamentos, principalmente pelos profissionais que se declaram como favoráveis ao *sursis*, existe o argumento de que os tratamentos diferenciados seriam decorrentes da independência funcional inerente à atuação do julgador. Percebe-se a

valorização da independência funcional para que os profissionais possam exercer a livre convicção e determinar qual a melhor solução da lide. A consciência sobre a relação da decisão com a estrutura da ordem jurídica é destacada por Carl Schmitt (1975, p. 40) ao mencionar que a decisão “adiciona um elemento que não segue o conteúdo da ideia de direito, ou o conteúdo de uma norma jurídica geral positiva” e que, por meio da decisão, seria possível atribuir um “fator determinante independente” proveniente da prática e da interpretação jurídica (Idem, p. 60).

Ainda sobre a atuação do julgador, quando existem lacunas na lei, Karl Larenz (1993, p. 34-35) sugere que “o juiz não está vinculado apenas à lei”, a norma é vista como uma expressão da vontade do legislador orientada pelo pensamento jurídico em conexão com o sistema legal e seus princípios. Essa interpretação envolve triagens e possui variações que ultrapassam o texto legal, principalmente quando apresenta lacunas e “necessidades de acordo com a sua própria intenção, que pode resultar em limitação (por meio de uma redução teleológica), ou uma extensão (uma ampliação teleológica)” (GARCIA AMADO, 2015, p. 8).

No segundo capítulo, “A Lei Maria da Penha e o enfrentamento da violência contra a mulher”, explicou-se sobre a elaboração da Lei Maria da Penha e algumas teorias dos Movimentos Feministas, que influenciaram a formulação de políticas públicas voltadas à proteção da mulher. Ainda sobre esse tema, apresentou-se pesquisas realizadas sobre a efetividade da Lei, como a realizada pelo IPEA e apresentada em março de 2015:

os resultados mostraram unanimemente que a introdução da LMP gerou efeitos estatisticamente significativos para fazer diminuir os homicídios de mulheres associados à questão de gênero. Adicionalmente, fizemos outros exercícios complementares para aferir a robustez dos resultados, que os ratificaram. (IPEA, 2015, p. 34).

Nessa perspectiva, questionou-se a qualidade dos serviços que fazem parte da rede de atendimento às mulheres, pois podem existir os serviços, mas, em alguns casos, eles não funcionam, seja por uma falta de estrutura ou pela não utilização de uma metodologia adequada. “Os serviços precisam ser integrados e/ou somados, o olhar não deve ser para si próprios, mas sim para as mulheres. Muitas vezes os serviços assistenciais buscam proteger o núcleo familiar e não as mulheres” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 14).

No que diz respeito à estrutura de atendimento ofertada pelo TJDF, defensorias, promotorias e instituições de acompanhamento multidisciplinar no âmbito do Distrito Federal (DF), observou-se que, nos últimos anos, existiram esforços para que a rede de atendimento fosse ampliada, porém, a qualidade no atendimento precisa melhorar. Ainda existem juizados que estão atuando com competência híbrida e há a necessidade de que mais profissionais recebam a capacitação sobre a violência de gênero, o que sugere longo caminho a percorrer.

Com relação à rede assistencial, que compreende a Defensoria Pública do DF e os núcleos de Atendimento multidisciplinar, esses serviços precisam ser ampliados para que haja direcionamento do atendimento. Há necessidade de interação entre o Judiciário e a rede de atendimento multidisciplinar, para que seja possível repensar os atuais procedimentos processuais. Conforme menciona Umbreit (1998, p. 67), é preciso repensar os instrumentos que estão sendo utilizados pelo Judiciário, não se pode olvidar sistema de justiça em que não exista comunicação com as partes que estão envolvidas no conflito. As informações precisam ser claras, principalmente a respeito dos procedimentos penais e dos resultados a serem obtidos.

No terceiro capítulo, “A suspensão condicional do processo nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do TJDF”, analisaram-se as representações sociais encontradas nas falas dos profissionais que atuam no TJDF e a estratégia político-criminal adotada.

Para a análise das representações sociais, encontradas nas entrevistas, foram utilizados dois conceitos básicos de comunicação sócio cognitiva: a ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2003, p. 37). A ancoragem é operacionada por meio da classificação e da denominação. A classificação ocorre quando existe a relação do objeto com determinada memória do sujeito e a partir dessa operação é possível ao indivíduo decidir se esse pode ou não ser incluído em determinada classe. A objetivação caracteriza-se pela retirada do objeto do anonimato para inseri-lo em um contexto inteligível de acordo com determinada cultura ou identidade. É por meio da objetivação que é possível atribuir determinadas características ao objeto, além de distingui-lo de outras pessoas ou coisas e inclui-lo em convenções compartilhadas por determinados sujeitos. (SÁ, 1995, p. 39).

A objetivação consiste em um processo no qual as informações são transmitidas por meio das conversações e transformadas em formas de conhecimento que podem ser úteis nas situações cotidianas de determinado grupo. De acordo com Moscovici (2001, p. 34), a objetivação ocorre quando somos confrontados com novos fenômenos. Um novo fenômeno

complexo e abstrato é materializado em familiar por meio do quadro de referências e transformado em senso comum todos os dias.

Sendo assim, entende-se que a ancoragem instrumentaliza o “saber conferindo-lhe valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente” (JODELET, 2001, p. 38), dá continuidade à objetivação, atribui valor às “realidades concretas” legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros.

Desse modo, foram utilizados trechos das entrevistas transcritas e foram selecionadas palavras em um processo de substantivação para descrever as objetivações e ancoragens realizadas pelos profissionais. Segundo Moscovici é possível associar a concretização de emoções e a reflexão que por meio do poder das palavras, “o impacto da objetivação na gramática pode ser reconhecido pela metamorfose dos verbos, adjetivos e advérbios em substantivos. Palavras fazem mais do que representar coisas; elas criam coisas e passam suas propriedades para estas.” (SCARDUA, 2010, p. 379; MOSCOVICI, 2003, 1981, p. 79). No que diz respeito aos processos de ancoragem e objetivação verificou-se os seguintes elementos nas falas dos profissionais.

Com relação à categoria dos magistrados, observou-se elementos de objetivação quanto ao perfil da mulher vítima da violência doméstica, quais sejam: “mulher com receio de novas agressões”; “mulher que continua o relacionamento conjugal por dependência emocional ou financeira”; “mulher que desiste do processo”. E no que diz respeito ao perfil do agressor: “homem comum” e “homem sem habitualidade criminosa”.

A respeito da suspensão condicional do processo percebeu-se as seguintes ancoragens exemplificativas: condenação/penas baixas e inadequação/casos específicos. A noção de que as penas aplicadas são baixas em comparação ao período de acompanhamento proporcionado pelo *sursis*, consistiu em elemento constante na fala desses profissionais. A noção de que a condenação é essencial para os casos em que existe histórico de agressões também aparece nos discursos desses profissionais.

As entrevistas sugeriram, ainda, que a atuação dos juízes pode ser conflituosa, havendo, em alguns casos, divergência entre o texto normativo e a vontade pessoal. Esses conflitos podem ficar evidentes quando existem lacunas normativas, como no caso da aplicação da suspensão condicional do processo. Aparentemente, existe o conflito entre a aplicação da previsão legal e a obediência aos critérios organizacionais, como a utilização das

decisões dos tribunais superiores, e por outro lado, a interpretação dos casos que estão nos processos, com o fundamento em saberes e experiências sociais. Guareshi menciona que o conflito entre o individual e o coletivo não é somente o domínio da experiência de cada um, mas poderia ser considerada realidade fundamental da vida social (GUARESHI, 2012, p.11).

Com relação aos servidores públicos Analistas e Técnicos, verificaram-se algumas objetivações com relação ao perfil do acusado e da mulher, tais como: “homem carente”; “homem sem emprego”; “homem capaz” e “mulher incapaz”. Os profissionais sugerem que a incapacidade remetia à possibilidade de manifestação da vontade no processo. Notou-se ainda, ancoragens com as representações do processo penal, segundo o modelo tradicional de condenação do acusado, e uma exclusão da representação defendida pelos movimentos feministas que interpreta o processo da violência contra a mulher como multidisciplinar, abarcando várias áreas do Direito.

Percebeu-se ainda presença das seguintes ancoragens temáticas em uma das entrevistas (Analista A): “estrutura carcerária/condenação” e “celeridade/transação penal”. O servidor utilizava essas ancoragens para justificar o argumento de que a transação penal seria medida mais adequada para o tratamento da violência contra a mulher, quando comparada com a condenação do acusado, que, pela falta de estrutura carcerária, não produziria os resultados almejados. É preciso ressaltar que a defesa pela transação penal apareceu, em uma das entrevistas realizadas. Em geral os servidores não defendiam essa prática por entenderem que estava vedada pelo artigo 41 da Lei Maria da Penha.

Com relação aos promotores de justiça, perceberam-se as seguintes ancoragens nas falas dos que se declararam favoráveis ao *sursis*: estigma/medidas despenalizantes; proibição/simbolismo; vigilância/*sursis* e condenação/falta de resultados. Existe ainda a representação de que a suspensão condicional do processo seria medida mais adequada que a aplicação da pena e que a proibição teria efeitos meramente simbólicos.

Verificou-se segurança no posicionamento dos promotores que são favoráveis ao *sursis*, a crença de que esta constitui alternativa que se adequa melhor ao contexto da violência doméstica é recorrente na fala dos profissionais. A noção de que a proibição do STF refletiu motivação simbólica, fazendo crer que na prática a suspensão produza melhores resultados, pode refletir as crenças individuais obtidas por experiências próprias.

Com relação aos promotores que se posicionaram como desfavoráveis ao *sursis*, percebeu-se que não ofertavam a suspensão por seguirem a decisão do STF, mas ressaltaram que, em determinados casos, poderiam utilizar esse procedimento. Sobre esse assunto, verificou-se a existência de objetivação quanto à atuação do STF (“juizador de matérias constitucionais”) e do STJ (“juizador de matérias infraconstitucionais”). Sobre essas objetivações, verificou-se, ainda, que estavam presentes nos argumentos dos promotores quando questionavam a contribuição da decisão do STF para a solução dos conflitos que envolvem a violência contra a mulher, argumentando que essas matérias não deveriam ser decididas por aquele tribunal.

A respeito das ancoragens observadas nas entrevistas realizadas com os defensores, pode-se citar como exemplo os seguintes temas sobre a defesa do acusado: acusado com habitualidade criminosa/condenação e acusado sem habitualidade criminosa/*sursis*. Durante as entrevistas informou-se que eram utilizados como critérios definidores desse perfil as informações, a respeito do acusado constantes no processo. E, no que diz respeito à mulher, apenas informou-se que a defensoria realizava orientações e acompanhamento do processo, sem adentrar sobre as necessidades da agredida no processo. Provavelmente, essa segunda impressão ocorreu porque os serviços prestados pela defensoria aparentemente são mais direcionados à defesa do agressor do que ao acompanhamento da vítima.

Com relação às entrevistas com os Advogados, observaram-se as seguintes ancoragens: condenação/penas baixas e condenação/sentimento de raiva pelo acusado. Os profissionais posicionaram-se como favoráveis ao *sursis* sob o pensamento de que a aplicação da pena agravaria o problema.

Com relação ao acusado, não foi possível observar a objetivação de um perfil específico. Geralmente os entrevistados faziam menção à existência de convivência conjugal após as agressões, o que pode indicar que não enxergavam o autor do fato como indivíduo de alta periculosidade. Notadamente havia diferenciação entre o acusado e o criminoso comum, visto como aquele que pratica crimes com altas penas. E com relação ao perfil da mulher, verificou-se um direcionamento da noção da vítima e a necessidade de proteção policial, sem objetivação específica sobre o seu perfil.

Por meio das objetivações e ancoragens presentes nos discursos dos profissionais observou-se que a maioria dos entrevistados se posicionou como favorável à aplicação da suspensão condicional do processo, utilizando como principal argumento que essa seria

medida mais adequada ao contexto da violência doméstica e familiar, estando entre esses profissionais o Magistrado A; Promotor A, C, D, E e F; Defensores A e B; Advogado A e B; e Analista A.

Verificou-se a existência de posicionamento semelhante em diferentes categorias profissionais, o que pode ser resultado das interações havidas entre os diversos grupos durante a atuação no Judiciário. A noção de que a suspensão condicional do processo é adequada ao contexto da violência doméstica poderia ser interpretada como crença que, compartilhada dentro das dinâmicas de grupo, possibilita a sua aceitação e uso. A integração da identidade social e dos paradigmas de representação social coloca estas questões circundantes em exposição, aceitação e utilização como principais alvos de exploração empírica (MOSCOVICI, 1993, p.15).

Ainda a respeito dos resultados obtidos, alguns profissionais se posicionaram como desfavoráveis à aplicação do *sursis*, sob o fundamento de que estavam seguindo a decisão do STJ e do STF. Porém, durante as entrevistas admitiram utilizar a suspensão condicional do processo em casos excepcionais (Magistrada B e Promotor B). A esse respeito, o principal argumento é o de que a condenação não seria adequada socialmente. Recorda-se, a título de exemplo, do discurso da Magistrada B ao dizer que poderia aplicar a suspensão nos casos em que o agressor estivesse sob o efeito de drogas, pois a aplicação da pena, a seu entender, não seria medida adequada. Pode se contemplar nas falas ancoragem de uma questão social que domina e orienta o discurso (MARKOVÁ, 2003, p. 184).

Com relação aos posicionamentos encontrados nas entrevistas, houve a conversão das principais respostas em um questionário estruturado para a obtenção das porcentagens referentes à repetição dos argumentos. A esse respeito, é preciso esclarecer que não foi objetivo do trabalho apresentar os dados como pesquisa quantitativa, mas sim, trazer visão sobre as principais respostas encontradas nas entrevistas e como elas se repetiram ao longo do trabalho, possibilitando a reflexão sobre os discursos utilizados pelas diversas categorias dos profissionais do Direito.

Assim, foi possível observar que 71,4% dos profissionais entrevistados se posicionaram como favoráveis à suspensão condicional do processo; 14,3% se declararam contrários e 14,3% declararam não ter posicionamento definido. Com relação à estrutura física ofertada pelo TJDFR para o atendimento dos envolvidos nos casos de violência contra a mulher, 71,4%, entenderam que ela era adequada e suficiente para o atendimento da demanda

e 14,3% que ela não era suficiente, pois o acompanhamento deveria ser ampliado, uma vez que não é proporcional ao número de processos recebidos na vara.

A respeito do descumprimento das condições da suspensão, 78,6% responderam que não tinham certeza se as condições eram descumpridas, pois não acompanhavam a continuação do processo e 21,4% responderam que existe o descumprimento quanto ao comparecimento mensal. Com relação à decisão do STF, 78,6% foram desfavoráveis à decisão do tribunal, sob o argumento de que o *sursis* promove período maior de vigilância pelo Poder Judiciário; e 21,4% responderam que “depende do caso”, pois, quando existe histórico comprovado de violência, o mais prudente seria a proibição da suspensão condicional do processo.

Essas porcentagens refletem como houve a repetição de alguns posicionamentos durante as entrevistas. Ao utilizar esses dados e relacioná-los às ancoragens e objetivações percebidas nas falas dos entrevistados, é possível concluir que os profissionais ainda utilizam o *sursis* por atuarem conforme as representações sociais exteriorizadas no trabalho de campo. Essas relações podem indicar que este é um procedimento que seria mais adequado ao contexto da violência contra a mulher, por possibilitar um período maior de acompanhamento das relações existentes entre os envolvidos. Além dessa representação, os profissionais descrevem o perfil do agressor como o “homem comum”, ou seja, aquele que é diferenciado do criminoso habitual, por “trabalhar e fazer parte de um contexto familiar”.

Essas posições são questionadas por integrantes dos movimentos feministas, por entenderem que essas percepções contribuem para a noção de que a violência contra a mulher constitui delito de pequena ofensividade. E, quando os profissionais direcionam os atos processuais para o perfil do agressor, podem estar esquecendo de visualizar a vítima e as relações de poder entre homens e mulheres. O que, de certa forma, podem estar sendo reproduzidas no âmbito judicial. Situações estas que se tornam temerárias do ponto de vista da proteção dos direitos femininos (BANDEIRA, 2009, p. 427-428).

Diante dos resultados obtidos, retorna-se ao seguinte problema do estudo: como os atores do sistema jurídico percebem e aplicam a suspensão condicional do processo no enfrentamento da violência contra a mulher? Que razões utilizam para justificar a legalidade da aplicação da medida?

É possível responder às perguntas da seguinte forma. Primeiramente, os profissionais percebem a suspensão condicional do processo como medida mais adequada aos casos de violência contra a mulher quando comparada à condenação do acusado. Para fundamentar esse posicionamento, são utilizadas algumas objetivações quanto ao perfil do agressor, que é reconhecido como um “homem comum”, “homem trabalhador”, “homem que não tem habitualidade criminosa”.

A partir dessas falas são utilizados os critérios normativos que, uma vez aplicados a esse perfil de acusado, ensejaria a condenação em penas consideradas “pequenas” quando comparadas ao período de cumprimento do *sursis*. Os profissionais argumentam que seria melhor manter o acusado sob a vigilância do Judiciário pelo período de 2 anos a aplicar condenação referente a 3 meses (exemplo da lesão corporal) que seria cumprida em regime aberto. Essas representações estiveram presentes nas falas de todos os profissionais que se declararam favoráveis ao *sursis*. Em contraposição a esse pensamento, estão os profissionais que se posicionaram como desfavoráveis à medida. Observou-se que existe a utilização das mesmas objetivações quanto ao perfil do acusado, todavia esses profissionais entendem que é preciso respeitar a decisão proferida pelo STF.

Quanto à legalidade da aplicação da medida, nota-se que, inicialmente, os profissionais argumentavam que o objeto da ADC nº 19 seria a análise da constitucionalidade da previsão de retirada dos crimes contra a mulher da competência do Juizado Especial Criminal. E em relação ao objeto da ADI nº 4424, argumentavam que este se limitou a analisar se o crime de lesão corporal seria processado por meio de ação penal pública condicionada ou incondicionada. Com esses fundamentos, os profissionais entendiam que a aplicação do *sursis* estaria obedecendo aos critérios legais.

Sobre esse tema, nota-se que essa era a primeira resposta dada pelos profissionais. Porém, quando havia o debate sobre os efeitos das decisões do STF, e a respeito das reclamações que estavam sendo julgadas por aquele tribunal, percebia-se que os profissionais entendiam que esses poderiam não ser os fundamentos mais adequados juridicamente.

Assim, observou-se que os profissionais compreendiam que o trâmite dos processos perante as instâncias superiores poderia resultar na reforma das decisões. Porém, os discursos sugerem que por meio do trabalho efetivado no juizado, e os estudos realizados sobre o tema, serão construídos fundamentos mais consistentes para futuros questionamentos perante os tribunais superiores.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABRIC, J.C. *Methodes d'étude des représentations sociales*. Ramonvill Saint-Agne: Érès, 2003.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Tania Mara Campos de; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas Latino-Americanos. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.2, n.2, Dossiê: Cultura e Política, p. 42-63, dez. 2012.

AMADO, Juan Antônio Garcia. A sociedade e o direito na obra de Niklas Luhmann. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir (Org.). *Niklas Luhmann: do Sistema Social à Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ANGELIM, Fábio Pereira. *Mulheres vítimas de violência: dilemas entre a busca da intervenção do estado e a tomada de consciência*. Tese de Doutorado (Psicologia). Brasília: UnB, 2011.

ARRUDA, Thiago Souto de. *A possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo aos delitos de violência doméstica*. In: ROCHA, Amélia.[org]. *Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, Fortaleza, 2013.

AVILA. Maria Teresa Acosta. La psicología de las minorías activas revisitada: entrevista con Serge Moscovici Polis. *Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, v. 2, n. 1, primer semestre, pp141-177. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa. Distrito Federal, México, 2006.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de (Coord.). *Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais*. Bruno Amaral MACHADO, Antonio Henrique Graciano SUXBERGER, Mariana Fernandes TÁVORA. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2014.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Sistema Penal e Violência de Gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 113-135, jan. /abr. 2008.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009

_____; ALMEIDA, Tânia Mara. *Misoginia, Sexismo e Violência: reflexões preliminares*. Encontro Nacional: O Papel das Delegacias no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. De 7 a 8 de agosto, 2012. Secretaria de Política para as Mulheres- SPM/PR. Brasília, 2012.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BARATTA, Alessandro. *Criminología y Sistema Penal* (Compilación in memoriam). Editorial B de F, Buenos Aires, Argentina, 2004, p. 299-333.

BARLETT, Katharine T. Feminist legal methods. In BARLETT, Katharine T. KENNEDY, Rosanne. *Feminist legal theory*. Colorado: Westview Press, 1991, p. 370-403.

BARREIRO, Alicia. The Ontogenesis of Social Representation of Justice: Personal Conceptualization and Social Constraints. University of Buenos Aires National Council of Scientific and Technical Research (CONICET). *Papers on Social Representations*, Vol. 22, Peer Reviewed Online Journal, 2013, p. 1-26.

BARRETT, Michèle. The Concept of Difference. *Feminist Review*, n. 26, 1987, p. 29-42.

BARROS, Marco Antônio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BASTERD, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. v.1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Howard S. *Métodos em pesquisas em ciências sociais*. Tradução de Marco Estevão. 3a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BELLOQUE, Juliana Garcia. Da assistência judiciária – artigos 27 e 28. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BIANCHINI, Alice. Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar – artigo 8º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BITENCOURT, Antonio Carlos dos Santos. *O Sursis Processual na Lei da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Revista da EMERJ, v. 12, nº 48, 2009

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 1, Parte Geral. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrant, 1989.

BOURDIEU, Pierre; TEUBNER, Gunter. *La fuerza del derecho*. Bogotá: Ed. Uniandes, 2000. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/138704247/BOURDIEU-Pierre-TEUBNER-Gunther-La-Fuerza-Del-Derecho>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4.559 de 2004*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=272058>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

BRASIL. *Companhia de Planejamento do Distrito Federal*. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Disponível em: Acesso em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/portal-da-codeplan/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Número de municípios existentes nos Censos Demográficos. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD96>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

BRASIL. *Lei 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

BRASIL. *Lista telefônica da Polícia Civil do Distrito Federal*. Disponível em: <<http://www.pcdf.df.gov.br/ImagensFTP/ATENA/Menu/101.PDF>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*. Pesquisa Data Popular e Instituto Patrícia Galvão. Caderno Campanha Compromisso e atitude. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. Delegacias especializadas. *Secretaria de Políticas para Mulheres*. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca.php?uf=DF&cod=6>. Acesso em 04 jun. 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório final sobre a situação de violência das mulheres no Brasil*. Relatoria Ana Rita. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/matéria/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus nº 106212*, Tribunal Pleno, Relatoria Min. Marco Aurélio. Julgado em 24 mar. 2011, DJ 10 set. 2011b. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1231117>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmulas do Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BREAKWELL, Glynis M. Social Representations and social identity. *Papers on Social Representations* - Textes sur les Représentations Sociales (1021-5573), v. 2 (3), 1-217 University of Surrey, Guildford, Great Britain, 1993. Disponível em: <http://www.psr.jku.at/PSR1993/2_1993Brea2.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2015.

CAIXETA MACIEL, Welliton. *Os “Maria da Penha”*: uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. *O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha*. p. 39-63. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

CAMPONEZ, Carlos; PEIXINHO, Ana Teresa. *Reflexões sobre a Liberdade*. 150 anos da obra de John Stuart Mill. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

_____. *Teoria crítica feminista e crítica à (s) criminologia (s): estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil*. Tese de doutorado (Ciências Criminais). Programa de pós-graduação em ciências criminais doutorado em ciências criminais da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Porto Alegre, 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Violência Doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 mai. /Ago. 2006.

_____. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto em Enfermagem, Florianópolis, n. 15(4), p. 679-684, out/dez 2006.

CAÚLA E SILVA, Angélica Karina de Azevedo. *Suspensão Condicional do Processo - Análise Garantista*. Suspensão condicional do processo análise garantista. Curitiba: Juruá, 2007.

CERQUEIRA, Daniel (org.). *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. O poder judiciário no estado democrático. *Estudos Avançados*, 18 (51), 2004. p. 151-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a08v1851.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

COSTA, Bruna Santos. *Mulheres, violência e direito: a suspensão condicional do processo e a lei Maria da penha*. Monografia de graduação (Direito). Programa de Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Lindinalva Rodrigues Dalla. *Lei Maria da Penha: incompatibilidade com a suspensão condicional do processo*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2925, 5 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19477>>. Acesso em: 14 set. 2015.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DINIZ, Debora. *MP Eficaz Lei Maria da Penha - Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: ESMPU, 2014.

DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les representation sociales. Bulletin de psychologie, Paris, v. 45, n. 405, 1992. p. 189-195.

DOMINGUES, José Maurício. *Interpretando a modernidade: Imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

DUVEEN, G. *Introduction: The power of ideas, in S. Moscovici, Social Representations: Introductions and Explorations*. Cambridge: Polity Press, 2002. p. 1-17.

EREZ, Edna. Domestic Violence and the Criminal Justice System: An Overview. *Online Journal of Issues in Nursing*. Vol. 7 No. 1, Manuscript 3. January 31, 2002. Disponível em: www.nursingworld.org/ojin/MainMenuCategories/ANAMarketplace/ANAPeriodicals/OJIN/UnableofContents/Volume72002/No1Jan2002/DomesticViolenceandCriminalJustice.aspx. Acesso em: 06 jun. 2015.

FARIA, Moema G. *Representações sociais da violência na juventude goianiense*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, 2007.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOLGADO, Antonio Nobre. *Suspensão condicional do processo penal como instrumento de controle social*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

FONSECA, Hejaine de; OLIVEIRA, Ramony M. S. R. Oliveira; PEIXOTO, Ana Cristina S; *Cadernos Cespu*,. Belo Horizonte, n. 23, 2013.

FREITAS FILHO, Roberto; CASAGRANDE, Renato. *O problema do tempo decisório nas políticas públicas*. Revista de informação legislativa. Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010

FRIEDAN, Betty. *A mística Feminina*. Trad. Aurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1971.

GARCIA AMADO, Juan Antonio. *Filosofía hermenêutica y derecho*. Disponível em: <<http://www.uco.es/dptos/ciencias-juridicas/filosofiaderecho/diego/Nuevo/FILOSOFIA/materiales/hermeneuticaART.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GOMES, Luiz Flávio. Ainda a polêmica sobre a ampliação da competência dos juizados. Suspensão Condicional do Processo Penal. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1995. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br>>. Acesso em: 02 maio 2014.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 9a Ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

GUARESCHI, Pedrinho; VERONESE, Marília (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUSFIELD, Joseph. *On Legislating Morals: The Symbolic Process of Designating Deviance*. 56 Cal. L. Rev. 54, 1968. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2827&context=californialawreview>>. Acesso em: 02 jul. 2015. p. 54-73.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HASSEMER, Winfried. Human dignity in the criminal process: the example of truth finding. *Israel Law review*, v. 44, p. 185-198. Disponível em: <<http://law.huji.ac.il/upload/ILR44HassemerFinal.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

HAWKINS, Keith. *Law as Last Resort: Presecution Decision – Making in a Regulatory Agency*. Oxford University Press. New York, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MdAySAAZx_oC&pg=PA486&lpg=PA486&dq=keith+hawkins+law&source=bl&ots=UGb96SN2IH&sig=wxhEbS9YCV86NeAgq0Mqtp6erA&hl=pt-BR&sa=X&ei=JtWVvBT3HMMzggSTrpDIBg&ved=0CD0Q6AEwAzgU#v=onepage&q=keith%20hawkins%20law&f=false>. Acesso em: 02 jul. 2015.

HEILMANN, Maria de Jesus Rodrigues Araújo. *Globalização e o novo direito administrativo*. 1º ed. Curitiba: Juruá, 2011.

HEYWOOD, Andrew. *Do Feminismo ao Multiculturalismo*. Trad. Janaina Marco Antônio. Mariani Janiakan. 1 ed. São Paulo: Ática, 2010.

JAIME JÚNIOR, Pedro. *Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional*. RAE, v. 42, nº 4, dez. 2002. p. 73-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-75902002000400008&pid=S0034-75902002000400008&pdf_path=rae/v42n4/v42n4a08.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Trad. Lilian Ulup. 4 ed. Editora UERJ: Rio de Janeiro, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Teoria e método das representações sociais. Instituto de Psicologia Social. *Asian Journal of Social Psychology*, 1999, 95-125. Disponível em:

<http://www.researchgate.net/profile/Diana_Rose2/publication/30522734_Theory_and_method_of_social_representations/links/02bfe51025f835c5b4000000.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

KISS, Lígia B. et al. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.11, n.23, p.485-501, set/dez 2007.

LARENZ, K. *Derecho justo*. Fundamentos de ética jurídica. Madrid: Civitas, 1993.

LARRAURI, Elena. *Criminología crítica y violencia de género*. Madri: Trotta, 2007.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Trad. Angela R. Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1988.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

_____; PERLINGEIRO, Cecília. Das medidas protetivas de urgência – artigos 18 a 21. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

LIMA, Fausto Rodrigues de. A renúncia das vítimas e os fatores de risco à violência doméstica: da construção à aplicação do art. 16 da Lei Maria da Penha. Dos procedimentos - artigos 13 a 17. In: SANTOS, Claudiene e LIMA, Fausto Rodrigues de Lima. *Violência Doméstica: Vulnerabilidades e Desafios na Intervenção Criminal e Multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

LINS, Regina Navarro. *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências*. Ed. rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

LUHMANN, Niklas. A restituição do décimo segundo camelo: do sentido de uma análise sociológica do direito. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir (Org.). *Niklas Luhmann: do Sistema Social à Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. *A legitimação pelo procedimento*. Trad. Maria da Conceição Corte Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

MADEIRA, Lígia Mori. O direito nas teorias sociológicas de Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 19-39, junho 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/2907/2197%20rel=%27nofollow%27>. Acesso em 23 fev. 2015.

MACHADO, Bruno Amaral. *Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões*. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

_____. *Justiça Criminal, organizações e sistemas de interação: discursos sobre o inquérito policial. Curso de Atualização - Tópicos em Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito: Comunicação, Sistema Jurídico e Organizações*. Fundação Escola Superior do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.uniceub.br/media/180344/Artigo_JusticaCriminal.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. O sistema espanhol. In: Thiago André Pierobom de Ávila et al. *Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais*. Brasília: ESMPU, 2014b.

MAYR, Eduardo. *Vitimologia e direitos humanos*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 21, jan.-mar. 1998.

_____. PORTO, Maria Stela Grossi. *Homicídios na área metropolitana de Brasília: representações sociais das elites do sistema de justiça*. Sociologia, Porto Alegre, 2015

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Divergência jurisprudencial e súmula vinculante*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 178

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicality and Social Representations: the dynamics of mind*. Cambridge University Express, 2003. Disponível em: <<http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam041/2003046185.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese de doutorado (Direito). Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. *Institutionalized Organization: Formal Structure as Law and Ceremony*. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, 1977. p. 340-363.

MOLINA, Antônio García-Pablos de;. *Criminologia*. 3. ed. Trad. Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MONTEIRO, Anita Cunha. *Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/ DF*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, PPG/FSOL/UnB. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

MORATO, Alessandra Campos et al. Lei Maria da Penha, ciclo da violência e a suspensão condicional do processo: percepções da prática experimentada no Distrito Federal. *Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, v. 1, n. 5. 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MOSCOVICI, S. *Das representações coletivas a teoria às representações sociais*. In.: *As Representações Sociais*. Org. JODELET, Denise. Rio de Janeiro: Ed:UERJ. 2001.

MOSCOVICI, S. *La société contre nature*, Paris: Seuil, 1994.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p.29-110.

MOSCOVICI, S. *The Invention of Society: Psychological explanations for social phenomena*, Cambridge: Polity Press, 1993.

MOSCOVICI, S. *Social Influence and Social Change*. London: Academic Press, 1976.

NICOLITT, André Luiz. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade em matéria penal: reflexão a partir da ADI 4.424 e da ADC 19 – STF e as novas controvérsias sobre a Lei Maria da Penha. In: *Boletim IBCCRIM*. São Paulo: IBCCRIM, ano 20, n. 234, mai., 2012. p. 08-09.

PASINATO, Wânia. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 250-273

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. Disponível em: portal.mda.gov.br/o/1635738. Acesso em: 13 Jun. 2015.

SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, 2005.

SANTOS FILHO, Nelson Gomes dos. *Uma análise da política de integração das polícias estaduais brasileiras sob a ótica do institucionalismo sociológico*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia, 2009.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas*; coletânea. Vol. 2. Brasília: ENAP, 2006

SARTI, Cynthia Anderson. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCARDUA, A.; FILHO, E. A. S. Analisando representações sociais através de elementos gramaticais: compondo representações sobre música. *Psicologia & Sociedade*; 22 (2), 2010. p. 374-381.

SCHMITT, C. Teología política. *Estudios políticos*. Madrid: Doncel, 1975.

SEGATO, Rita. Crimes de gênero em tempos de paz e de guerra. In: STEVENS, C; BRASIL, K.C.T.; ALMEIODA, T.M.C.; ZANELLO, V. (Org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010.

SEIDL, D. *Niklas Luhman and Organizational Studies*. Kristianstad: Kristianstad Boktryckeri AB, 2005. Disponível em: <<http://www.bog-ide.dk/productsamples/9788763003049.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

TERDIMAN, Richard. Translator's introduction to "The force of law: toward a sociology of the juridical field by Pierre Bourdieu". University of California, Hastings College of Law, *Hastings Law Journal*. July, 1987. Disponível em: <<http://derechoycambiosocial.pbworks.com/f/bourdieu%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015

VILLAS BÔAS, L. P. S. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da Educação*. São Paulo, 2º sem. 2004, pp. 143-166

VITÓRIO, Cinthia de Mello. *A aplicabilidade da Lei Maria da Penha (11.340/06) no enfrentamento da violência de gênero: Uma análise da Suspensão Condicional do Processo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WALKER, Lenore. *The battered woman syndrome*. 3 ed. Springer publishing company, LLC, 2009.

WHITAKER, F. *Condenação condicional (sursis)*. Livraria Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1930.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Trad. Vânia Romano Pedrosa. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

APÊNDICE A- TABELA DE ENTREVISTAS

ENTREVISTADO	DATA	DURAÇÃO	LOCAL
Magistrado A	11/11/2014	Duração de 17 minutos e 02 segundos.	Gabinete do Juizado A.
Magistrada B	17/04/2015	Duração de 32 minutos e 34 segundos.	Gabinete do Juizado C.
Promotor A	17/10/2014	Duração de 26 minutos e 17 segundos	Gabinete da Promotoria de Justiça em Brasília-DF
Promotor B	18/04/2015	Duração de 30 minutos e 16 segundos.	Gabinete da Promotoria de Justiça Circunscrição B.
Promotora C	31/10/2014	Entrevista realizada por e-mail.	Entrevista realizada por e-mail.
Promotora D	23/04/2015	Duração de 42 minutos e 35 segundos.	Gabinete da Promotoria de Justiça da Circunscrição A.
Promotora E	18/03/2015	Duração de 24 minutos e 03 segundos.	Sala de audiências do Juizado C.
Defensora A	06/11/2014	Com duração de 25 minutos e 17 segundos.	Sala da defensora localizada no Núcleo da Defensoria Pública no Fórum Leal Fagundes (Brasília-DF).
Defensor B	19/03/2015	Duração de 35 minutos e 12 segundos.	Sala do defensor na Defensoria

			Pública da Circunscrição A.
Advogado A	04/11/2015	Duração de 38 minutos e 23 segundos.	Sala de orientação do Núcleo de Práticas Jurídicas da instituição de ensino em Taguatinga-DF.
Advogado B	18/03/2015	Duração de 25 minutos e 23 segundos.	Sala de audiências do Juizado A.
Analista A	03/11/2015	Duração de 40 min e 45 segundos	Sala do assessor no gabinete do Juizado A.
Analista B	07/04/2015	Duração 30 minutos e 15 segundos	Sala de audiências do Juizado B.
Técnico A	07/04/2015	Duração de 40 min e 23 segundos,	Sala do assessor no Gabinete do Juizado C.
Pesquisadora A	15/10/2014	Duração de 31 minutos e 09 segundos.	Entrevista realizada via Skype.
Pesquisadora B	21/10/2014	Duração de 21 minutos e 34 segundos.	Entrevista realizada na residência da entrevistada.
Pesquisadora C	24/10/2014	Duração de 35 minutos e 23 segundos.	Entrevista realizada na sede do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS em Brasília-DF.

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **Suspensão Condicional do processo e Lei Maria da Penha: estratégias político-criminais para o enfrentamento da violência contra a mulher**, realizada pela aluna Priscila Ramos de Moraes Rego Agnello do Curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília- Uniceub.

Neste estudo pretende-se identificar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios- TJDF, como está sendo organizado o procedimento judicial previsto na Lei Maria da Penha.

Para este estudo serão adotados os seguintes procedimentos: Abordagem metodológica qualitativa e levantamento de dados por análise documental e entrevista semiestruturada.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou se recusar a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Caso existam danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo sobre **Suspensão Condicional do processo e Lei Maria da Penha: estratégias político-criminais para o enfrentamento da violência contra a mulher**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Brasília DF, _____ de _____ de 201__

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador